

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Selma Marquette Molina

O PAPEL ARTICULADOR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO  
CONTEXTO DO SERVIÇO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO

São Paulo

2019

Selma Marquette Molina

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, Arte e História da Cultura, linha de pesquisa Formação do Educador para a Interdisciplinaridade.

Orientador:  
Prof. Dr. João Clemente de Souza Neto

São Paulo

2019

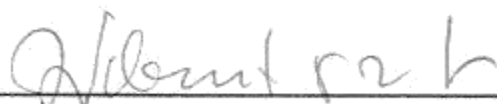
SELMA MARQUETTE MOLINA

O PAPEL ARTICULADOR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO  
CONTEXTO DO SERVIÇO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO  
ABERTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Educação, Arte e História da Cultura.

Aprovada em 20 de AGOSTO de 2019.

BANCA EXAMINADORA



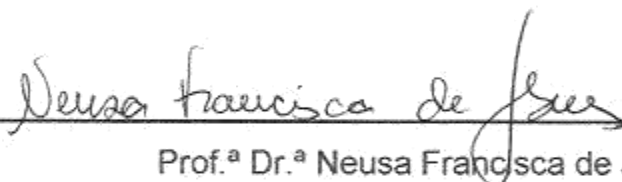
---

Prof. Dr. João Clemente de Souza Neto  
Universidade Presbiteriana Mackenzie



---

Prof.ª Dr.ª Maria da Graça Nicoletti Mizukami  
Universidade Presbiteriana Mackenzie



---

Prof.ª Dr.ª Neusa Francisca de Jesus  
Pontifícia Universidade Católica

M722p Molina, Selma Marquette.  
O papel articulador do projeto político pedagógico no contexto do  
serviço de medidas socioeducativas em meio aberto / Selma  
Marquette Molina.  
131 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura)  
– Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo,  
2019. Orientador: João Clemente de Souza Neto.  
Referências bibliográficas: f. 123-127.

1. Medida socioeducativa em meio aberto. 2. Socioeducação. 3.  
Pedagogia social. 4. Projeto político pedagógico. I. Souza Neto,  
João Clemente de, *orientador*. II. Título.

CDD 370.115

A todos que compartilharam e compartilham comigo esta convivência em busca de fazer uma vida melhor.

## **AGRADECIMENTOS**

Gratidão à possibilidade de viver e conhecer pessoas generosas em seus sentimentos e conhecimentos, que me ajudaram a chegar até este momento e me alimentam para seguir adiante.

Em especial, agradeço ao professor João Clemente de Souza Neto, por ter acreditado em minhas capacidades e possibilitado a escolha de trilhar pelos saberes da pedagogia social e pelos fazeres da socioeducação.

À Maria da Graça N. Mizukami e a Neusa Francisco de Jesus agradeço por compartilharem suas percepções sobre esta dissertação levando-me a mais e melhores reflexões.

Gratidão a Robson J. Rusche e Bernhard J. Fichtner por terem colaborado no processo acadêmico deste mestrado com seus conhecimentos e experiências.

A todos os professores e educadores que cruzaram meus passos e me ensinaram a conviver neste mundo, obrigada.

À minha amada família, agradeço por todos os momentos de apoio e carinho. A meu marido agradeço a paciência e orientação nos momentos de dúvidas.

Agradeço a todos os amigos que mesmo sem saberem, escreveram esta dissertação comigo, no amparo e paciência do dia-a-dia.

Em especial, minha gratidão a cada adolescente, jovem e a cada familiar que me ajudaram a conhecer o que é ser educador e me fizeram uma pessoa mais feliz.

Aos meus companheiros do serviço de medidas socioeducativas, que desde 2012 estão em meu coração agradeço pelo aprendizado profissional e pessoal. Um obrigada especial a Rafael, pelas conversas e atualizações sobre as medidas socioeducativas em meio aberto.

À Universidade Presbiteriana Mackenzie, minha gratidão pelo aprendizado intelectual e emocional, desde a graduação, que se concretizou pelo apoio das bolsas de estudos que me cederam.

Um agradecimento afetuoso ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura, em especial ao coordenador, Prof. Dr. Marcelo Martins Bueno e às secretárias Mariana e Dagmar, pela atenção, solicitude e apoio sempre presentes.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço pela bolsa de estudos que financiou parte desta Pós-Graduação.

## Resumo

Este texto é fruto de uma pesquisa que teve como tema central analisar e problematizar a construção e a implantação do projeto político pedagógico (PPP) em um Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (SMSE/MA) da cidade de São Paulo. Especificamente, objetivou entender a função do aspecto pedagógico no SMSE/MA; verificar se a elaboração do PPP pode auxiliar na efetivação das ações pedagógicas nos SMSE/MA e traçar indicadores para apoiar a construção de PPPs no âmbito do SMSE/MA. O referencial teórico utilizado se apoiou em teóricos que discutiam os conceitos de educação social, projeto político pedagógico, pedagogia social e suas práticas. Vigotski, Paulo Freire, Pistrak, Makarenko e Dussel fundamentam a reflexão da pesquisa pela crença na importância em se desenvolver o PPP fundado numa pedagogia da libertação. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo exploratória desenvolvida no formato de estudo de caso. Os dados da pesquisa foram coletados de duas formas: a) documentos – atas de reuniões, supervisão institucional e avaliações realizadas pelos adolescentes/jovens atendidos no SMSE/MA e; b) entrevista semiestruturada com seis profissionais ligados ao SMSE/MA. A descrição e a análise vão se construindo juntas e foram apresentadas em dois momentos: 1) Análise do processo, que percorreu quatro etapas reflexivas - a) As medidas socioeducativas em meio aberto sob a lente da socioeducação; b) Intersetorialidade, medida socioeducativa em meio aberto e PPP; c) Por que o PPP?; d) Uma experiência com PPP na medida socioeducativa em meio aberto - e 2) Indicadores, que podem apoiar a gestão no desenvolvimento do PPP promovendo ações garantidoras de direitos. Por fim, conclui-se que o desenvolvimento do PPP no espaço do SMSE/MA é um processo que necessita ser gerido e pode se constituir como um instrumental que direciona as ações educativas, baseado na escuta, na autonomia e na participação de sujeitos históricos, culturais, envolvidos no planejamento, na contínua observação e avaliação do fazer socioeducativo, com foco na convivência humana que dignifica a vida.

Palavras-chave: medida socioeducativa em meio aberto; socioeducação; pedagogia social; projeto político pedagógico.

## **Abstract**

This text is the result of a research that had as its central theme to analyze and problematize the construction and implementation of the pedagogical political project (PPP) in a Service of Socio-Educational Measures in Open Environment (SMSE/MA) in the city of São Paulo. Specifically, it objectified to understand the function of the pedagogical aspect in the service of Socio-Educational Measures in Open Environment; to verify if the elaboration of the PPP can help in the accomplishment of the pedagogical actions in the services of Socio-Educational Measures in Open Environment and to trace indicators to support the construction of PPPs in the scope of the service of Socio-Educational Measures in Open Environment. The theoretical framework used was based on theoreticians who discussed the concepts of social education, political pedagogical project, social pedagogy and its practices. Vigotski, Paulo Freire, Piastak, Makarenko and Dussel founded the reflection of the research for the belief in the importance of developing the PPP based on a pedagogy of liberation. Methodologically, this is a qualitative research, of the exploratory type developed in the case study format. The research data were collected in two ways: a) documents - minutes of meetings, institutional supervision and evaluations carried out by the adolescents/young people included in the SMSE/MA; b) semi structured interview with six professionals connected to SMSE/MA. The description and the analysis are built together and were presented in two moments: 1) Process analysis, that happened in four reflective steps - a) The Socio-Educational Measures in Open Environment under the lens of socio-education; b) The intersectoriality, Socio-Educational Measures in Open Environment and PPP; c) Why the PPP?; d) An experience with PPP in the Socio-Educational Measure in Open Environment – and 2) Indicators that can support the management in the development of the PPP, promoting actions guaranteeing rights. Finally, it is concluded that the development of the PPP in the space of the SMSE/MA it's a process that needs to be managed and can constitute as an instrument that directs the educational actions based on listening, autonomy and participation of historical, cultural, subjects involved in the planning, in the continuous observation and evaluation of socio-educational activities, focusing on human coexistence that dignifies life.

Keywords: socio-educational measures in an open environment; social-education; social pedagogy; pedagogical political project.



## **Lista de abreviaturas**

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CASA: Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente  
CEDESP: Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo  
CGEO: Centro de Geoprocessamento e Estatística  
CMDCA: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
CONANDA: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
CRAS: Centro de Referência de Assistência Social  
CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
DEIJ: Departamento de Execuções da Infância e da Juventude  
DEMES: Declaração mensal de dados de execução  
ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente  
ESPASO: Espaço Público do Aprender Social  
Fundação CASA – Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao adolescente  
IM: Interpretação de medida  
LA: Liberdade assistida  
NAT: Núcleo de Assistência Técnica  
NPPE: Núcleo de Proteção Psicossocial Especial  
ONG: Organização não governamental  
PIA: Plano individual de atendimento  
PPP: Projeto político-pedagógico  
PSC: Prestação de serviço à comunidade  
SAS: Supervisão de Assistência Social  
SGD: Sistema de Garantia de Direitos  
SINASE: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo  
SMADS: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social  
SMSE/MA: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto  
SUAS: Sistema Único de Assistência Social

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2. CAMINHO PERCORRIDO</b> .....	17
2.1 OS PARTICIPANTES DA PESQUISA .....	19
2.2 OS DOCUMENTOS .....	23
2.3 AS ENTREVISTAS.....	25
2.4 O TRATAMENTO DOS DADOS DA PESQUISA.....	27
<b>3. ANÁLISE DO PROCESSO</b> .....	28
3.1 AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO SOB A LENTE DA SOCIOEDUCAÇÃO .....	28
<b>3.1.1 Ponderando: legislação e o trabalho socioeducativo no SMSE/MA</b> ...	33
<b>3.1.2 PIA, PPP e socioeducação</b> .....	43
3.2 INTERSETORIALIDADE, MEDIDA SOCIOEDUCATIVA em MEIO ABERTO e PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO .....	47
3.3 POR QUE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO? .....	54
<b>3.3.1 Descobrimo o PPP no SMSE/MA</b> .....	57
<b>3.3.2 O político no pedagógico</b> .....	60
3.4 UMA EXPERIÊNCIA COM PPP NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO.....	66
<b>3.4.1 O grupo de trabalho</b> .....	66
<b>3.4.2 Acolhimento</b> .....	85
<b>3.4.3 Um rastro de coletivo</b> .....	90
<b>3.4.4 Expondo um processo</b> .....	98
<b>3.4.5 Uma “quebra” de PPP</b> .....	103
<b>3.4.6 O olhar dos adolescentes e familiares</b> .....	108
<b>4. INDICADORES: ORIENTADORES PARA GESTÃO DO PPP</b> .....	114
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	118
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	123
<b>ANEXO</b> .....	128

E não nos cansemos de fazer o bem, pois no tempo próprio colheremos, se não desanimarmos. Portanto, enquanto temos oportunidade, façamos o bem a todos [...].( PAULO, Gálatas 6:9).

## 1. INTRODUÇÃO

O desejo de realizar esta pesquisa de mestrado nasceu da prática profissional em um serviço de medidas socioeducativas em meio aberto (SMSE/MA), no atendimento a adolescentes em conflito com a lei. Essa prática provocou inquietações sobre o processo educativo/pedagógico que ocorre nesses serviços e como esse processo pode promover um atendimento que responda às necessidades dos usuários das medidas socioeducativas em meio aberto.

Ingressei no SMSE/MA em 2012 como auxiliar administrativo, passando a atuar como técnica a partir de Janeiro de 2013 e como gerente de serviço no período de Julho de 2015 a Janeiro de 2016, durante o período de licença maternidade da gerente à época. Desliguei-me do serviço em maio de 2016 e me dediquei ao estudo para a elaboração desta pesquisa, na intenção de investigar e compreender alguns fenômenos observados em minha prática profissional.

Apesar do término do vínculo empregatício, mantenho contato com os profissionais com os quais trabalhei e permaneço em atividade voluntária junto ao serviço de medidas socioeducativas em meio aberto em questão.

Em São Paulo, o SMSE/MA é executado por organizações não governamentais (ONGs) por meio de convênios estabelecidos com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS). É referenciado ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), ou na falta deste equipamento na região, ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). O CREAS é um serviço da rede de proteção especial, isto é, destinado a pessoas que tiveram seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. O CRAS é uma unidade de proteção social básica, considerado como uma das principais portas de entrada para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

As medidas socioeducativas em meio aberto atendem a adolescentes entre doze e dezoito anos incompletos ou excepcionalmente, jovens entre 18 e 21 anos, encaminhados pela Justiça da Infância e da Juventude, para cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e/ou Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), devendo oferecer também orientação às famílias desses adolescentes/jovens.

Conta-se o número de sessenta e um SMSE/MAs no município, sendo que, treze estão localizados na região Norte do município, vinte e três na região Leste, três

na região Oeste, dois na Central e vinte serviços na região Sul, somando uma capacidade total de seis mil, cento e vinte vagas disponíveis para atendimento dos adolescentes e jovens (SÃO PAULO, 2018). É preciso salientar que em algumas regiões o número de atendimento excede ao previsto, o que pode influir sobre a qualidade do atendimento realizado.

Esses dados constam em uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial (NAT) junto aos SMSE/MAs cujo “[...] objetivo se relacionava à análise dos programas de medidas socioeducativas em meio aberto do município de São Paulo, a partir da perspectiva tanto do público atendido, quanto dos profissionais atuantes nestes.” (SÃO PAULO, 2018, p.10), apresentando um recorte atualizado dos serviços.

O quadro de recursos humanos das medidas socioeducativas em meio aberto é formado por um gerente e um agente operacional, um técnico para cada quinze adolescentes/jovens, um auxiliar administrativo para serviços com até setenta e cinco usuários e dois a partir de noventa usuários (SÃO PAULO, 2010, on-line).

O objetivo das medidas socioeducativas (BRASIL, 2012) é atuar no sentido de garantir que os direitos fundamentais do adolescente/jovem, estabelecidos por lei (BRASIL, 1990), sejam preservados e, por meio de ações socioeducativas, oportunizar escolhas que afastem o adolescente da situação de conflito com a lei, de modo que continue sua vida em um novo relacionamento com o meio social, assim como conscientizar o adolescente sobre os riscos e consequências do ato infracional que cometeu, promovendo a responsabilização.

Há de se considerar que o trabalho dos profissionais na medida socioeducativa em meio aberto é perpassado por pelo menos três dimensões: a pedagógica, a social e a jurídica, o que muitas vezes traz confusão sobre a real intencionalidade da medida, já que existe uma preocupação em dar conta dos procedimentos apontados pelo judiciário em relação ao adolescente, com a execução de todos os relatórios na data prevista, assim como de dar conta de efetivar os encaminhamentos da área social, o que poderia ser bom para o adolescente, porém, nem sempre a voz dele é ouvida. Por vezes, os encaminhamentos são dados sem ressonância com a possibilidade real do adolescente em cumprir com o estabelecido e esta é uma preocupação que permeia constantemente o diálogo dos profissionais da medida em meio aberto.

Dessas observações surgiu o desejo de investigar caminhos que poderiam esclarecer as dimensões e as forças de interesses e poder envolvidas na lida

socioeducativa com essas pessoas em desenvolvimento, autoras de ato infracional, proporcionando uma outra possibilidade de relação com o cotidiano e o respeito à proteção integral.

Junta-se a essas inquietações a percepção de que cada educador exercia sua ação pedagógica, descolada de uma proposta em comum que atendesse às necessidades dos adolescentes. Cada qual seguia uma linha de atuação que considerava adequada para cada caso. Em quais bases teóricas se apoiavam? Havia um norteador que orientasse o fazer dos profissionais de um mesmo serviço?

Imerso em uma política pública que prioriza que o atendimento socioeducativo promova aos educandos “[...] novos conceitos de vida, buscando fortalecer os princípios éticos e de cidadania como condição para seu desenvolvimento pessoal e social enquanto sujeito de direito.” (SÃO PAULO, 2016, p. 26), o SMSE/MA responderia aos princípios da socioeducação, auxiliando aos adolescentes e jovens a superação das situações que os levavam a “ser menos” (FREIRE, 1982, p. 30)?

Na intenção de responder a essas inquietações procurei pelo projeto político pedagógico (PPP) do serviço no qual atuava. Acreditava que por meio desse documento que “[...] define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar.” (VASCONCELLOS, 2014, p.111) seria possível compreender as bases norteadoras do atendimento e o plano de ações definindo as mediações relativas aos aspectos pedagógicos, jurídicos e sociais pensado pela equipe de profissionais que ali trabalhavam, contudo, não existia um projeto pedagógico desenvolvido pelos profissionais do serviço.

Havia um PPP criado pela instituição responsável pelo SMSE/MA, ao qual a equipe não teve acesso.

A partir desse momento iniciou-se um processo de sensibilização da equipe de profissionais do SMSE/MA, envolvendo técnicos, administrativo, operacional e coordenação quanto a importância da concretização de um PPP para a fundamentação do trabalho realizado na medida socioeducativa em meio aberto, nos seus aspectos jurídico, social e educativo.

Nas reuniões de equipe e nas supervisões institucionais, a palavra “PPP” foi ganhando espaço, e o trabalho exercido por cada um passava por discussões e reflexões no entendimento de que se tentava um fazer coletivo para que o estar na medida socioeducativa significasse algo de positivo para aqueles que a frequentavam.

Essa ação possibilitou à equipe citada organizar princípios, objetivos e metodologias que se tornaram claros no exercício de elaboração do PPP, resultando em um trabalho técnico mais eficiente e humanizado.

Assim, num movimento de práxis, desenvolvo essa pesquisa alicerçada na hipótese de que o PPP pode favorecer a organização da equipe de atendimento, com base em objetivos claros e diretrizes de ações politicamente traçadas para uma educação libertadora.

Para que alcance esses fins, assim como, para atender as demandas dos que são encaminhados para a medida socioeducativa e cumprir com o caráter de proteção integral à vida, creio na importância de se desenvolver o PPP fundado numa pedagogia da libertação, desenhada por autores como Vigotski, Paulo Freire, Pistrak, Makarenko e Dussel, que serão a base teórica dessa pesquisa.

Dessa forma, este estudo tem como foco mostrar o caminho mediador que trilhei enquanto pedagoga em um serviço de medidas socioeducativas em meio aberto (SMSE/MA), pensando e concretizando a educação no âmbito socioeducativo, portanto, entrelaçada a relações com o sistema judiciário e a assistência social.

A pesquisa tem como **objetivo central** analisar e problematizar a construção e a implantação do projeto político pedagógico (PPP) em um Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (SMSE/MA) da cidade de São Paulo. Especificamente, objetiva entender a função do aspecto pedagógico no serviço de medidas socioeducativas em meio aberto; verificar se a elaboração do PPP pode auxiliar na efetivação das ações pedagógicas nos serviços de medidas socioeducativas em meio aberto e traçar indicadores para apoiar a construção de PPPs no âmbito do serviço de medidas socioeducativas em meio aberto.

Considerando-se que “O Brasil possui 117.207 adolescentes e jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviços à Comunidade.” [e] “Esse quantitativo representa 82% de todas as medidas socioeducativas aplicadas no Brasil” (BRASIL, 2018b, p.6). Considerando-se ainda que este estudo se realiza na cidade de São Paulo, sendo reconhecido que “O cenário paulista é complexo e o volume de adolescentes acompanhados chega a mais de 40% da federação.” (Ibid., p.12), e sabendo-se que os usuários dos SMSE/MAs em maioria são pessoas com direitos fundamentais desrespeitados, mostra-se a relevância desta pesquisa ao buscar compreender a prática socioeducativa desses serviços apresentando o PPP como uma estratégia a ser considerada no favorecimento da

reflexão e melhoria da prática educativa realizada nos SMSE/MAs, e como um norteador de ações para orientação e atendimento de adolescentes em conflito com a lei.

O texto desta pesquisa é composto por cinco partes, iniciando-se com esta introdução, seguida pela segunda parte na qual apresenta-se o percurso metodológico para levantamento e tratamento dos dados deste estudo, assim como a apresentação dos seis participantes da pesquisa.

As vozes dos participantes desta pesquisa revelam elementos significativos e serão mostradas do início ao fim desta narrativa, em diálogo com dados teóricos, legislação e as reflexões apresentadas, oferecendo-lhes concretude.

A terceira parte do texto apresenta a análise do processo e se divide em quatro etapas reflexivas. Na primeira, realiza-se uma leitura do serviço de medidas socioeducativas em meio aberto sob o enfoque da socioeducação, traçando reflexões sobre aspectos significativos do cotidiano deste serviço a partir da legislação que o normatiza, à luz de teóricos da pedagogia social brasileira como Stela Graciani, Roberto da Silva, Souza Neto, entrelaçados ao pensamento de Vigotski, Pistrak, Dussel e Paulo Freire.

Segue, na segunda etapa, a reflexão sobre a intersectorialidade, aspecto fundamental do SMSE/MA, suas possibilidades, limitações e relação com o projeto político pedagógico. As reflexões se apoiam na legislação e na base teórica desta pesquisa.

Na terceira etapa aborda-se fundamentalmente o projeto político pedagógico, percorrendo sobre suas características e relevância na organização do trabalho educativo. Realiza-se uma reflexão sobre o PPP no serviço de medidas socioeducativas em meio aberto e salienta-se a importância do termo político do projeto pedagógico e suas implicações na prática do fazer educativo. Somam-se ao aporte teórico da pesquisa Ilma P. Veiga, Celso Vasconcellos e Makarenko.

A quarta etapa reflexiva desta parte revela o processo de desenvolvimento do PPP no SMSE/MA estudado, apresentando dados retirados do livro de atas, relatório mensal, relatório social do serviço, explorando-se os relatos dos participantes da pesquisa entremeados à teoria basilar desta pesquisa. Divide-se em cinco momentos que salientam aspectos significativos do cotidiano do SMSE/MA e como foram afetados pelo desenvolvimento do PPP; a avaliação dos usuários atendidos no



período escolhido para a pesquisa; a sequência dada ao processo vivenciado pela equipe do serviço.

A quarta parte da pesquisa sugere indicadores a serem considerados no desenvolvimento do projeto político pedagógico no SMSE/MA. Finaliza-se o relato deste estudo na quinta parte, com considerações sobre os resultados encontrados.

## 2. CAMINHO PERCORRIDO

A pesquisa nasceu de observações, reflexões, indagações e ações mediadoras resultantes da prática profissional em um serviço de medidas socioeducativas em meio aberto, entre os anos de 2012 e 2016. Apresenta um recorte do trabalho realizado nesse espaço entre os anos de 2013 a meados de 2016, portanto, uma pesquisa que traz em seus dados muitas memórias.

Misturam-se as memórias da pesquisadora às memórias dos participantes da pesquisa, aos registros das reuniões da equipe estudada e outros materiais físicos, que ajudam a contar essa história.

Trata-se de refletir sobre um fazer em um espaço preenchido por pessoas em interação e desenvolvimento de sentidos. Trata-se de refletir sobre uma mediação realizada pela pesquisadora, entendendo-se esse movimento como “[...] uma relação entre sujeitos, relação essa que se torna promotora de desenvolvimento mediado por um outro.” (FREITAS, 2002, p. 25), num processo de aprendizagem mútua.

Na intenção de encontrar caminhos que permitam contar essa história e refletir sobre os objetivos dessa pesquisa, no contexto na qual nasceu, opto pela abordagem qualitativa, no sentido proposto pelo método dialético.

A opção pela abordagem qualitativa, apesar de ter ciência que,

O pesquisador pode optar por focar faces quantitativas ou qualitativas, mas deve saber que nenhuma face é apenas quantitativa ou qualitativa, a exemplo do ser humano, que é, claramente quantidade e qualidade e vice-versa, já que viver *muito* acarreta igualmente viver *bem*. (DEMO, 2011, p. 105).

se deu pela compreensão de que ela,

[...] além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação. [...] é também utilizado para elaboração de novas hipóteses, construção de indicadores qualitativos, variáveis e tipologias. (MINAYO, p.57, 2006).

A opção pelo método dialético se deu pela crença, que acompanha essa pesquisa, de que

Não basta [...] estar na realidade para conhecê-la, é necessário uma análise concreta, um pensamento mais elaborado, a passagem do concreto vivido para o concreto pensado, para ir desde as raízes até as manifestações dessa realidade. (ELOY, et al., p.51, 2007).

Nesse sentido, trata-se de uma pesquisa qualitativa, com enfoque socio-histórico, privilegiando-se o processo de seu desenvolvimento “[...] numa preocupação de compreender os eventos investigados, descrevendo-os e procurando as suas possíveis relações, integrando o individual com o social.” (FREITAS, 2002, p. 28).

Quanto ao objetivo, a pesquisa é exploratória porque procura esclarecer um fenômeno vivenciado no exercício profissional, que se mostrou obscuro e levou a uma

série de questionamentos e a uma prática que se pretendeu esclarecer por meio dessa pesquisa.

Em relação aos procedimentos, desenvolvi um estudo de caso, por considerar que:

Os estudos de caso utilizam estratégias de investigação qualitativa para mapear, descrever e analisar o contexto, as relações e as percepções a respeito da situação, fenômeno ou episódio em questão. E é útil para gerar conhecimento sobre características significativas de eventos vivenciados, tais como intervenções e processos de mudança. (MINAYO, 2006, p. 164).

Os dados para a construção desse estudo foram coletados por meio de dois recursos visando a compreensão do processo vivenciado no desenvolvimento do PPP e as consequências desse processo na prática educativa e profissional dos envolvidos:

1. Documentos: atas das reuniões da equipe técnica do SMSE/MA em questão, das reuniões de estudo de caso e supervisão institucional; relatórios mensais que referem ao CRAS as ações executadas no SMSE/MA; relatórios sociais que referem à ONG executora do serviço as atividades levadas à cabo no ano vigente, as fragilidades e potencialidades do serviço e a previsão de ações para o ano seguinte; o instrumental de avaliação realizado pelos adolescentes/jovens e seus familiares atendidos, ao término do cumprimento da medida socioeducativa aplicada, no qual avaliam a qualidade do atendimento que lhes foi dado.

Para Gil (1999) “[...] os dados documentais, por terem sido elaborados no período que se pretende estudar, são capazes de oferecer um conhecimento mais objetivo da realidade”. (p. 166).

2. Entrevista semiestruturada, com quatro profissionais do SMSE/MA em que atuei. Trata-se de um serviço localizado na cidade de São Paulo, com quadro de recurso humano composto por um gerente de serviço, quatro técnicos, um auxiliar administrativo e um agente operacional. Realizei as entrevistas com dois técnicos, a coordenadora e o funcionário administrativo que atuavam no SMSE/MA no período que contempla a pesquisa; entrevista com a técnica supervisora do SMSE/MA estudado no mesmo período; entrevista com o presidente da organização que desenvolve o serviço. Ressalto que a intenção inicial de entrevistar os três técnicos que atuaram no SMSME/MA no período analisado nesta pesquisa não se efetivou, pela impossibilidade de agendamento com um deles.

Para Lüdke e André (1988) a entrevista é “uma das principais técnicas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisa utilizados nas ciências sociais.” (p.33). Além disso, “A grande vantagem da entrevista [...] é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada [e] correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas.” (p. 34).

Dessa forma, opto pela entrevista semiestruturada por permitir que os sujeitos exponham suas ideias sobre o tema com maior liberdade, sem fugir à questão central da pesquisa, com a possibilidade de explorar o sentido permeado na linguagem no processo da interlocução.

Considerando-se que a pesquisa se dá num enfoque socio-histórico, o olhar pesquisador converge do social ao individual e de volta ao social. A fala, tanto do pesquisador, como do participante da pesquisa está imersa num contexto social, cultural, histórico, que se individualiza no interior de cada um, retornando ao social, modificando o ambiente, modificando as relações com os sentidos que se constroem. Nesse âmbito, a entrevista “[...] não se reduz a uma troca de perguntas e respostas previamente preparadas, mas é concebida como uma produção de linguagem, portanto, dialógica.”(FREITAS, 2002, p.29).

Assim, foram elaborados roteiros de entrevistas que permitissem a fluidez das ideias, com os devidos ajustes de percurso, na busca das informações e dos sentidos destas em contribuição com este estudo.

Os documentos produzidos pela equipe estudada e a narrativa dos participantes da pesquisa sobre como vivenciaram o período de desenvolvimento do projeto político pedagógico no SMSME/MA, seus olhares sobre o que foi construído em constante diálogo com o contexto atual que vivenciam se entrelaçam e significam a teoria trazida para alicerçar esta pesquisa no encontro de caminhos às questões levantadas.

Segue a apresentação dos profissionais que contribuíram com esta pesquisa ajudando a construir sentidos sobre a prática socioeducativa no âmbito das medidas socioeducativas em meio aberto.

## 2.1 OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A escolha dos participantes desta pesquisa se deu considerando-se a relevância da experiência compartilhada entre eles no período de estudo recortado.

Serão identificados por nomes fictícios, em conformidade com as exigências do comitê de ética que avaliou esta pesquisa.

Os participantes que integraram a equipe do SMSE/MA estudado trabalharam juntos, em maioria, por quatro anos, período no qual estabeleceram laços que ultrapassaram a dimensão profissional, e mantêm-se na atualidade mesmo com seus integrantes atuando em outros espaços socioeducativos.

Suas vozes representam a concretude do cotidiano do atendimento socioeducativo nas medidas em meio aberto. Suas memórias contam de um processo que se corporifica nesta pesquisa, apontando os sentidos por eles construídos nesse caminhar.

Gestora Bruna graduou-se primeiramente em psicopedagogia, área na qual realizou Pós-Graduação, Lato Sensu, em psicopedagogia institucional. Posteriormente, por exigência legal para atuar no SMSE/MA cursou graduação em pedagogia. Iniciou no serviço de medidas socioeducativas em 2010. Nessa época tratava-se dos Núcleos de Proteção Psicossocial Especial, como trouxe em entrevista:

Na época que era NPPE que é Núcleo de Proteção Psicossocial [...] eram dois técnicos, a maioria era tudo orientador, aí tinha o gerente, os técnicos davam suporte também para coordenação e era uma equipe muito grande, porque eram técnicos e além de ofertar o trabalho para os meninos a gente podia ampliar também para família dele, então se tem alguém ali que está no ciclo de violência, porque não atender ele? [...] Na época que eu entrei tinha o pré. Você podia atender o irmão que ainda não tinha passado por nenhuma medida socioeducativa, mas ele podia participar da oficina, então ele estava lá “\_Ah que legal! meu irmão tá fazendo oficina de luthieria”, ele podia também participar, por que não? Ele tá lá junto aprendendo alguma coisa em vez de estar na rua. Aí depois teve o corte, aí mandaram metade da equipe embora e ficou uma coisa muito, muito mecânica. Quando eu entrei era muito gostoso também de trabalhar, a diferença de como era feito o trabalho. Era bem legal, NPPE. (Gestora Bruna).

Em 2013 assume a gerência do SMSE/MA, função que ocupa até final do ano de 2017, quando passa a gerir uma República Jovem, na cidade de São Paulo.

Relatou que seu interesse pela área social se inicia na graduação em psicopedagogia, por meio de uma disciplina do curso. Com a psicopedagogia institucional aprende a trabalhar em grupo, o que a fez aceitar a proposta de trabalhar no NPPE.

[...] eu já tinha um pouco dessa coisa de trabalhar em grupos na área institucional da psicopedagogia, então achei que não seria difícil e eu sempre gostei muito de ajudar, de sentir útil de alguma forma, seja prestando através do meu trabalho mesmo... eu já tinha interesse nessa área. Então, eu acho que por já gostar disso eu falei “deixa eu ver o que que é a medida e tentar entender” e acabei pegando gosto, mas eu fui sem saber o que que era, foi só no dia a dia mesmo que eu fui percebendo o que é, descobrindo.... (Gestora Bruna).

A Técnica Elisa é graduada em psicologia. Atua na mesma República Jovem que Gestora Bruna, como psicóloga. Seu primeiro contato com as medidas em meio aberto ocorreu entre os anos de 2009 e 2012, quando atuou como técnica em um serviço de outra ONG. Em 2013 é admitida como técnica no SMSE/MA estudado, permanecendo até 2017, quando assume sua atual função.

Em seu relato verbalizou que se interessou pela área social após dez anos atuando na área da saúde.

Eu tinha colegas da faculdade que estavam trabalhando na área social e que me falaram um pouquinho do trabalho, mas eu não conhecia nada, não tinha nenhuma experiência na área, aí eu fiquei apaixonada né... falei “\_ Nossa mas é muito legal o trabalho da área social”, porque tem que gostar para trabalhar na área social, não é qualquer um que se identifica. [...] Primeiro você se assusta porque o jovem... o adolescente é meio assim de afrontar, né... Aí você fala, “\_ Nossa, ainda mais o jovem infrator!... como que vai ser né?... mas eu quero”. E aí me apaixonei... uma grande experiência na minha vida. Eu aprendi muito com a medida socioeducativa. (Técnica Elisa).

O Técnico Pedro é graduado em psicologia, pós-graduado em psicossociologia da juventude e políticas públicas. Ingressou como técnico no SMSE/MA estudado em 2013, permanecendo nessa atividade até julho de 2016 quando assume a coordenação da República Jovem já citada. Em novembro de 2017 retorna ao mesmo serviço de medidas socioeducativas em meio aberto assumindo a coordenação, função que ainda ocupa.

Como Elisa e Bruna, iniciou suas atividades sem saber quais eram as reais atribuições a serem desempenhadas e a complexidade do SMSE/MA.

[...] eu tinha me formado há pouco tempo e estava vindo de um trabalho super burocrático, eu vinha de uma empresa e aí eu quis arriscar para trabalhar no social, era para eu trabalhar [na] república e aí depois surge a oportunidade de participar da seleção da medida socioeducativa. Eu não sabia o que era, eu nunca tinha ouvido falar, nenhum lugar, nem na minha formação. [...] Então, não tem muito o que me levou a trabalhar, porque eu não sabia o que era... se for algo assim “o que que eu vou trabalhar?” ... eu queria muito começar a trabalhar na área social e aí apareceu essa oportunidade e eu abracei, foi isso. (Técnico Pedro).

Quanto à Técnica Cássia, ingressou no SMSE/MA estudado no final do ano de 2012. Na época, tinha como escolaridade a educação básica, sendo admitida para a função de agente operacional. Realizou graduação em serviço social, e atualmente é técnica de medida socioeducativa no mesmo SMSE/MA, função que assumiu no final do ano de 2018.

A equipe me conhecendo através das reuniões me incentivaram a estudar e entrei na faculdade. Na época estava com cinquenta anos e comecei a fazer a faculdade de serviço social. Houve uma promoção, uma oportunidade. Me deram a oportunidade de trabalhar como administrativo na medida socioeducativa auxiliando tanto a gerência como a equipe técnica e através

dessa formação hoje estou trabalhando como técnica na medida. (Técnica Cássia).

Assim, no período analisado nesta pesquisa, a Técnica Cássia exerceu a atividade de agente operacional e auxiliar administrativo, e como os demais participantes apresentados, não conhecia o trabalho realizado no SMSE/MA.

Eu recebi um convite para trabalhar com adolescentes, até então eu não conhecia o trabalho da medida. No momento que eu entrei em contato com os adolescentes e participei do primeiro grupo de família eu não quis mais sair de lá. Foi um amor muito grande de ver o trabalho realizado pelos técnicos, o carinho e o depoimento de pais que foram amparados nesse momento tão difícil, pela equipe, porque até chegar ali na medida é tudo muito burocrático, muito frio, e ali eles receberam acolhimento e aquele primeiro grupo de família que eu participei falei “\_Ah, não saio mais daqui”, não saio mesmo. Tô até hoje.

Supervisora Laís é pedagoga. Trabalha na prefeitura de São Paulo há trinta e três anos, atuando na região de abrangência do SMSE/MA estudado há treze anos, nos quais exerceu diferentes funções.

Eu estou na [...] há 13 anos e já faz algum tempo que eu respondo pela equipe de proteção social especial aqui da SAS [Supervisão de Assistência Social] [...]. Porque aqui não tem CREAS, então não existe um coordenador de CREAS, existe alguém que responda pela equipe, é isso que eu faço. Além disso eu supervisiono alguns serviços, mas eu acompanho todos. (Supervisora Laís).

No período estudado nesta pesquisa, foi responsável por supervisionar o SMSE/MA estudado. Em seu relato esclareceu que

[...] muitos anos supervisionei a medida, participei da implantação, houve um tempo em que não existia o convênio da medida socioeducativa, então era uma coisa muito... Chegava o papel, você encaminhava para o lugar e acabou, era isso. Não existia toda uma preocupação técnica, eu estou falando de mais de dez anos atrás, então depois da implementação eu supervisionei por um tempo sim.

A importância de ouvir o relato da Supervisora Laís para este estudo se deu por representar a instância pública e por sua postura profissional junto ao SMSE/MA, não só de supervisão, mas de parceria junto às ações que eram pensadas pela equipe de profissionais do SMSE/MA em busca de melhoria da qualidade do atendimento socioeducativo.

Presidente José é bispo da igreja Católica Apostólica Romana, e suas atividades sempre estiveram voltadas para pessoas em situação de privação de direitos. Atualmente preside a organização responsável pelo serviço de medidas socioeducativas em questão.

Entrevistar o presidente da ONG se deu pelo desejo de conhecer o compromisso da organização em relação às medidas socioeducativas em meio aberto e no que essa relação pode auxiliar ou causar empecilhos ao desenvolvimento das

atividades nesse serviço. Relatou sua experiência na área social, realizando uma leitura desse fazer e se posicionando frente a realidade desse contexto:

Eu trabalho nesse trabalho desde que eu fui ordenado padre, há mais de cinquenta anos, já lá na paróquia onde estava, foi criado uma creche e daquele dia, de cinquenta anos para cá, quanta coisa melhorou, quanta coisa... Não havia essas iniciativas que nós temos hoje, então hoje a gente percebe que é uma atenção com relação a juventude, a criança abandonada. Então, em primeiro lugar a gente elogia. Por outro lado nós não chegamos aonde temos que chegar, tanto de um lado como do outro, acho que nós temos que caminhar com compreensão, vendo a realidade das coisas, para depois saber não ter a lei em primeiro lugar, mas ter em primeiro lugar as situações e que as leis possam prever essas situações para realmente se alcançar o que se quer, que é a formação humana desse jovem, dessa criança. Mas é caminhando que se encontra o caminho, então vamos continuar caminhando.

Realizada essa apresentação, segue-se algumas considerações sobre os documentos e as entrevistas.

## 2.2 OS DOCUMENTOS

Nesta pesquisa, a memória dos participantes, incluindo a da pesquisadora, sustentam o contexto e os dados relevantes que contam de um processo realizado em conjunto.

Contudo, memórias falham, se equivocam. Como precisar a veracidade dos dados relatados?

Os registros realizados pela equipe no livro de atas do SMSE/MA despontaram como um dos documentos mais importantes a ser considerado, pela forma como eram redigidos. A equipe se caracterizava pelo trabalho compartilhado, e o registro no livro de atas seguia esse preceito. Os técnicos e a coordenadora se responsabilizavam pelas anotações. Dessa forma, estavam registradas memórias com diferentes olhares.

Esses registros foram essenciais para ordenar alguns acontecimentos e foram explorados em conjunto com as narrativas dos participantes da pesquisa.

Para acessá-los foi solicitada autorização aos representantes da ONG que executa o serviço de medidas socioeducativas em meio aberto em questão, assim como do atual gestor do serviço, os quais foram solícitos, permitindo meu acesso ao espaço físico do SMSE/MA por diversas vezes para consulta ao material.

Inicialmente foi realizada a leitura de todas as atas de reuniões técnicas, de supervisão e de estudos de caso do mês de dezembro de 2013 a junho de 2016. A ata da última reunião do ano de 2013 trazia um resumo e uma avaliação do trabalho anual do grupo, contemplando dados para esta pesquisa, motivo pelo qual a análise se deu a partir desta data.



Seguiu-se a marcação dos registros que estavam diretamente ligados ao processo de elaboração do projeto político pedagógico da equipe. Após esse recorte, foram selecionados os registros que mostravam o caminho de elaboração de novas metodologias e instrumentais de trabalho e os registros que apontaram o despertar da equipe para a importância da avaliação de suas atividades.

Pelo enfoque no qual a pesquisa se desenvolve, mostrou-se relevante apresentar como os adolescentes, jovens e familiares presenciaram e avaliaram o atendimento recebido à época do processo de elaboração do PPP. Assim, foram selecionadas avaliações realizadas ao término da medida socioeducativa aplicada, de 2014 a maio de 2016 que representam relatos semelhantes lidos na maioria das avaliações analisadas, e a opção por mostrá-las foi pela organização das ideias e do texto, o que permite apreender com maior qualidade as informações registradas.

Para complementar as informações desse estudo foram consultados o relatório anual do SMSE/MA do ano de 2014 e 2015. Trata-se de um documento no qual constam dados do SMSE/MA referente a todas as atividades desenvolvidas internamente e com o sistema de garantia de direitos (SGD) e a avaliação dessas, além de proposta de metas para o ano seguinte. Esses dados integram o relatório anual da ONG. Houve, ainda, a necessidade de verificar dados nos relatórios mensais que mostram à Supervisão de Assistência Social (SAS) as atividades realizadas no SMSE/MA.

Todos os dados recolhidos foram lidos diversas vezes, e sendo incorporados ao texto, em diálogo com outras fontes da pesquisa.

Na intenção de compreender todas as dimensões do serviço de medidas socioeducativas em meio aberto foram estudados outros documentos do SMSE/MA analisado que não aparecem textualmente nesta pesquisa, no entanto, ajudaram a formar o raciocínio das reflexões apresentadas: termo de convênio de 2015, que firma o trabalho entre Ong e prefeitura; termo de adaptação do termo de convênio ao termo de colaboração de 2018; estatuto e regimento interno da organização que executa o SMSE/MA; contrato de trabalho dos integrantes da equipe do SMSE/MA; plano de trabalho 2013 e 2017; plano de ação pedagógica 2015; declaração mensal de dados de execução (DEMES) de 2013 a maio de 2016.

### 2.3 AS ENTREVISTAS

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, na Plataforma Brasil, cumprindo com as exigências legais para seu desenvolvimento. Após essa aprovação iniciaram-se as entrevistas.

A realização das entrevistas era algo esperado pelos participantes da pesquisa que formavam a equipe do SMSE/MA. Sabiam do desenvolvimento deste estudo, e que contribuiriam com ele em algum momento.

Os contatos foram iniciados por contato telefônico e pelo aplicativo WhatsApp. Os participantes puderam escolher local, data e horário de suas entrevistas. Não houve problemas com os agendamentos, exceção feita a um dos técnicos, com o qual não conseguimos finalizar o processo. Ele respondeu ao primeiro contato, porém não confirmou sua participação.

A técnica supervisora do CRAS e o presidente da organização foram procurados por ligação telefônica e se dispuseram prontamente a colaborar com o trabalho.

As entrevistas ocorreram em clima de alegria e colaboração. Inicialmente eram informados sobre a autorização do comitê de ética para o desenvolvimento da pesquisa e recebiam as orientações referentes a esse processo.

Todos permitiram a gravação de suas vozes. No entanto, nos participantes da pesquisa que integravam a equipe do SMSME/MA foi possível notar o receio de dizer algo que fosse “errado”. O que desejavam expressar é que não conheciam os termos “acadêmicos” e falavam de “forma comum”. Foi explicado que o que importava para a pesquisa eram suas memórias e seus sentimentos. As palavras deveriam fluir com naturalidade.

Foram realizados três roteiros de pesquisa: para a equipe do SMSE/MA; para a técnica supervisora; para o presidente da ONG.

Na entrevista com os integrantes da equipe do SMSE/MA o diálogo iniciava com a apresentação pessoal do participante. No segundo momento era dialogado sobre os sentidos pessoais em relação às medidas socioeducativas em meio aberto e no terceiro momento eram recolhidas as memórias do processo de desenvolvimento do projeto político pedagógico no SMSME/MA. Ao fim do diálogo, eram conduzidos a verbalizar sobre suas crenças no projeto político pedagógico, um momento significativo, pois transparecia o que de mais importante apreenderam do processo vivenciado.

Após esse diálogo era solicitado que falassem o que desejassem em relação ao tema tratado e ao momento da entrevista.

Para a técnica supervisora, acrescentou-se um momento que explorou a relação entre CRAS e SMSE/MA, assim como as relações intersetoriais indispensáveis para que o SMSE/MA alcance seus objetivos.

Em relação ao presidente da ONG, o terceiro momento explorou a relação potencializadora ou não da ONG no SMSE/MA, as relações intersetoriais, o termo de colaboração entre a prefeitura e a organização, com ênfase no repasse das verbas.

As entrevistas tiveram duração média de uma hora e trinta minutos. Os diálogos eram orientados de forma que os sentidos dos participantes sobre o que narravam se evidenciassem. Foram momentos de narrativa e reflexão.

Para tratamento dos dados das entrevistas, elas foram ouvidas e transcritas. Após, lidas por várias vezes. Em seguida, foram destacados os pontos concordantes e discordantes entre as narrativas. Em outro momento, separou-se elementos de significado: lembranças espontâneas; mudanças e permanências possíveis no SMSE/MA; reflexo do desenvolvimento do PPP na equipe; reflexo do desenvolvimento do PPP no atendimento ao usuário; efetividade das medidas socioeducativas; relação das normativas e legislação com a prática do SMSE/MA; o significado das medidas socioeducativas; impacto profissional do processo vivido; continuidade do processo de desenvolvimento do PPP.

Buscava-se apreender se o processo de desenvolvimento do PPP havia oportunizado aprendizagem sobre o fazer socioeducativo, se o aspecto educativo da medida foi privilegiado, se o movimento ação-reflexão-ação havia sido apreendido pelos participantes da pesquisa e se este havia promovido melhoria do relacionamento da equipe e no atendimento realizado junto aos adolescentes, jovens e familiares usuários do SMSE/MA.

Outros aspectos analisados foram se houve a continuidade do desenvolvimento do projeto político pedagógico, e se positivo, ou negativo, como avaliavam a continuidade ou não do processo.

Lançou-se olhar sobre a intersetorialidade e as relações do serviço de medidas socioeducativas com o sistema de garantia de direito e os parceiros colaboradores.

O instante seguinte foi dialogar as narrativas com os outros dados da pesquisa.

## 2.4 O TRATAMENTO DOS DADOS DA PESQUISA

A leitura dos teóricos que fundamentam esta pesquisa, com ênfase em Paulo Freire e Vigotski possibilitaram aprofundar a compreensão sobre a relação do ser humano com seu meio, e como essa relação modifica o ser e seu contexto.

Com Pistrak e Makarenko realizou-se o aprendizado da possibilidade do fazer educativo e socioeducativo no coletivo, nas situações mais difíceis e sem recursos possíveis, com valorização da convivência humana.

Os teóricos da pedagogia social no Brasil, foram responsáveis por contextualizar os aprendizados acima descritos na realidade brasileira, levando a reflexões significativas sobre o fazer socioeducativo na valorização da vida e potencialidades de cada pessoa.

Os teóricos da pedagogia, ensinaram sobre a organização do grupo de trabalho para o planejamento das atividades educativas e a relevância desse planejamento para que se efetive uma educação que possibilite o aprendizado com e para a vida.

Estudar com profundidade as leis que normatizam o SMSME/MA e a proteção dos direitos das crianças e adolescentes, assim como os documentos que se referem especificamente às medidas socioeducativas em meio aberto trouxeram outra compreensão sobre a política pública na qual o SMSME/MA se insere.

Esses aprendizados causaram um novo olhar sobre o processo experienciado no SMSME/MA analisado que foi transparecendo no decorrer da pesquisa.

Ao consultar os documentos do SMSE/MA e ouvir as narrativas dos participantes da pesquisa foi se evidenciando a necessidade de desenvolver a escrita do texto entremeando os dados recolhidos ao aporte teórico, já que o material colhido trazia evidências concretas das descobertas oportunizadas pela teoria.

Dessa forma, optei por, desde o início do texto, trazer e conversar os dados levantados para a pesquisa com a teoria que a fundamenta.

Assim, a descrição e a análise vão se construindo juntas, e os sentidos que elaborei igualmente se evidenciam.

As respostas às perguntas realizadas por este estudo se dão ao meio desse caminho percorrido, e se resumem nas considerações finais do trabalho.

Esse processo permitiu que se elaborasse indicadores para orientar o desenvolvimento do projeto político pedagógico no serviço de medidas socioeducativas, no intuito de auxiliar os gestores a organizarem dados e a equipe de trabalho para empreender o planejamento de suas atividades.

### 3. ANÁLISE DO PROCESSO

Por meio do diálogo entre teoria e dados de pesquisa, segue o texto deste estudo, na discussão e análise sobre o papel articulador do projeto político pedagógico no contexto do serviço de medidas socioeducativas em meio aberto.

#### 3.1 AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO SOB A LENTE DA SOCIOEDUCAÇÃO

A partir de que fundamentação compreendo as medidas socioeducativas em meio aberto? Sobre qual base teórica construo minha atuação profissional enquanto educadora social, nesse espaço?

Essas são questões que procuro não perder de vista, no objetivo do aprendizado e do aperfeiçoamento de minha prática enquanto pedagoga e educadora e que me levaram a construir um olhar sobre as medidas socioeducativas em meio aberto.

Compartilho esse olhar, por ele fundamentar a trajetória de atuação e reflexão que culminou nesta pesquisa, sendo a base para as argumentações e busca de respostas deste trabalho.

No convívio com educadores atuantes no serviço de medidas socioeducativas e com trabalhadores dos diversos espaços que atendem a crianças e adolescentes, pude ouvir diversos discursos sobre o que essas pessoas compreendiam sobre as medidas socioeducativas em meio aberto e seu público alvo.

Discursos ora assistencialistas, ora punitivos e discursos que iluminavam práticas fundadas em ações pedagógicas que pensavam a relação da pessoa com o meio social que foi colocada a viver.

Acreditei e acredito nesse último discurso, e nele, o sujeito que recebe a ação é uma pessoa em desenvolvimento, sujeito de direitos e deveres (cf. BRASIL, 1990), na compreensão de que:

O adolescente, como *identidade acontecente*, sabe-se pertencendo, mas duvida desse pertencimento que muitas vezes não o aceita, não o escuta ou não lhe dá atenção. Procura por refúgio, na homogeneização do grupo de iguais, formando e criando novos nichos de pertencimento, que por sua vez serão também discriminados, mas que lhes oferece, mesmo que momentaneamente, a continência de ser, para ser e emancipar-se, *alterizando-se*. (DIAS, 2001, p.191).

E, nesse sentido, creio na relevância que o atendimento realizado nas medidas socioeducativas pode ter na vida do adolescente e jovem acolhido pelo SMSE/MA, de forma a ajudá-lo a refletir sobre suas ações e as consequências destas, oportunizando

uma nova organização em sua vida, dizendo muito do olhar que construí sobre este espaço, que ganha sentido a partir dos estudos de pedagogia social iniciados à época da graduação em pedagogia e se estenderam em minha atuação profissional, referenciando-me especialmente nos educadores e pesquisadores da pedagogia social brasileiros, citados na introdução deste trabalho.

Dessa forma, no momento, penso a pedagogia social, no contexto brasileiro, como uma Teoria Geral da Educação Social (cf. SILVA et al, 2011), teoria essa que reflete sobre a prática de educadores populares, sociais e comunitários, convergindo esses saberes e fazeres no intento maior de que em nossa convivência “[...] as relações sejam essencialmente pedagógicas entre as pessoas em todos os espaços públicos e coletivos e os meios de que elas se utilizam para prover e dar significados à sua existência.” (SOUZA NETO; SILVA; MOURA, 2009, p.10).

Uma pedagogia que tem como norte o pensamento de Paulo Freire, na justa consideração de que

Embora o próprio Paulo Freire –reconhecemos – não tenha usado o termo Pedagogia Social, toda sua obra é orientada para um único propósito: desenvolver no ser humano a vocação de ser mais, tendo como pressupostos teóricos e práticos para a transformação social a liberdade, a autonomia, a emancipação, a consciência de si, do outro e do seu lugar no mundo. (SILVA, 2016, p. 189).

A pedagogia social, na proposta descrita, auxiliou-me na percepção das situações de desigualdade social e de situação de múltiplas privações (Cf. UNICEF, 2018) presentes na vida das pessoas que passam pelo processo educativo, em todos os espaços onde este acontece, assim como na compreensão de que forma eram afetadas pelas relações de poder instituídas, propiciando respaldo teórico para uma prática de educação libertadora (cf. FREIRE, 1982).

Nesse sentido, mostrou a prática de profissionais, de diversas ou sem nenhuma titulação acadêmica, que desenvolviam trabalhos fundamentalmente pedagógicos, com base em uma pedagogia que ensinava as pessoas a viverem com melhores condições na situação real que experienciavam em seus cotidianos.

Assim, passei a entender que o objetivo dessa prática pedagógica é favorecer a convivência humana a partir de uma reflexão crítica sobre a própria condição de existência do ser, para uma tomada de ação que lhe permita uma outra forma de viver, e melhor, respeitando a diversidade das maneiras de viver e suas expressões culturais. E, nesse sentido, passei a considerar que a prática educativa que deveria acontecer na medida socioeducativa, em seus princípios e ações, em tudo se

enquadrava nas práticas da educação social, um dos domínios da pedagogia social. (Cf. SILVA; SOUZA NETO; STELA GRACIANI, 2017).

Em busca de um entendimento mais aprofundado sobre essa educação, de forma a estabelecer criticidade sobre sua prática passei a ler atentamente teóricos da educação socialista, considerando significativa para esta pesquisa a teoria desenvolvida por Vigotski, na compreensão sobre a importância da educação social, lançando luzes sobre o fazer educativo junto aos adolescentes na medida socioeducativa em meio aberto. Segundo Vigotski (2003), a educação social seria a única educação possível de dar conta de formar um ser humano que com suas potencialidades contribuísse para o desenvolvimento da sociedade.

Suas pesquisas mostraram que para além da bagagem hereditária, biológica que o ser humano traz, a questão histórica e social norteia seu comportamento. Cabe à educação auxiliar ao homem na interação com o meio no qual foi chamado a viver, de forma que suas reações às instigações do meio social sejam criativas e úteis para a sociedade em geral. Não de maneira a se conformar com o estabelecido pelas classes dominantes da sociedade, pois então não seria criativa, mas de maneira a “estabelecer novas reações, novas formas de conduta.” (VIGOTSKI, 2003, p.76).

Cada ser apresenta suas particularidades enquanto pessoa devido à combinação única que acontece na interação dos fatores biológicos e sociais em cada indivíduo e, nesse sentido, “[...] o ambiente social determina a elaboração do comportamento. [...] O ambiente social é a autentica alavanca do processo educativo [contudo] o processo de formação de reações depende do desenlace do combate entre o organismo e o meio” (VIGOTSKI, 2003, p.76-79).

Ao educador cabe organizar o meio social favorecendo a interação do educando com este meio desencadeando o processo educativo. Para Vigotski, o educador se assume como tal quando “[...] incita a atuação das poderosas forças do meio, as dirige e as obriga a servir à educação.” Importa, nesse processo, “[...] comunicar hábitos e capacidade de viver.” (VIGOTSKI, 2003, p.76).

Para Vigotski o meio natural, o ambiente onde a pessoa se desenvolve, o próprio corpo, correspondem ao meio social, pois “Em suas relações com o ambiente, o ser humano sempre utiliza uma experiência social.” (Ibid., p. 79).

Vigotski nos ensina a educação social como uma educação imersa na vida, no cotidiano, sendo relevantes o ambiente (meio social), o educador e o educando, ressaltando que

[...] o ser humano adapta de forma ativa a natureza para si mesmo. [...] Para o organismo, só é real o vínculo que ocorreu em sua experiência pessoal. [...] Não é possível exercer uma influência direta e produzir mudanças em um organismo alheio, só é possível educar a si mesmo, isto é, modificar as reações inatas através da própria experiência. (Ibid., p.62-75).

Assim, “[...] na educação não há nada passivo ou inativo.” (VIGOTSKI, 2003, p.78). Todas as forças cooperam no processo educativo, e esse acontece quando o sujeito da educação apreende as forças que o perpassam, criando formas para crescer e viver harmonicamente com as condições que lhe são oferecidas no ambiente em que se desenvolve, o transformando para um viver melhor.

Trata-se, portanto, de um pensamento pedagógico, que tem como objeto a educabilidade social, tal qual os teóricos da pedagogia social brasileira têm pensado.

Em resumo, entendemos que a Pedagogia Social tem como objeto de estudos a educabilidade social, seja ela do indivíduo, da família, da comunidade, da sociedade ou das instituições. Essa educabilidade ocorre ao longo da vida, em todos os espaços, [...], e coloca todos nós como potenciais educandos e educadores, abrangendo tanto o passado quanto o presente e o futuro. [...] e tem em vista desenvolver o potencial humano para que as relações que ele estabeleça sejam predominantemente pedagógicas. (SILVA; SOUZA NETO; GRACIANI, 2017, p.14.).

Por conta dessas aproximações a teoria desenvolvida por Vigotski será um norteador de análise dessa pesquisa.

Acredito que o desafio proposto na socioeducação, exercida no âmbito da medida socioeducativa em meio aberto, é o de possibilitar ao adolescente, que reagiu com o ato infracional ao que o meio social lhe proporcionou, a encontrar o sentido de sua vida. Buscar outra relação possível com o meio, que não a destruição e a dor. E, nesse sentido Vigotski nos provoca a questionar: como o educador pode atuar de forma a que todas as forças presentes nesse meio se transformem em forças que promovam a educação social da pessoa?

O questionamento não pode estar deslocado do meio que o contextualiza. A medida socioeducativa em meio aberto na cidade de São Paulo é permeada por diversos setores da sociedade, o que significa um espaço de atuação educativo no qual podem brigar relações de poder, conforme a situação política e os objetivos do Estado em relação a esses adolescentes, que já são estigmatizados pela sociedade em geral como “gente que não tem mais jeito”.

Neste contexto e considerando o pensamento de Vigotski, no qual só é possível educar a si mesmo, acredito em um trabalho socioeducativo que não tente mudar a pessoa para que ela passe a pensar, sentir e agir de uma forma diversa à realidade na qual cresceu e se educou, mas sim auxiliar para que possa compreender como as



circunstâncias da vida à afetam, como encontrar suas potencialidades na adversidade e usar o meio a favor de sua dignidade humana. Contudo, entre alguns profissionais que atuam no sistema de garantia de direitos e, principalmente, na sociedade em geral, acredita-se na medida socioeducativa como uma máquina, na qual o adolescente ou jovem entra de um jeito por uma porta, e deve sair “transformado” após o término da medida, pelo outro lado. O lado das conformidades sociais.

Enquanto educadora social opto por trabalhar com a crença de que

O ethos da libertação pedagógica exige que o mestre saiba ouvir, no silêncio, e com respeito, a juventude, o povo. [...] em sua convivência, em sua humildade e serviço transmite a consciência crítica para afirmar os valores já existentes na juventude e no povo. Atitude de colaboração, convergente, mobilizadora, organizativa, criadora. A veracidade anti-ideológica é a atitude fundamental pedagógica: descobrimento dos enganos do sistema, negação ou destruição daquilo que tal sistema introjetou no povo, construção afirmativa da exterioridade cultural. (DUSSEL, 1977, p.101-102).

Assim, penso que o espaço de educação socioeducativo é o lugar da escuta sincera e ética dos que nele se encontram, possibilitando o diálogo que organiza e significa o cotidiano para que nasça uma outra perspectiva de vida, com mudanças e permanências. A mesma pessoa e um novo relacionamento com a vida, fruto de suas escolhas. Movimento que, se bem compreendido e executado, envolve e modifica a todos os participantes do ato educativo, acolhendo os saberes e as possibilidades de cada pessoa, setor ou instituição para a criação de novas possibilidades de experiências e vivências.

Considero ainda, e tenho esse pensamento como motivador de minha atuação profissional, que “É preciso reconhecer de uma vez por todas que a criança e o adolescente, não se preparam apenas para viver, mas já vivem uma verdadeira vida. Devem conseqüentemente organizar esta vida.” (PISTRAK, 2011, p.33).

Revela-se, nesse sentido, o que me parece ser o papel fundamental da educação, que é favorecer, por meio dos processos educativos, que as pessoas reflitam sobre como vivenciam seus cotidianos, lhes possibilitando que realizem escolhas, mudanças ou permanências comportamentais, mas sempre em favor da vida, preservada em seus direitos fundamentais.

Contudo, creio ser importante considerar que para essa educação ser possível é basilar o envolvimento do educador, em sua vida, com a proposta que ela traz.

Ao observar o fazer dos profissionais que atuavam na medida socioeducativa parecia se evidenciar uma carência de exercício de reflexão sobre a ação, assim como a ação carecia de embasamento teórico que fundamentasse o trabalho realizado. O

exercício ação-reflexão-ação, que entendo ser primordial para o desenvolvimento da consciência crítica, parecia distante da realidade da equipe, mergulhada em seus fazeres imediatos do cotidiano.

Nem sempre os espaços de encontros coletivos, como as reuniões de equipe ou as paradas pedagógicas, eram aproveitados para o estudo teórico, estabelecendo um diálogo sobre o trabalho realizado no serviço, o que poderia se constituir num momento significativo de aprendizado para a equipe, considerando que

Pensar a constituição dos sujeitos que aprendem e ensinam em perspectiva reflexiva remete-nos a também pensar finalidades, intencionalidades e a própria organização do trabalho pedagógico como instrumento social básico que possibilita a transposição do individualismo, da fragmentação para a materialidade da construção coletiva. (Resende, 2011, p. 245).

Creio que esse exercício seja essencial para o desenvolvimento do educador em relação a seu fazer, em relação à sua equipe de trabalho e à sua vida, pois como Freire (1997) alerta, para promover a consciência crítica no outro, é primordial que o educador consiga promover em si essa conscientização.

O do que se precisa é possibilitar, que, voltando-se sobre si mesma, através da reflexão sobre a prática, a curiosidade ingênua, percebendo-se como tal, se vá tornando crítica. [...] É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. (FREIRE, 1997, p. 43-44).

A crítica quanto à falta de reflexão não se aplica diretamente aos educadores, pois acredito que o trabalho no SMSE/MA, quando não é bem gerido, deixa de oportunizar que os educadores se encontrem para a reflexão necessária de suas práticas, talvez pelo fato de que o movimento de práxis ainda não se instalou como uma cultura necessária na educação brasileira.

### **3.1.1 Ponderando: legislação e o trabalho socioeducativo no SMSE/MA**

Entender e acreditar na educação social é um passo para o educador que atua na medida socioeducativa em meio aberto. O outro é compreender as leis e normativas que organizam e conduzem o seu fazer. Outro passo é entrelaçar seus saberes e crenças com essas diretrizes, no atendimento às necessidades dos que atende.

Essa foi uma questão tratada com os participantes desta pesquisa, e seus pensamentos estarão presentes na reflexão que será desenvolvida.

O SMSE/MA “[...] tem por finalidade prover atendimento socioassistencial e o acompanhamento aos adolescentes e jovens, de ambos os sexos, em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto [...]”, no objetivo de “[...] contribuir para o

acesso a direitos e ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens [...]”, assim como promover a responsabilização em relação ao ato infracional praticado. (SÃO PAULO, 2010, on-line).

As normativas legais que fundamentam a atividade nas medidas socioeducativas em meio aberto orientam no sentido de uma ação pautada na socioeducação.

É estranho pensar que a medida socioeducativa pode não estar pautada em ações conduzidas para uma educação social, mas a compreensão do aspecto educativo e socioeducativo da medida ainda é terreno de difícil compreensão para muitos profissionais, por não se aprofundarem no conhecimento das teorias que dão suporte as determinações legais, e até mesmo, por desconhecem as normativas do serviço que realizam. Novamente atento que não se trata de julgar os companheiros de profissão, pois conheço o cotidiano do serviço, e saliento a importância de tempo e espaço, dentro desse cotidiano, para que as reflexões sejam possíveis de acontecer.

Acredito ser significativo explicar que parto do que está colocado como leis e normativas para o SMSE/MA, buscando, dentro do instituído, oportunidades para instituir uma outra relação ou melhor relação com o estabelecido, ou até refutar o que existe. Acredito numa postura otimista, de que, a partir do que já foi construído, ser possível se fortalecer e criar reflexões, novas ações, políticas públicas que atendam com maior presteza às necessidades das pessoas.

Nem tudo o que lemos nas leis se efetiva, mas por lá estarem, nos impulsionam para concretizar o que for positivo e alterar o que não beneficia ao ser humano, o que pode ser possível, se as conhecermos.

Dessa forma, passo a considerar, a partir da perspectiva da socioeducação, os objetivos declarados para o serviço de medidas socioeducativas em meio aberto. Não abordarei os aspectos específicos da PSC ou da LA, e sim, o do serviço, como um espaço socioeducativo, no geral.

O ECA (BRASIL, 1990) e o SINASE (BRASIL, 2012) são a base das ações dos SMSE/MAs. Os serviços contam com diretrizes, eixos operativos, normativas, estabelecidos a partir dessas leis, e trarei algumas para discussão.

A proposta para o SINASE, que se consolidou na lei 12.594/2012, elaborada pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), determina que as entidades e programas que executam as medidas socioeducativas atuem com “[...] Prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente

sancionatórios [...] haja vista que sua execução está condicionada à garantia de direitos e ao *desenvolvimento de ações educativas* que visem à formação da cidadania.” (BRASIL, 2006a, p. 47, grifo nosso), consonante com a doutrina de proteção integral.

Nesse sentido, a proposta corresponde com o que preceitua o ECA, no que tange às medidas socioeducativas, que segundo a lei, em sua execução considera o disposto nos artigos 99 e 100, que tratam sobre as medidas protetivas, especificando que “Art. 100. Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários”. (BRASIL, 1990). E, para não deixar dúvidas que as medidas protetivas e socioeducativas visam a contribuir para a proteção e desenvolvimento da pessoa salienta:

Art. 100. [...] . Parágrafo único. São também princípios que regem a aplicação das medidas:

I – condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos: crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos nesta e em outras Leis, bem como na Constituição Federal [...]. (BRASIL, 1990).

Portanto, se trata de garantir os direitos fundamentais à vida, “Art. 7º [...] mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.” (Ibid, 1990).

Lançando o olhar para a realidade de nossas crianças e adolescentes parece que estamos lendo um texto de ficção. Alguma pegadinha oficial para iludir a cara da dor e desumanização a que estas pessoas em desenvolvimento estão submetidas, no Brasil.

Por isso afirmo, novamente, que é necessário otimismo e disposição para instituir ações no sentido de materializar esses direitos, conquistados e transformados em legislação com grande esforço de vários segmentos da sociedade, com base em uma educação social, ao ponto de não precisarmos mais de uma lei para nos dizer que:

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. (BRASIL, 1990).

Ainda mais, ao tratarmos de direitos a pessoas que violaram ao legalmente e socialmente estabelecido como regra de boa convivência.

Trata-se de refletir sobre políticas públicas. E nesse contexto, as medidas socioeducativas em meio aberto priorizam a vida e a educação do adolescente em respeito à convivência familiar e comunitária, contudo, as próprias leis que a guiam parecem trazer contradições entre si.

Ao lado de todas as considerações apresentadas pelo ECA (BRASIL, 1990) e que deram suporte ao nascimento da proposta do SINASE (BRASIL, 2006a), lemos no texto da lei 12.594/12 (SINASE, BRASIL, 2012), que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo que as medidas socioeducativas previstas no ECA têm como objetivo a responsabilização do adolescente frente ao ato infracional cometido, sua integração social e a desaprovação do ato infracional, por meio da aplicação da medida que for considerada a mais justa para o caso.

Há de se questionar a redação da lei mediante os termos ‘responsabilização’, ‘integração social’ e ‘desaprovação’.

O adolescente existe e está se desenvolvendo em um determinado contexto, portanto, está integrado à sociedade. Melhor seria estar integrado com seus direitos garantidos, sem fome, sem violência física ou psicológica, com um bom sistema de ensino, mas não é o que acontece em maioria, com os adolescentes que cometem ato infracional. Portanto, não creio que se trate de integração, mas de garantia de direitos. Parece-me que o texto não penaliza pelo ato infracional, mas penaliza também pela situação social e cultural vivida por este adolescente.

Não se trata de vitimização, o que já seria outra violação e falta de responsabilidade frente a essas vidas, mas se trata de leitura de contexto, vivenciada e refletida não só por mim, mas por vários atores que atuam junto a essas pessoas.

É um trabalho socioeducativo, mas não podemos desconsiderar que ele deve sim para a sociedade. Então por exemplo, ele vai cumprir uma medida, uma prestação de serviço para a sociedade, ele não vai jogar futebol, ele vai lá para fazer alguma coisa que ele vá olhar para o mundo diferente, começar a pensar diferente, que seja bom para ele, que isso vai enriquecê-lo[...]. Eu penso o que a gente tem que ter uma equipe técnica muito boa [...] que tenha tolerância, que tenha amor, que tenha ótima acolhida, porque esses meninos, embora tenham todo esse contexto, eles precisam de uma boa acolhida, eles precisam de escuta. E eles precisam de formação, porque a maioria deles, a gente vê e viu, que eles acabam o ensino médio e não sabem ler. Isso, na minha opinião, é responsabilidade do Estado, o Estado é incompetente nisso e é desde lá de trás, quando ele era pequenininho, do pai dele e da mãe dele e assim vamos. A gente não tem cultura, a gente não tem esporte, a gente não tem um monte de coisa, então é isso. (Supervisora Laís).

Quanto à responsabilização, é preciso considerar que está sendo aplicada a pessoas em desenvolvimento. Então, como responsabilizar? Dar uma chamada, como se diz, ao pé do ouvido, como vemos tantas vezes acontecer nos julgamentos, sem

resultados positivos na vida cotidiana do adolescente? Impor sanções à sua liberdade e depois conceder a liberdade sem melhoria da situação vivenciada cotidianamente?

[...] às vezes a gente acaba se colocando na posição de que os meninos são vítimas e que eles não tiveram nenhuma clareza do que eles estavam fazendo, quando em alguns momentos eles tiveram. Acho que realmente, a forma com que eles vão responder a isso, a forma como eles vão ser responsabilizados tem que ser totalmente diferente da forma como um adulto é responsabilizado, mas que ele precisa ser responsabilizado. Precisa! A gente anular isso dele não vai favorecer nenhum processo socioeducativo. [...] a gente tem que sempre pensar em atividades para esse adolescente que vão favorecer o processo de evolução dele, desenvolvimento dele[...] porque um menino que não está alfabetizado vai conseguir um emprego precário, ele vai conseguir um emprego informal, ele vai conseguir um emprego onde ele será explorado e a gente vai continuar reforçando e reproduzindo essa violação de direito, então o menino vai pegar um emprego qualquer... e é isso que a gente quer? Não é. A gente quer favorecer que ele tenha uma outra experiência, a gente vai favorecer que ele reproduza a história do pai e da mãe? Não é isso que a gente vai esperar. (Técnico Pedro).

Porque a lei é garantidora de tudo, mas na prática, cada um que atende à essas necessidades sabe o que acontece.

[...] a gente sabe que o direito, ele é garantido para todos, mas na hora que você vai de fato falar para o menino “Olha tá na lei aqui que você tem direito a isso” a gente sabe que ele vai chegar lá na escola, ele vai ser humilhado, ele sabe que ele vai chegar lá na SAS, o benefício talvez não seja garantido para ele, vai chegar no judiciário, o judiciário tá lá falando que ele tá protegido, mas pode ser que ele já fique lá preso [...] (Gestora Bruna).

Exemplificando sobre sua reflexão, Gestora Bruna relata alguns casos nos quais os direitos não foram garantidos, sendo um deles:

Outro menino também, que pegou fogo na casa, chegou lá todo... não sai da cabeça, né... todo cheio de carvão, coitado, não dá nem para esquecer essa história, foi uma tragédia, o tio tinha falecido, tal, e não tinha nem como garantir nenhum direito para ele, não adiantava falar para ele “vai lá para o CRAS” que a gente sabia que nem cesta básica, eu acho, que talvez eles poderiam garantir naquela hora. Era mais fácil a equipe ajudar com que pudesse [...], porque a gente sabe que se ele fosse pedir ajuda ele não teria de prontidão, é uma coisa que infelizmente a gente... não tem isso.

A equipe se mobilizou conseguindo roupas e alimento para a família, assim como, realizou o devido encaminhamento ao CRAS, para acompanhamento da situação de extrema vulnerabilidade.

Frente a essa realidade, e tantas outras que o SMSE/MA precisa responsabilizar. Creio melhor acreditar em educação social como a maneira de colocar o adolescente frente a seu ato, criticamente e com oferta de oportunidades para que tenha a possibilidade de realizar escolhas, que não o crime, para sua vida.

E quanto à desaprovação, o texto é duro, e parece afirmar a importância da judicialização.

Na prática, o discurso presente no texto da lei 12.594/12, se reflete no atendimento dos serviços em meio aberto, onde existe, em maioria, a preocupação

sempre presente de atender às demandas do judiciário, cumprindo com as datas prescritas para relatórios e execução dos encaminhamentos exigidos, mesmo que não condizentes com as reais necessidades do adolescente.

[...] em alguns momentos a gente tem que se distanciar do trabalho do judiciário, porque senão você não consegue favorecer algo efetivo talvez, observando e respeitando aquele adolescente X. Então você faz um catadão para todo mundo e todo mundo tem que ir para a escola, curso e trabalho, quando na verdade não é. Às vezes pode ser que o menino tenha que fazer um tratamento no CAPES e não precise de tudo isso e que isso já vai ser muita coisa para ele. Isso precisa mudar um pouco, assim, talvez a relação dos profissionais com o judiciário. Porque as vezes a gente acaba se vendo na mesma posição do adolescente né, com medo. (Técnico Pedro)

As demandas do judiciário e do CREAS/CRAS, muitas vezes, são atendidas, descoladas da construção do sentido dessas ações na vida do adolescente e de sua família, o que leva à reflexão de que o aspecto educativo da medida é colocado em segundo plano.

Faço essas considerações, para alertar quanto à importância de pensar sobre a prática, na compreensão sobre qual ideologia, qual forma de poder fundamenta essa prática.

É complexo esse entendimento, pois apesar da lei 12.594/12 ser a que regula as medidas socioeducativas, os parâmetros de ação, os eixos normativos das medidas parecem-me mais próximos dos princípios presentes no ECA, que “[...] em seu escopo, [...] incorporou o princípio da prioridade absoluta para garantir o direito à educação; tendo-o feito, objetivou essencialmente o caráter socioeducativo das medidas socioeducativas [...]” (SÃO PAULO, 2016, p.37).

Creio que esses pequenos desencontros se tornem em grandes desafios na implementação de uma política pública que efetivamente atenda ao que foi criada. Fica a impressão, para quem a executa, lá na ponta, junto com a comunidade, de que se traçam linhas e linhas, leis e normativas, que por serem divergentes em seus princípios, acabam por serem sem eficácia. Não atendem ao que foram propostas.

[...] por mais que a gente faça o trabalho com a família, tente conscientizar, faça o trabalho com o jovem, converse, oferece todas as oportunidades... infelizmente, algumas coisas ainda não depende da gente, depende do Estado e a gente sabe que infelizmente a gente que tem que acabar fazendo pelo menino [...] e a gente tem que trabalhar mais próximo da realidade dele até que ele realmente consiga agarrar essa oportunidade, ter o pertencimento e mostrar que ele é capaz de dar essa volta. (Gestora Bruna).

O Técnico Pedro, que atualmente coordena um SMSE/MA afirma com ênfase que não crê na efetividade das medidas socioeducativas, nos moldes em que se desenvolvem, mas não consegue ter claro o que impede que atendam a seus objetivos.

[...] eu passei quase um ano e meio fora de serviço e quando eu voltei a família que tinha um filho em cumprimento de medida, agora estava com os três filhos em cumprimento de medida, então assim... um distanciamento muito grande do que está sendo proposto e do quanto está acessando essas famílias. Não sei ao certo o que que é. As equipes de trabalho se desdobram para descobrir isso, mas... eu não sei se são as diretrizes que se distanciam da realidade dos adolescentes, eu não tenho como afirmar se seria realmente isso, mas que é o distanciamento de alguma coisa ali, tá tendo.

Contudo, apesar do contexto colocado, conforme já citado, é possível ler os princípios do ECA nas orientações práticas para a execução dos SMSE/MA, e quem sabe possa se alterar o texto da lei 12594/12 para que atenda à sua proposta original na defesa “[...] dos alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturada, principalmente, em bases éticas e pedagógicas.” (BRASIL, 2006a, p.16).

O SINASE, sem dúvida, representa um avanço para a implementação de uma política pública que assegure os direitos fundamentais à vida do adolescente em conflito com a lei. A reflexão aqui realizada é no sentido de se cuidar que o verbo não traia a ideia, o que na prática faz com que a direção ideológica do texto e suas brechas, tornem-se em fragilidades pela garantia desses direitos, fundamentados na educação, como preconiza o ECA.

Embora pareça pouco, acho que a gente teve um salto de um oceano, porque até dez anos atrás você não tinha este serviço de um jeito que a gente acredita que tem que ser, então eu acho que esse é um ponto fundamental. (Supervisora Laís).

Ratificando a importância declara por Supervisora Laís, o Técnico Pedro acredita que em sua prática, as normativas atendem ao caráter regulador.

Eu acho que todas elas influenciam no sentido de organizar o trabalho e direcionar no sentido para a gente saber até onde é campo da medida socioeducativa, até onde alcança uma medida protetiva, até onde é responsabilização dos pais, até onde é uma responsabilização do técnico, eu acho que serve muito para isso, a gente ter muito claro qual é o papel de cada atuante, até onde que é o papel da escola, até onde que o técnico pode intervir nessa relação entre escola, adolescente e família, qual é o papel do Conselho Tutelar, acho que serve muito para isso e acho que acaba servindo para a gente cobrar esses outros equipamentos e serviços que diz a respeito à garantia de direitos.

Em busca das bases éticas e pedagógicas encontra-se no Caderno de orientações técnicas e metodológicas de medidas socioeducativas (MSE) de liberdade assistida (LA) e prestação de serviço à comunidade (PSC) que “A ação educativa deve promover o protagonismo juvenil e fortalecer a participação da família no processo socioeducativo. Esse *processo é consolidado na ação pedagógica* [...]” (SÃO PAULO, 2012, p. 29, grifo nosso).

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2013b, p. 30) determina que o SMSE/MA tem como objetivo ofertar acesso à cultura e à educação,



fortalecer os laços familiares e comunitários, fazer o acompanhamento social do adolescente, inseri-lo nas políticas públicas e nos serviços e programas socioassistenciais, conforme sua necessidade, assim como possibilitar a construção de um projeto de vida que favoreça seu afastamento das situações de risco que o levaram ao ato infracional.

O Caderno de Orientações Técnicas: serviço de medidas socioeducativas em meio aberto destaca que

“[...] apesar de se tratarem de sanções, as medidas socioeducativas não são e não podem ser confundidas com penas, pois as duas têm natureza jurídica e finalidade diversas, dado que as medidas socioeducativas têm caráter *preponderantemente pedagógico*, com particularidades em seu processo de aplicação e execução. (BRASIL, 2016, p.24, grifo nosso).

Essas normativas conduzem a pelo menos duas rápidas reflexões.

As medidas socioeducativas precisam respeitar o princípio de brevidade conforme estabelecido pelo ECA. Para PSC são no máximo seis meses, para o cumprimento das horas de serviço determinadas judicialmente, e para LA, no mínimo seis meses (BRASIL, 1990; 2012), com relatórios enviados trimestralmente ao judiciário para informe sobre o adolescente.

Na prática, a medida socioeducativa de PSC levanta contínuos debates entre os profissionais das medidas em meio aberto, já que quase todo acompanhamento do adolescente é feito à distância, tendo a unidade prestadora como mediadora sobre a assiduidade, postura, comprometimento do adolescente com a atividade designada. Assim, como atender aos objetivos propostos para as medidas socioeducativas à distância? E, na realidade, se o adolescente cumprir com as horas designadas, considera-se que cumpriu a medida que lhe foi aplicada.

Portanto, são relevantes as discussões sobre a possibilidade de PSC coletiva, uma prática que está sendo implementada por alguns SMSE/MAs, e verdadeiramente voltada para que o adolescente perceba o reflexo de suas ações na comunidade.

Quanto à LA, parece-me ser a medida que caracteriza as ações exigidas e exercidas pelo meio aberto, no geral.

Contudo, ao se pedir o desenvolvimento de um projeto de vida, dentro do conceito de brevidade da medida, consideramos a dificuldade em estabelecer vínculo, desenvolver a autoconfiança, mudar o sentimento da invisibilidade social para o de um sujeito de direitos a ponto de significar a importância deste projeto.

Sem dúvida, é de fundamental importância traçar objetivos de vida e construir possibilidades para alcançá-los. A reflexão que faço é, como realizar um trabalho de

qualidade no sentido proposto em razão às circunstâncias e normativas que o regulam. Mais uma vez, a teoria é boa, mas não se materializa, em muitos atendimentos realizados, gerando discursos sofridos, como o da Gestora Bruna, ao dizer que “[...] o ECA ele dá um parâmetro, mas eu nunca parei para falar ‘vamos ler essa lei, vamos ler...’ porque a gente sabe que na prática não existe.”

Nesse sentido, também é significativo as discussões desenvolvidas pelos trabalhadores da medida, na busca de espaços de convivência nos serviços e mais encontros coletivos, que favoreçam o desenvolvimento de habilidades e competências sociais. Certo que muitas dessas iniciativas não se concretizam por falta de verba.

Acho que eles deveriam até passar um pouco mais de tempo dentro da medida, não só ser ofertado aquilo que a prefeitura pode dar por enquanto que são, sei lá, as 16 horas, mas que ele pudesse ter mais escolhas, pudessem ter outras alternativas também. [...] O sonho era sempre ter um espaço de convivência que eles pudessem tá ali tipo “vamos jogar um ping-pong juntos”, mas precisaria ter mais gente para poder dar esse suporte para ele, porque querendo ou não nessas horas que o menino acaba desabafando, falando, criando vínculo, [...] e é um espaço que o serviço não tem, muitos ainda são muito sistemáticos, entra na sala, é atendido, malemal às vezes tem um lanche e tchau.(Gestora Bruna).

A outra questão a ser refletida, é que não fica claro nos documentos que normatizam os SMSE/MAs o que pode se entender por socioeducativo e quais seriam as ações pedagógicas que poderiam dar conta de cumprir com os objetivos da medida socioeducativa.

Nesse sentido, em muito contribui o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Município de São Paulo 2015-2025:

[...] um documento-referência que contempla dimensões e problemas sociais, culturais, políticos e educacionais que envolvem os adolescentes em cumprimento de medidas em meio aberto, embasado na luta e proposições daqueles que defendem o seu acesso e permanência nos espaços públicos por meio de políticas de cidadania. (SÃO PAULO, 2016, p.21-22).

O Plano, fruto de reflexões e apontamentos dos que atuam no sistema de garantia de direitos e da sociedade civil, apresenta relevantes contribuições para essa pesquisa ao tornar clara a ênfase na socioeducação apontando caminhos para que se efetive nas relações interdisciplinares, intersetoriais, interinstitucionais, constituintes da medida socioeducativa em meio aberto.

Seus autores atentam para a importância de que a socioeducação promova “[...] uma ruptura que, acima de tudo, predisponha os atores do Sistema de Garantia de Direitos para a emancipação.” (SÃO PAULO, 2016, p.20). O documento salienta que essa mudança se fundamenta em uma natureza ético-política, proposta, que, a meu ver, identifica a prática educativa da medida socioeducativa como uma prática da

educação social, nos fundamentos do pensamento freiriano, que possibilita “[...] subsídios para educadores e educadoras que acreditam ser possível outra Educação e outro mundo, mais humano, mais igualitário e mais justo.” (SILVA, 2016, p.196).

Uma educação que se apresenta como “[...] uma estratégia possível para dirimir os processos de reprodução da desigualdade e das mazelas sociais.”, e que em seu processo propicia “[...] aos educandos instrumentos para saberem lutar e construir o sentido da vida e da história.” (SOUZA NETO, 2010, p.34 - 36).

Por essa razão, particularmente, prefiro o termo “libertação” à “emancipação”, em consonância com o referencial teórico no qual se apoia esta pesquisa.

Como toda educação, a socioeducação que se tenta realizar na medida socioeducativa em meio aberto está situada no campo prático da vida. A lida pedagógica se dá na relação com o cotidiano das pessoas e, portanto, reflete seus resultados sobre este, buscando estabelecer uma nova relação da pessoa com as situações cotidianas.

É relevante não esquecer que estamos refletindo sobre uma educação que toca a pessoas em desenvolvimento, portanto, que estão formando suas estruturas psicológicas. Nesse sentido, na busca de compreender esse fazer educativo, recorro a Vigotski quando aponta

[...] como característica essencial da educação o momento de não-consolidação, de fluidez do crescimento e de mudanças originais no indivíduo. [...] Seu destino e objetivo consistem em preparar o ser jovem para a complexa atividade da vida.

[...] a educação pode ser definida como a influência e a intervenção planejadas, adequadas ao objetivo, premeditadas, conscientes, nos processos de crescimento natural do organismo. [...] Por isso, só terá caráter educativo o estabelecimento de novas reações que, em alguma medida, intervenham nos processos de crescimento e os orientem. (VIGOTSKI, 2003, p. 82).

Para se efetivar essa educação é de suma importância que se conheça e desenvolva as potencialidades do adolescente, já que por natureza, “[...] contém muitas personalidades futuras.” (Ibid., p.82).

Com essa compreensão e lançando o olhar no campo prático da ação pedagógica nos SMSE/MAs, passo a considerar o documento que baliza as ações pedagógicas na medida socioeducativa em meio aberto, o Plano de Atendimento Individual (PIA), e como sua elaboração, executada com clareza dos objetivos a que se propõe, isto é, do processo educativo que se desenvolve a partir dele, pode resultar em ações socioeducativas.

### 3.1.2 PIA, PPP e socioeducação

O PIA é um documento de exigência obrigatória (BRASIL, 2012) a ser elaborado logo que o adolescente chega ao SMSE/MA, a partir da escuta do adolescente e de sua família sobre a situação real de vida na qual se inserem, quais direitos fundamentais à vida foram violados, as possíveis causas do ato infracional, os sonhos e as perspectivas futuras do adolescente/jovem.

Não se trata da aplicação de um questionário, mas de um mecanismo de registro e planejamento que procura abarcar a trajetória, as demandas e os interesses do adolescente com o objetivo de construir, *a partir desse diálogo*, propostas [...] que criem alternativas para a ruptura com a prática do ato infracional e que contribuam para a autonomia do adolescente. (BRASIL, 2016, p.60-61, grifo nosso).

Uma importante característica do PIA é “Focar a *socioeducação* por meio da construção de novos projetos pactuados com os adolescentes e famílias.” (BRASIL, 2013a, p.08, grifo nosso).

Socioeducação entendida como “[...] um novo sentido ao que se tem denominado de socioeducativo, na linha de uma proposição que se apoia na educação.” (SÃO PAULO, 2016, p.19). Portanto, apreender o verdadeiro sentido de existir do PIA e construí-lo respeitando seus princípios é basilar para que a medida socioeducativa possa ter algum sentido na vida do adolescente/jovem.

As ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para [...] o seu pertencimento social e o respeito às diversidades (cultural, étnico-racial, de gênero e orientação sexual), possibilitando que assumam um papel inclusivo na dinâmica social e comunitária. Para tanto, é vital a criação de acontecimentos que fomentem o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências pessoais relacionais, cognitivas e produtivas. Neste sentido, a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) constitui-se numa importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente e sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa. (BRASIL, 2006a, p.52).

Reflito, no entanto, sobre outra questão presente entre os profissionais da medida em meio aberto, ao considerar a dificuldade em se estabelecer vínculo e elaborar propostas para ações efetivas às necessidades do adolescente no pouco tempo destinado à elaboração do PIA, hoje estabelecido em quinze dias após a chegada do adolescente ao SMSE/MA (BRASIL, 2012), sendo que o atendimento é semanal, para os que cumprem LA, e quanto à medida de PSC, entende-se que o adolescente cumpre sua medida na unidade referenciada para tal, sendo que chamá-lo para atendimentos individuais, configuraria outra medida, no caso, LA.

[...] vou citar algo que tem uma dessas diretrizes que acho que não condiz com a nossa realidade, por exemplo no SINASE, que diz que o prazo de elaboração do plano de atendimento são quinze dias, acaba sendo um prazo

até menor... [...] e aí não se tem condições de elaborar um PIA em quinze dias. No serviço que a gente trabalha hoje, a gente primeiro acolhe o adolescente e aí a gente vai produzir esse documento com o adolescente e com a família no outro atendimento, aí até técnico ler pasta, fazer uma leitura desse adolescente, passar isso para o papel de uma forma que respeite os adolescentes, que quando alguém ler sem conhecer aquele menino, mas consigo imaginar quem seja, fazer isso em quinze dias é humanamente impossível. Então acho que é uma situação que está no SINASE e que acho que não funciona na nossa realidade. Acho que essa é a mais gritante. (Técnico Pedro).

É gritante, pela importância do PIA. Nesse contexto, é fundamental o acompanhamento e a revisão das ações inicialmente estabelecidas junto ao adolescente e sua família, já que quinze dias, ou seja, duas conversas com o adolescente e, com sorte, com sua família, dificilmente mostram a realidade vivida por eles, o que faz com que, na prática cotidiana do SMSE/MA, o PIA, documento pensado na intenção de possibilitar a reflexão e novas intenções de vida, muitas vezes seja redigido em busca de satisfazer as determinações judiciais em desconexão com a realidade possível do adolescente, enfatizando na medida o caráter sancionatório e não de libertação.

Acima dos embates entre o traçado por uma política pública com leis, normativas, teorias, e o dia-a-dia real, os profissionais envolvidos com esse serviço têm em suas mãos a tarefa de, junto ao adolescente/jovem e sua família, entender o contexto social, econômico, familiar em que vivem e as questões pessoais que permeiam a leitura desses contextos, na busca do que poderia ter levado a pessoa (ainda em desenvolvimento) a praticar um ato infracional, no objetivo de que essa pessoa assuma seu lugar na sociedade de forma a não se aniquilar ou aniquilar ao outro (SOUZA NETO, 2006).

O SMSE/MA conta a seu favor o fato de exercer a prática educativa com pessoas em desenvolvimento inseridas no cotidiano de suas famílias, de seus bairros, de suas comunidades, portanto, com imensas possibilidades para desenvolver suas potencialidades. Segundo Vigotski (2003)

Tanto a delinquência em geral, como a delinquência infantil não significam um baixo nível de desenvolvimento humano. [...]. As falhas morais não indicam que ela [pessoa autora do ato infracional] seja incapaz de elaborar hábitos sociais ou seja inapta para a convivência social. (p. 217).

Leva-nos a considerar que mesmo as famílias consideradas de “boa educação” passam pelo problema da delinquência e considera que “[...] o delito denota com frequência uma certa força, uma capacidade de protesto, uma grande vontade e aptidão para sentir intensamente, desejar muito e conseguir muito.” (VIGOTSKI, 2003, p. 217).

Podemos considerar, portanto, que, por detrás de um ato infracional, existe alguém querendo comunicar algo. Comunicar que algo de errado acontece entre seu interior e o exterior, e assim, “[...] toda tarefa educativa se reduz apenas a estabelecer a adaptação da criança e suas reações às condições do ambiente”. (Ibid., p. 216). Portanto, as vivências e experiências junto à sociedade, mediada por profissionais habilitados e preparados para as auxiliarem na leitura e significação do mundo (FREIRE, 1982) e criação de suas vidas, delineiam o processo educativo para que meninos e meninas se organizem internamente e consigam superar as condições que os levaram para a prática do ato infracional.

Vigotski alerta-nos, desde o início do século XX, sobre o entendimento de que as pessoas que cometem um ato infracional “[...] não exigem nenhuma pedagogia especial nem medidas proibitivas, corretivas e punitivas de nenhum tipo, mas apenas uma duplicada atenção social e uma quadruplicada influência educativa do meio.” (VIGOTSKI, 2003, p. 216).

Suas reflexões continuam absolutamente atuais e verdadeiras. É possível sentir a força de suas palavras na presença de meninas e meninos que passam pelo atendimento da medida socioeducativa em meio aberto. Ao contar suas histórias evidencia-se o sofrimento de pessoas, com potencial para a vida, que em seu desenvolvimento passaram, em sua maioria, pelo abandono de um olhar familiar e social para suas questões individuais em relação a como estavam entendendo e vivendo o mundo ao redor, o “[...] que constitui um fato de enorme significado social e equivale, por seu sentido, à falta de toda educação social, isto é, de toda preocupação para elaborar as reações de adaptação ao ambiente.” (VIGOTSKI, 2003, p. 217). Portanto, a questão é, de que forma nos organizamos como uma sociedade para atender às necessidades da vida humana, lembrando que “Os objetivos do nosso trabalho devem ser expressos através das qualidades reais das pessoas educadas sob nossa orientação pedagógica.” (MAKARENKO, 2010, p.47).

Esse processo educativo, que parte da vida para a vida parece ser o mais coerente no sentido de atender ao desafio levantado em relação à medida socioeducativa, e vale a reflexão de que

A atitude do ser humano com relação ao ambiente sempre deve ter o caráter de atividade, e não de mera dependência. Por esse motivo, a adaptação ao ambiente pode implicar a mais dura luta contra seus diferentes elementos, denotando sempre inter-relações ativas com este. Portanto, no mesmo ambiente social pode haver orientações sociais totalmente diversas do

indivíduo, e toda a questão reside em saber em que direção essa atividade será educada. (VIGOTSKI, 2003, p.197).

Então, considerando a vida como o local da educação, o educador social compreende que todos os elementos que compõe a vida precisam ser pensados e orientados para a criação de novos saberes e comportamentos, novas reações, que favoreçam cada vez mais a própria vida, ou como diria Vigotski (2003), um comportamento socialmente útil.

E, nesse sentido, a medida socioeducativa, direcionada pelo PIA, pode favorecer o olhar e o pensar das ações que promovam o novo na vida do adolescente que está em conflito com a lei, pois “A evolução ou crescimento pessoal e social do adolescente deve ser acompanhado diuturnamente, no intuito de fazê-lo compreender onde está e aonde quer chegar e seu registro deve se dar no PIA.” (BRASIL, 2006a, p.52).

Essa consideração é feita no sentido de favorecer o registro e a reflexão das ações realizadas pelo SMSE/MA junto ao adolescente/jovem. O PIA não pode assumir o caráter de sanção. Não deve servir como instrumento de vigilância sobre o adolescente, se transformando em “[...] um documento de especificação da individualidade, que contribua para o disciplinamento dos indivíduos e gestão de populações tidas como perigosas.” (JIMENEZ et al, 2012, p.8).

Sendo assim, é fundamental que o PIA seja elaborado com olhar multidisciplinar, no movimento de reflexão conjunta, focando a socioeducação, junto ao adolescente e sua família, para que atenda as demandas e sonhos do adolescente, e os objetivos propostos pelo ECA para as medidas em meio aberto.

Nesse sentido, o projeto político pedagógico está em estreita relação com o desenvolvimento do PIA. Em um serviço de medidas socioeducativas no qual os princípios, objetivos e resultados esperados não estejam claros, no qual o PPP não tenha sido construído pelos que tocam o atendimento socioeducativo assim como sem ouvir os adolescentes/jovens e suas famílias, dificilmente serão traçadas ações que favoreçam o aspecto educativo da medida.

Há de se construir, portanto, um projeto político pedagógico que contemple um programa de atendimento estruturado, voltado para os vários aspectos de vida do adolescente e da família e pautar suas estratégias metodológicas e técnicas como referencial de suas ações, através de uma abordagem teórica e metodológica que permita realmente uma compreensão da realidade apresentada no contexto social de cada adolescente. (SÃO PAULO, 2012, p.27).

Sem um rumo bem traçado, com fundamento ético e político, facilmente a medida socioeducativa pode se tornar somente uma medida punitiva, com o PIA como um documento engessado transparecendo somente às exigências legais.

O menino e a menina serão encaminhados para a escola somente “porque o juiz exigiu”. Encaminhará a pessoa para curso profissionalizante, porque assim ela encerra mais rápido a medida, pois o “o juiz gosta de curso profissionalizante”. Em que se promove a vida humana com esse agir? Isso é educação social ou mais uma punição social?

Em hipótese alguma criticamos as determinações judiciais, que se dão na procura de que o adolescente saia da situação de risco e vulnerabilidade na qual se encontra. Mas, no meio aberto, nas contendas com o cotidiano, é que ficam claras as reais possibilidades do adolescente. Portanto, é junto ao técnico de referência, na medida socioeducativa em meio aberto, por meio do PIA, que serão delineadas ações que ajudem o adolescente a vencer suas dificuldades de relação com o meio. É nesse espaço que as determinações judiciais podem ser dimensionadas nas condições concretas de vida do adolescente.

Para que o PIA seja um instrumento que favoreça o processo educativo da pessoa, acredito ser fundamental que sua elaboração se dê em interação com os princípios do PPP desenvolvido coletivamente e focado na educação social. Uma perspectiva a ser conquistada.

### 3.2 INTERSETORIALIDADE, MEDIDA SOCIOEDUCATIVA em MEIO ABERTO e PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O processo socioeducativo percorrido pelo adolescente, por suas famílias e pela equipe que os atende, passa por uma característica essencial do SMSE/MA, a intersectorialidade.

Na Constituição Nacional encontra-se que o atendimento dos direitos da criança e do adolescente se pautará pela descentralização político-administrativa, contando com a “[...] participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.” (BRASIL, 1988, art. 204; art. 227).

Essa determinação se reflete no art. 88 do ECA que traz como diretrizes para o atendimento das crianças e adolescentes a municipalização e a criação de



conselhos da criança e do adolescente em nível federal, estadual e municipal, como órgãos não só fiscalizadores, mas deliberativos, no sentido de assegurar que os direitos preconizados pelo ECA se efetivem.

No mesmo artigo, determina-se que sejam criados programas específicos para atendimento a essa população, respeitando os princípios da descentralização político-administrativa. (BRASIL, 1990).

A Resolução 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, salienta a importância das ações conjuntas, interinstitucionais e intersetoriais, de modo a possibilitar que a política pública que sustenta esse sistema se efetive, organizando-se “[...] de maneira transversal e intersetorial, articulando todas as políticas públicas (infra-estruturantes, institucionais, econômicas e sociais) e integrando suas ações, em favor da garantia integral dos direitos de crianças e adolescentes.” (BRASIL, 2006b, Art. 14, §1º).

O SINASE (BRASIL, 2012), em consonância com o ECA, referenda que os planos de atendimento socioeducativo, obrigatoriamente e em qualquer nível, prevejam ações que envolvam os setores de saúde, educação, cultura, assistência social, trabalho, esportes, de forma a garantir o princípio de atenção integral ao adolescente/jovem, em cumprimento de medida socioeducativa, favorecendo seu desenvolvimento.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais traz como um trabalho social essencial do SMSE/MA a “[...] articulação da rede de serviços socioassistenciais; [e] articulação com os serviços de políticas públicas setoriais [...]”, igualmente visando o desenvolvimento, em garantia de direitos, dos adolescentes. (BRASIL, 2013b, p. 31).

O Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo de São Paulo apresenta como diretriz comum aos serviços “Promover a proteção e o desenvolvimento integral dos adolescentes por meio da intersetorialidade, como nova forma de intervenção e gestão pública no Sistema Socioeducativo.” (SÃO PAULO, 2016, p.26).

Portanto, parece evidente que a intersetorialidade é o caminho que pode proporcionar a garantia de direitos, e que o espaço das medidas socioeducativas em meio aberto é um espaço intersetorial por excelência “[...] visando assegurar a atenção

integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.” (SÃO PAULO, 2010, on line). Entender essa relação torna-se fundamental para o movimento de ação-reflexão-ação dos que o executam, em procura da melhoria do processo experimentado pelo adolescente/jovem e sua família atendido.

Nesse movimento, cruzando teoria e prática, atentamos que

As análises sobre as articulações intersetoriais envolvendo a execução das medidas no Município de São Paulo apontam para a necessidade de avançar na integração das políticas setoriais. Apresenta-se como grande desafio para a intersetorialidade, a criação de ações conjuntas que possibilitem elevar o patamar da qualidade do atendimento prestado aos adolescentes. (SÃO PAULO, 2016, p.58).

No dia-a-dia da medida, não raro, ao contatar outros profissionais, integrantes do sistema de garantia de direitos à criança e ao adolescente, em busca de atendimento para amenizar as demandas apresentadas, percebia-se o desconhecimento quanto às medidas socioeducativas em meio aberto.

Profissionais de diretorias de ensino, escolas, postos de saúde, Centro da Criança e do Adolescente, Casa do Adolescente (programa de estado de São Paulo que visa cuidar da saúde de pessoas entre 10 e 20 anos), entre tantos outros, não compreendiam como funcionava e quais objetivos moviam o SMSE/MA.

Dessa forma, resistiam a garantir direitos fundamentais, negando vagas na escola para os que diziam ser “bandidos, que não estão a fim de nada”, ou vagas em ensino profissionalizante, pois a fila de espera “já estava grande”. No atendimento psicológico e psiquiátrico as mesmas barreiras se levantavam: “Por que atender prioritariamente esses adolescentes?”. Ao lado de profissionais do sistema de garantia de direitos, enfrentávamos um número significativo de incompreensões.

Essa realidade persiste, e mostra que apesar das garantias legais, o trabalho intersetorial ainda engatinha, exigindo dos educadores da medida em meio aberto que se desdobrem no convencimento de outros companheiros do sistema de garantia de direitos sobre o que podem e devem ofertar aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Para lá dos diversos setores como, saúde, educação, cultura, trabalho, esportes, e suas respectivas políticas públicas, sem os quais, o SMSE/MA não atinge os objetivos da socioeducação junto ao adolescente, evidencia-se, que o educador na medida socioeducativa em meio aberto trabalha servindo a esferas de interesses

variadas. Seu fazer está imbricado com a organização que o contrata; com a Prefeitura, representada na supervisão institucional do CREAS/CRAS e com o sistema judiciário, que encaminha o adolescente para o atendimento no meio aberto, e determina se as ações realizadas pelo adolescente, em conjunto com a família e o SMSE/MA possibilitam a extinção da medida aplicada.

Observações realizadas na atividade como técnica no SMSE/MA ensinaram-me quanto a necessidade de conhecer como se dão essas relações e até onde o serviço de medidas consegue avançar sozinho entrelaçando a rede de serviços para atendimento dos adolescentes e o quanto é relevante que conte com a parceria do CREAS/CRAS e do sistema judiciário.

Sem dúvida, o CREAS/CRAS é o suporte do SMSE/MA para a intersetorialidade operando

“[...] a referência e a contrarreferência com a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial e com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, outras Organizações de Defesa de Direitos e demais políticas públicas, no intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção social. (SÃO PAULO, 2010, on line).

No recorte de tempo apresentado nessa pesquisa o SMSE/MA em questão contou com esse suporte, representado pela técnica supervisora do CRAS, que auxiliava no diálogo com os espaços que deveriam ajudar no atendimento ao adolescente e sua família, favorecendo a inserção e permanência desses nos locais para os quais eram encaminhados.

Sua atuação foi precisa no amparo a várias situações, contudo, o CRAS, enquanto instituição garantidora de direitos, nem sempre atendia às necessidades dos usuários.

É... a gente sabia que... teve algumas situações, por exemplo, de encaminhar para o CRAS e não tem a bendita da cesta básica, a gente ouvia muita reclamação. Já chegou mãe no atendimento chorando porque não tinha alimento em casa ou na própria visita domiciliar que a gente realizava, abria o armário e via que aquela família, de fato, não tinha nada para comer... tem um arroz lá, tem um açúcar e não tinha mais nada, e aí a gente começou, na época, a correr atrás de pessoas que pudessem ajudar com a cesta básica. (Gestora Bruna).

A prática possibilitou averiguar que nem todos os supervisores técnicos incorporavam em suas ações o trabalho estreito e cooperativo com os profissionais das medidas, já que para mover a roda da intersetorialidade, se expõe a desgastes, pela ignorância dos direitos dos adolescentes e dos objetivos e finalidades do SMSE/MA por parte de outros setores envolvidos na garantia de seus direitos.

O CRAS, como unidade estatal, tem a obrigação, tem uma prerrogativa dele, favorecer o trabalho em rede, eu acho que isso é fundamental, favorecer o trabalho em rede e principalmente na nossa própria rede de assistência. Ah, com a rede de saúde, não! E os CCA's? Houve um tempo em que o CCA, você lembra disso, ele achava que não queria atender este "tipo de gente". O que a gente fez? Um CCA que foi da sua época. " \_ Você não quer atender esse 'tipo de gente'... não tem mais convênio.". Então, isso o CRAS tem essa... não é essa autoridade, é essa obrigação, você não quer atender esse "tipo de gente", a gente rescinde o convênio. Então essa autoridade você tem que ter. Você tem que fazer o que lhe cabe, você tem que cumprir a sua atribuição, o CCA tem que abrir as portas, o CEDESP [Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo] tem que abrir as portas, é obrigação, a vaga é nossa, não pode querer ou não querer e a medida tem que cumprir o que lhe cabe, então a gente tem que estar junto. (Supervisora Laís).

Pergunto-me sobre até quando se terá a impressão de que uma política está funcionando, quando na realidade, o que se vê são ações pessoais daqueles que compreenderam as necessidades do público que atendem e se desdobram para realizar um bom trabalho.

A cooperação estabelecida por lei entre o poder municipal e as ONGs, parece-me apresentar fragilidades, que na prática, impactam na qualidade do atendimento realizado nos serviços.

O marco regulatório das organizações da sociedade civil, Lei 13.019/2014, caracteriza essa parceria como um

[...] regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. (BRASIL, 2014).

Portanto, ao ser aprovado um serviço, sabe-se quais demandas atenderá, quais ações implementará, quais relações estabelecerá considerando-se a intersetorialidade. Acredito que a aprovação de um serviço deveria caracterizar que existem as condições para que funcione atendendo ao que se propõe, mas efetivamente, isso nem sempre ocorre em nosso município.

Tomemos por exemplo a educação. Na prática, com muita dificuldade se acessa a educação com atendimento da demanda apresentada pelo adolescente que comete ato infracional. Em geral, são pessoas com defasagem de aprendizado. Ao serem inseridos na escola, poucos mantêm permanência, pois não compreendem porque precisam estar em um lugar no qual não sentem pertencer. As unidades escolares, em maioria, não têm uma ação que auxilie na redução de defasagem escolar, efetivamente. E o que se faz a respeito? Até hoje não conheço um programa que tenha capacidade para atender a essa necessidade e ao número de pessoas que dele precisam.

Por mais que os educadores das ONGs se mobilizem, a falta de apoio das instâncias públicas minimiza a visibilidade das necessidades e a prioridade de proteção a direitos. Os profissionais da sociedade civil evidenciam as falhas e se desdobram para atender às necessidades, mas o poder decisório não está em suas mãos.

Acho que o que precisa melhorar, na minha opinião também, o trabalho em rede e olhar para as comunidades para ver o que a comunidade precisa, porque senão a gente fica trabalhando só com esse menino - ele - e aí ele está no lugar onde não tem água, onde ele está em um barraco, onde o rato passa no pé dele, onde ele vê o mundo totalmente desumano e injusto. E é difícil para um menino de quinze anos ver isso na cara dele! Então, eu acho que o que precisa melhorar são as políticas públicas de modo amplo: mais saúde, educação, cultura, levar a cultura, levar o lazer para essas pessoas [...] eu acho que isso falta e falta muito. Habitação, isso falta. Agora, olhando para o serviço, eu acho que ele é ótimo. (Supervisora Laís).

Há outra situação que fragiliza a parceria. O profissional que atua no SMSE/MA atende à ONG que o contrata, ou à prefeitura, que tem poder decisório sobre seu trabalho e a verba que garante seu salário ao final do mês? Nem sempre os princípios da ONG, e do serviço em particular, vão se coadunar com os dos profissionais do CREAS/CRAS que supervisionam os serviços, já que, também, nem sempre, esses supervisores estão atendendo, como devido, à garantia dos direitos da população sob sua supervisão.

São apenas alguns recortes de uma relação que apresento, de um grande cenário que envolve o SMSE/MA e a intersectorialidade.

Na outra ponta, a relação com a Justiça da Infância e Juventude, na prática, absorve muito da energia dos técnicos, na lida com defensores públicos, promotores públicos, e juízes, que trazem suas perspectivas na crença da socioeducação ou na crença da sanção e responsabilização, que são lentes pelas quais as ações técnicas desenvolvidas no SMSE/MA serão interpretadas.

Num campo de relacionamento delicado, no qual forças de poder dificultam um diálogo horizontal entre agentes do sistema de garantia de direitos, essas lentes podem surtir em trabalhos que refletem a compreensão das possibilidades existenciais do adolescente e sua família, com a proteção de direitos fundamentais do adolescente, via Justiça da Infância e Juventude, na garantia de atendimento na área da saúde, inserção na educação e exigência de atendimento das necessidades sociais, como auxílio aluguel, cesta básica, entre outros, ou podem fomentar ações como:

[...] eu já passei por audiência de jovem que chegou e a gente garantiu para ele que ele poderia estar na Defensoria Pública que nada aconteceria com

ele e chegou no dia a gente foi, entrou e ele teve que, de uma forma bem curta e reta, ele teve que tirar todas as coisas dele na mesa, aí foi bem seco mesmo “tira o relógio, tira aí põe tudo na mesa, põe a mão para trás” e o menino saiu... [...] já ficou lá... na frente da mãe, na frente da equipe toda. (Gestora Bruna).

Em meio a essas fragilidades caminham atitudes que fortalecem o ânimo dos que trabalham na garantia de direitos. Seria importante que essas atitudes saíssem do nível individual, das mãos de um ou outro agente das políticas públicas que move a roda, para a incorporação da lei de garantia de direitos das crianças e adolescentes efetivamente e como cultura, no âmbito público de cada setor que atende a essas pessoas.

Portanto, percebe-se que o trabalho na medida socioeducativa em meio aberto é complexo, intersetorial, interdisciplinar, o que pode confundir os que trabalham nesses serviços quanto suas reais atribuições, esquecendo-se de que atuam no âmbito socioeducativo, nos princípios da socioeducação.

Em meio ao quadro exposto até aqui, enquanto técnica do SMSE/MA, particularmente perguntava-me quais orientações, quais ações no atendimento aos adolescentes e jovens atendiam ao objetivo da educação social de propiciar o desenvolvimento de “[...] capacidades criativas, para uma rápida e criativa orientação social [...]”? (VIGOTSKI, 2003, p.106).

A prática não encontrava consonância com os fundamentos legais e teóricos que deram vida às medidas socioeducativas em meio aberto nas prerrogativas da garantia integral dos direitos humanos.

As letras apontam a socioeducação incorporada a uma política pública que se efetiva na intersetorialidade, objetivando “[...] construir, junto dos adolescentes e jovens, novos conceitos de vida, buscando fortalecer os princípios éticos e de cidadania como condição para seu desenvolvimento pessoal e social enquanto sujeito de direito.” (SÃO PAULO, 2016, p.25), contudo era preciso foco para que na prática rotineira do serviço esse ideal não se perdesse.

Importante salientar que, as discussões aqui apresentadas se fundam em dados concretos e exigidos para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, assim como a teoria que funda o raciocínio desta pesquisa procura espaços possíveis para a educação social, considerando o instituído, e nesse sentido, significa dizer que realidade e leis, assim como normativas, não se conversando, confundem os atores que dela se utilizam, enfraquecem e por vezes aniquilam a chance de formulação de uma política pública que venha a ser útil na dimensão que deveria ter.

Os atores de uma política pública controversa, desenvolvem a sensação de que enxugam um enorme bloco de gelo, onde ninguém se beneficia com o resultado do trabalho exaustivo. Que possamos, então, refletir sobre nosso trabalho, sobre o cotidiano que nos emaranha, e sermos atores políticos para uma mudança possível, do nosso pequeno, partindo para voos maiores, certos de que “[...] a grande mudança exige também o esforço contínuo, solidário e paciente das pequenas ações. Estas, construídas passo a passo, numa certa direção, também são essenciais à grande mudança.” (GADOTTI; ROMÃO, 1997, P.40-41).

Porém, considerando a realidade do SMSE/MA, onde seus trabalhadores, de forma recorrente, trazem não terem tempo e espaço para reunirem a equipe na intenção de refletirem sobre seus fazeres e estudarem suas leis e normativas, as entrelaçando, comparando e as significando em suas práticas, como fazer esse passo a passo?

Talvez, esse seria o espaço certo para as organizações que executam o serviço em meio aberto favorecerem momentos de reflexão a seus colaboradores, ofertando formação e horas para encontros coletivos, mas, pessoalmente, não vivenciei essa iniciativa e com elementos trazidos de minha crença como pedagoga, à procura da compreensão do trabalho socioeducativo e de sua aplicação com qualidade, busquei explorar as potencialidades do projeto político pedagógico e o apresento como um instrumento que pode preencher essa lacuna de reflexão no SMSE/MA.

Creio que é uma cultura a ser desenvolvida, pois no caminho que experimentei como mediadora do processo de desenvolvimento do PPP, pude sentir a dificuldade de conscientizar os educadores de sua relevância e de suas possibilidades instituintes.

### 3.3 POR QUE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO?

Tenho como objetivo nesta pesquisa pensar sobre o PPP no campo da socioeducação, portanto, não vou me ater a descrever sobre seu escopo, mesmo porque, acredito que cada unidade educativa pode exercer sua criatividade na criação de seus PPPs.

Existem muitos livros que explicam sobre como desenvolver o PPP. Um deles, utilizo nesse texto (VASCONCELLOS, 2014), por considerá-lo próximo da realidade vivida pelos educadores, ser claro e objetivo e trazer informações relevantes sobre planejamento, detalhando de forma eficaz como pode se dar um desenvolvimento de

projeto político pedagógico. Portanto, um livro a ser consultado para quem deseja entender a estrutura do documento.

Seguindo o objetivo proposto, vou considerar somente as partes fundamentais para o desenvolvimento do PPP, mostrando suas potencialidades.

Na educação, o projeto político pedagógico, teoricamente, é considerado o documento basilar das atividades educativas por apresentar as concepções da equipe envolvida no ato educativo, a realidade da qual partem, os desafios que desejam enfrentar para melhoria da educação, quais ações vão tomar para isso e que parâmetros utilizarão para avaliar se atingiram suas proposições. É um processo contínuo de reflexão sobre a ação, que exige a participação de todo o coletivo envolvido na ação educativa, portanto, conta com os educandos e seus responsáveis.

Basicamente é desenvolvido em três momentos, que ganham diferentes nomes. Geralmente denominam-se: marco referencial, diagnóstico e plano de ação.

No marco referencial os participantes vão pensar em pelo menos três grandes situações: o presente da equipe; o futuro desejado e como caminhar até ele. Vasconcellos (2014) o define como o momento no qual “[...] procuramos expressar o sentido de nosso trabalho e as grandes perspectivas para a caminhada.” (p.14).

É o espaço para se pensar em quem somos, no que acreditamos, qual nosso objetivo, qual nossos sonhos e como os realizaremos a partir de nossos princípios e concepções. Nesse momento se faz uma leitura da realidade vivida, sem interpretar criticamente, traçando o quadro da realidade sobre a qual se partirá.

Para alçar voo e sonhar, a equipe precisa dialogar sobre suas crenças. Educar para quê? Colaborar na formação de que ser humano e para qual sociedade? Acreditamos na educação para a libertação das consciências, ou acreditamos ser melhor treinar as consciências para se adaptar às exigências mercadológicas da sociedade? Enfim, quais nossas perspectivas quanto à educação? Em quais bases teóricas o grupo se apoia?

Então, num entrelace entre realidade e concepções filosóficas, o coletivo pensa em como deseja que suas ações se expressem, tanto as relacionadas às questões pedagógicas, como comunitárias, administrativas e operacionais, pois todos os aspectos participam do processo educativo. Na medida em meio aberto algumas questões a serem pensadas, entre outras, pode ser: Como desejamos as reuniões com famílias? Como desejamos a atuação técnica? Como desejamos nosso espaço de acolhimento? Como desejamos a participação dos adolescentes nos processos



decisórios do SMSE/MA? Como desejamos a parada pedagógica? Como desejamos a limpeza e organização dos espaços? Como desejamos a acolhida?

Com esses pensamentos elaborados é possível se levantar o diagnóstico do que se vive “[...] no sentido mais preciso de localização das necessidades da instituição [...]” (VASCONCELLOS, 2014, p.188). É o encarar a realidade sem pílulas que a dourem. Por que temos o que temos? Quais as resistências que nos impedem de atingir melhor qualidade de atendimento? O que nos fortalece para atingir nossas propostas?

Necessário é que se chegue a definições coletivas, já que nesse ponto do processo, serão apontados hábitos e crenças que deverão ser deixados de lado para que o grupo avance com novas propostas de ação sobre o ato educativo. Também serão reveladas as potencialidades do grupo. Portanto, sem um consenso sobre esses aspectos, pode-se estabelecer mentiras que criarão embaraços posteriormente, já que não esclarecem a realidade experienciada cotidianamente.

Após encontros e encontros para se estabelecer toda a leitura da verdade do grupo, consensualmente, começam a ser traçadas especificamente as ações para melhoria do processo educativo.

A partir da necessidade diagnosticada e dos desejos estabelecidos, que ações são possíveis de acontecer para se alcançar o que se almeja? Deve-se considerar o prazo que o grupo estabeleceu para a execução das ações e percepção de seus resultados.

É imprescindível a avaliação, que usualmente é feita ao término do prazo previsto para a tomada de ações. Considero o PPP enquanto um processo, penso que a todo momento ele está em avaliação, o que permite alterações em qualquer de seus aspectos, desde que tomadas coletivamente, e obedecendo à coerência. Muda-se a perspectiva escolhida quanto ao o que significa educação para o grupo, então, conseqüentemente, muda-se desejo, muda-se ação.

Acho que uma coisa que me ensinou bastante, a necessidade da gente avaliar ações, atividades, avaliar no sentido geral, tudo, planejar né, a gente conseguir planejar começo, meio e fim de uma atividade, do porquê da atividade, o objetivo das nossas ações, organizar realmente o trabalho e eu conseguir ver o meu trabalho, eu conseguir ver se eu alcancei o que esperava ou não... Acho que sim, mesmo com isso tem a possibilidade de a gente planejar uma ação e não acontecer do jeito que aconteceu e aí a gente pensar do porque não aconteceu, é outra coisa para a gente pensar. Acho que me ajudou nisso. (Técnico Pedro).

Nesse sentido, o PPP apresenta uma característica que vai de encontro à dinâmica vivida no SMSE/MA, pois esse serviço apresenta contínua rotatividade, tanto

quanto aos profissionais, quanto ao grupo de adolescentes que atende. Na prática, costuma-se dizer que a cada seis meses temos um serviço novo. Chegam grupos de adolescentes com determinada faixa etária e determinado tipo de ato infracional. Após alguns meses esse quadro se altera. São outras idades e outros delitos. Essa flutuação altera igualmente o tipo de sanção aplicada pelo judiciário. Portanto, nada de rotina no SMSE/MA. E o PPP favorece que a equipe possa alterar posicionamentos filosóficos, prazos e ações, frente a uma necessidade colocada.

[...] sem um projeto político pedagógico a gente não muda o rumo da história, é isso que eu penso, sem ele você não muda, você enxuga gelo. Ele é fundamental, sem ele eu não acredito que o trabalho possa ir para frente, só que a gente tem que olhar para ele toda hora, como a sua Bíblia. Ele tem que ter mobilidade, você tem que entender, principalmente na medida socioeducativa, que a cada seis meses muda. Muda! São outros meninos, outras meninas e você tem um prazo muito curto para pensar em implantar alguma coisa. (Supervisora Laís).

As ações traçadas pela equipe não são uma massa a ser concretizada de imediato. Há ações de curto, médio e longo prazo a serem implantadas, e a avaliação segue o mesmo ritmo. Importante entender que pela dinâmica do SMSE/MA, a avaliação pode ser vivenciada igualmente como um processo, e as modificações podem ocorrer segundo a equipe considere necessário e adequado.

[...] eu tenho convicção que não só a medida socioeducativa, mas todo o serviço, ele tem que ter um projeto político pedagógico, seja ele qual for. As pessoas pensam "Ah, atender população de rua..." não... Tem que ter projeto político pedagógico também, senão a gente vai lá dá um sopão para ele e acabou, vai dar comida e acabou, dar banho, tipo lava rápido. Não é isso! É outra coisa. A gente tem que entender qual é a demanda, o que a gente tem que fazer e colocar isso em projeto e executar com meta, e nada assim daqui cinquenta anos... você tem meta que são a prazo longo e também nem pode porque são seis meses, um esquema que é daqui dois meses e tem coisas para amanhã, isso tem que estar dentro de um projeto político pedagógico. (Supervisora Laís).

Assim, no processo que experienciei no SMSE/MA, o caminho percorrido até o PPP se deu pela convicção de que esse instrumental possibilita a compreensão e organização dos atos educativos presentes nas práticas efetivadas, assim como, por sua organicidade, possibilita reflexões contínuas sobre a prática educativa, se configurando como a base do trabalho educativo.

### **3.3.1 Descobrimo o PPP no SMSE/MA**

Na área da pedagogia são milhares de trabalhos acadêmicos, livros, cursos, que apontam a importância do PPP na prática escolar, porém, será que o mesmo se daria no âmbito da socioeducação? O PPP manteria sua possibilidade de organização e reflexão na prática socioeducativa? Ou, como em muitas escolas, seria só mais um

documento a ser esquecido em alguma gaveta, de onde sai somente para satisfazer às exigências legais de sua existência?

No caminho das respostas, a primeira descoberta foi a de que o PPP é obrigatório na medida socioeducativa em meio aberto, e como nas escolas, é, no geral, redigido sem a participação do coletivo ao qual se destina. Muitos profissionais que atuam no SMSE/MA desconhecem esse documento. Contudo, sua importância é destacada nas normativas e exigências legais para as medidas socioeducativas.

A proposta para o SINASE, elaborada em 2006 pelo CONANDA, coloca como uma das diretrizes pedagógicas para o atendimento socioeducativo a obrigatoriedade do desenvolvimento do PPP

[...] como ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo [e] orientador na elaboração dos demais documentos institucionais (regimento interno, normas disciplinares, plano individual de atendimento). [...] a ser desenvolvido de modo compartilhado (equipe institucional, adolescentes e famílias). (BRASIL, 2006a, p. 47).

Na resolução 113/2006, CONANDA, o PPP igualmente é apresentado como um norteador da medida socioeducativa. Traz no Art. 19, § 2º, que os programas de execução de medidas socioeducativas têm como princípios norteadores:

I - prevalência do conteúdo educativo sobre os sancionatórios e meramente de contenção, no atendimento socioeducativo;  
II - ordenação do atendimento socioeducativo e da sua gestão, a partir do projeto político pedagógico [...] (BRASIL, 2006b).

O Caderno de orientações para as medidas socioeducativas em meio aberto ratifica os parâmetros legais, afirmando que o PPP “Será orientador dos demais documentos institucionais, possibilitando que novas perspectivas sejam estabelecidas e definindo o comprometimento da ação socioeducativa.” (SÃO PAULO, 2012, p. 28).

Ao se transformar na lei 12.594/12, o SINASE não deixa claro a exigência do PPP. Traz referência ao tratar da avaliação das entidades que executam os programas e projetos socioeducativos, que precisam avaliar a eficácia de seus projetos pedagógicos. No Art. 11 apresenta elementos obrigatórios para a inscrição dos programas de atendimento de medidas socioeducativas que remete a uma relação com o PPP, entre eles a “[...] I - a exposição das linhas gerais dos métodos e técnicas pedagógicas, com a especificação das atividades de natureza coletiva; [...] III - regimento interno que regule o funcionamento da entidade [...]” (BRASIL, 2012).

O Marco Regulatório das organizações da sociedade civil, lei 13.019/2014 (BRASIL, 2014), com redação dada pela lei 13.204/2015, melhora esse entendimento apontando como obrigatoriedade para a entidade da sociedade civil que desenvolve uma proposta para estabelecimento de cooperação com o poder público, a

apresentação do plano de trabalho, elemento que norteia a relação entre as instituições e a avaliação do projeto proposto. Apesar de ter um texto simplificado, a lei exige que o plano de trabalho, contenha:

- I - descrição da realidade que será objeto da parceria [...]
- II - descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;
- III - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;
- IV- definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

Então, pode-se entender que, para elaborar o plano de trabalho é necessário conhecer a realidade na qual ele será aplicado, e as atividades e metas propostas devem ser especificadas, atendendo à demanda apresentada. Os parâmetros de avaliação devem dizer se as metas foram atingidas, se atenderam ao que foram propostas. Pois bem, mas que fundamento está por detrás do estabelecimento dessas metas? O desejo da organização civil que solicita o projeto e as linhas de trabalho traçadas para esse projeto atendem a qual orientação ideológica? Por que se quer fazer isso ou aquilo?

Há que se atentar que essas relações são dirigidas por políticas públicas, e no âmbito socioeducativo, de forma intersetorial. Então, as intenções das organizações transitam entre essas disposições legais, e como já mostrado, podem atender à educação social da pessoa, ou não, apenas cumprindo com determinações que, na prática, pouco alteram a relação da pessoa com o meio. Sobre qual perspectiva o plano de trabalho é pensado? Acredito que o projeto político pedagógico é o documento que pode esclarecer esse fundamento no plano de trabalho e nortear as atividades e metas.

[...] na medida socioeducativa vão ter profissionais de várias áreas, a atuação nunca vai ser igual, a forma de intervir nunca vai ser igual, mas o projeto político pedagógico ele vai direcionar para onde a gente quer chegar e isso tem que ser igual para todo mundo, para a equipe inteira. [...] favorece até para gente poder passar uma segurança para o adolescente do que a gente vai fazer durante o processo socioeducativo, dá segurança para a equipe também, acho que dá um chão para gente, acho que dá segurança, eu acho que dá a possibilidade da gente poder alinhar todas as nossas percepções de adolescentes, de como serviço deve... pode ser executado... (Técnico Pedro).

[...] quando você tem um projeto político pedagógico é que você começa a conversar com a equipe e ver quais são as partes que precisam ser melhoradas, o que tá bom, o que a gente pode melhorar para que aquilo fica melhor ainda. O que que a gente precisa mudar para que trabalho comece a fluir, porque se a gente ficar só na normativa que vem do marco regulatório, dessas coisas, a gente acaba não funcionando de acordo como o que deveria mesmo, né... acaba ficando muito solto, eu acho que a palavra é solto sabe...solto. (Técnica Elisa).

Observe-se ainda, que a organização que mantém o SMSE/MA tem como obrigatoriedade apresentar seu projeto e plano de trabalho, mas ao se implantar o serviço têm-se pessoas o executando, e surge a importância de se pensar sobre o que esses educadores que atendem face a face os educandos pensam sobre o fazer educativo e como o desenvolvem. Daí a consideração de que cada serviço desenvolva seu próprio PPP, organizando, refletindo e reorganizando fazeres e saberes a partir das experiências próprias de cada núcleo educativo.

Se isso se dará em consonância ou não com o estabelecido com a organização, assim como com normativas e leis é um diálogo a ser estabelecido na procura dos posicionamentos políticos, pressuposto básico do PPP, que revela a autonomia para que cada programa, cada serviço, cada escola, defina sua identidade com base em decisões coletivas, organizando seu trabalho com a personalidade do grupo que irá executá-lo.

[...] as leis são importantes, mas não o mais importante. Eu honro saber ouvir muito, muito, saber compreender isso, saber entusiasmar, saber corrigir também, quando precisa, e saber acompanhar. Acho que essas coisas são muito importantes, porque aí não é maior, nem menor, mas aí é um grupo que quer algo maior, que não é observar leis, mas muito mais, formação de pessoas. Então, acho que esse é o grande objetivo e esse objetivo deveria estar acima de normas, mas muito bem iluminar as normas, isso sim, fazer as normas estarem sujeitas a esse objetivo, não estando para cumprir leis, estando para cumprir objetivos que nós temos [...]. (Presidente José).

Nesse sentido, o PPP “[...] pode ser um importante instrumento de luta, e inclusive de denúncia [...]” (VASCONCELLOS, 2014, p. 173), por evidenciar a realidade vivida e apontar caminhos possíveis para se experimentar um processo educativo de qualidade e que atenda aos objetivos a que se propõe, o que se revela em seu aspecto político.

### **3.3.2 O político no pedagógico**

Há uma frase de Makarenko (2010), que resume, o que entendo por educação social, e que ganha força em seu significado quando atuamos junto a uma população que caminha pelas margens da sociedade: “Educar um ser humano significa formar nele capacidades para que possa escolher vias com perspectivas.” (p.76). Capacidades que possibilitem que as potencialidades e as fragilidades se exponham, para que seja possível realizar escolhas que favoreçam a vida.

Quando lidamos com a educação ligada a adolescentes e jovens que cumprem medida socioeducativa, temos a responsabilidade de organizar espaços, atitudes e atividades que despertem a possibilidade de criar uma nova relação com o ambiente,

novas perspectivas para a vida, sendo que o educando permanece, no mesmo contexto que o levou a ficar em conflito com a lei. Tarefa árdua, num mundo capitalista e globalizado, onde tudo que é bom na vida está na palma da mão, na tela do celular, mas tão longe da realidade, das necessidades e carências do dia-a-dia.

O educador vive nesse mesmo mundo e, muitas vezes, sofre as mesmas carências e necessidades dos seus educandos. O que os diferencia na relação com o meio, os colocando na posição de educadores e, mais especificamente, educadores sociais? O que presenciei em minha prática, é que os que verdadeiramente assumem a postura de educador tem a capacidade de superar a visão conformista e reducionista em relação à vida. Trazem a perspectiva do sonho, da criação da vida e transparecem em suas práticas a ética, pois “Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela.” (FREIRE, 1997, p.37). Ética em se comprometer com a mudança, com fé no ser humano, encarando e superando as dificuldades que a vida lhe apresenta, tal qual seus educandos.

Educar - particularmente no caso de adolescentes, - consiste em ensinar aquilo que se é. Portanto, a forma como o programa de atendimento socioeducativo organiza suas ações, a postura dos profissionais, construída em bases éticas, frente às situações do dia-a-dia, contribuirá para uma atitude cidadã do adolescente. (SÃO PAULO, 2016, p. 48).

É o pensar certo ensinado por Paulo Freire: “Quem pensa certo está cansado de saber que as palavras a que falta corporeidade do exemplo pouco ou quase nada valem. Pensar certo é fazer certo.” (FREIRE, 1997, p.38).

Para além desse comprometimento com sua própria vida, acredito que, para o educador “pensar certo” é importante que conheça as normativas de seu serviço, as leis que o regem, e esteja atento ao que acontece na sociedade, nas manobras políticas e econômicas, nas ideologias presentes e embutidas em todos esses setores.

Acrescenta-se que atuar na medida socioeducativa exige compreensão das esferas que fazem parte do processo, ou seja, social, judiciária e pedagógica, a fim de que os profissionais que atuam no SMSE/MA consigam equilibrar essas dimensões, de modo que o atendimento ao adolescente não se configure como assistencialista, nem fique acomodado às determinações judiciais, desconsiderando a realidade existencial do adolescente.

Um dos saberes primeiros, indispensáveis a quem, chegando a favelas ou a realidades marcadas pela traição a nosso direito de ser, pretende que sua *presença* se vá tornando *convivência*, que seu estar no *contexto* vá virando estar com ele, é o saber do futuro como problema e não como inexorabilidade. É o saber da História como possibilidade e não como *determinação*. [...] No

mundo da História, da cultura, da política, *constato* não para me *adaptar*, mas para *mudar*. (FREIRE, 1997, p.85-86).

Portanto, importa uma escolha política sobre a vida e seu desenvolvimento.

Postura que implica diretamente no fazer educativo.

As palavras que Vigotski (2003) dirigiu aos professores são apropriadas para o educador em igual valor. O fazer educativo se orienta “[...] não com base na inspiração, mas no conhecimento científico. A ciência é o caminho mais seguro para a conquista da vida.” (p. 300). A esse saber une-se o entendimento de que

Na própria natureza do processo educativo, em sua essência psicológica, está implícita a exigência de um contato e de uma interação com a vida que sejam o mais estreito possível.

Portanto, a educação surge como o mais vasto problema do mundo, isto é o problema da vida como uma criação. (VIGOTSKI, 2003, p.300-302).

Considero que pensar o educador no âmbito socioeducativo significa pensar em quais elementos podem favorecer sua formação, possibilitando que exerça em sua vida aquilo que se propõe fazer no trabalho socioeducativo, ou seja, o desenvolvimento de uma leitura crítica do mundo e do contexto vivenciado, em busca de outras formas de estar e ocupar os espaços, o que envolve o querer mudar e criar vias com perspectivas.

Sobremaneira relevante se estruturar em nossa academia espaço para a formação intelectual e política do educador social, assim como é relevante lançar a atenção sobre os vários educadores que já desenvolvem seus fazeres sem uma formação que os auxilie a refletir sobre o que fazem. E acredito que, em qualquer situação, o desenvolvimento do PPP pode ser um caminho a ser considerado.

Pondero sobre a crença de que o desenvolvimento de um projeto político pedagógico pode favorecer a percepção crítica, por parte da equipe, da realidade em que atua, da verdade das pessoas que educam, do contexto que as cerca, dos princípios, objetivos e fins da educação que se pretende, o que demanda estudo e reflexão sobre a própria prática, imersos num dos pressupostos básicos da socioeducação, que é o aprender no coletivo. Movimento que, em teoria, possibilita o aprimoramento profissional da equipe e melhoria da qualidade do atendimento, prioridade para a garantia integral de direitos dos adolescentes e jovens.

O PPP traz a oportunidade de se realizar um trabalho pedagógico com clara diretriz política, por exigir que se tome uma posição. Não é só estar presente, é se fazer presente, colocar-se, conhecer para lutar por direitos.

Não importa, pois, só o *que* se planeja, mas também *como*, visto que estamos na busca do bem comum, de uma nova qualidade de vida para todos. a

autêntica participação é, muito concretamente, uma estratégia de superar a dominação [...] (VASCONCELLOS, 2014, p.93).

Importa que as pessoas envolvidas com o fazer socioeducativo posicionem-se politicamente para o exercício da educação social. Organizando-se em seus cotidianos, no micro, fortalecendo-se para que suas ações possam instituir novidades na macro. A história nos mostra que esse é o caminho possível.

Não podemos simplesmente educar um homem, não temos o direito de realizar um trabalho educativo, quando não temos frente aos olhos um objetivo político determinado. Um trabalho educativo, que não persegue uma meta detalhada, clara e conhecida em todos os seus aspectos, é um trabalho educativo apolítico. (MAKARENKO, 2010, p.45)

Freire nos diria, “Não posso estar no mundo de luvas, *constatando apenas*.” (FREIRE, 1997, p.86). Volta-se às perspectivas que iluminem um caminho a seguir, uma rota para dar passos e um porto no qual atracar.

Como afirma Makarenko (2010): “Os fracassos em muitas instituições [...] se devem às perspectivas fracas e mal definidas. Mesmo em instituições [...] bem equipadas não se conseguirá um bom trabalho e disciplina se não traçarem perspectivas claras.” (p. 77).

Quando se trata de medida socioeducativa, as diretrizes operativas, como visto, trazem a perspectiva socioeducativa, com ênfase na educação. E, nesse sentido, pelo contexto do serviço socioeducativo, prefiro dizer, ênfase na educação social.

Makarenko (2010) inspira-nos a seguir o caminho da organização do trabalho educativo nos ensinando que

Um verdadeiro estímulo da vida humana é a alegria do amanhã. Na técnica pedagógica esta alegria do amanhã é um dos objetos mais importantes do trabalho. Primeiro, é preciso organizar a própria alegria, fazê-la viver e convertê-la em realidade. (p.76).

Assim, parece ser imprescindível que se organize o trabalho na medida em meio aberto oportunizando aos educadores o tempo e o espaço do estudo e da reflexão.

O projeto político-pedagógico concebido como práxis não vê a prática em um sentido puramente utilitário, esvaziada dos ingredientes teóricos. A prática é vista como ponto de partida para a produção de novos conhecimentos. Por outro lado, a teoria isoladamente não gera transformações, não produz realidades inovadoras, porque ela se concretiza por meio da prática que a consubstancia. Teoria e prática são elementos distintos, porém, inseparáveis na concepção do projeto. (VEIGA, 2011, p.57).

Portanto, se trata de escolher uma perspectiva e organizar o trabalho educativo, de forma que em seu processo seja possível sustentar seus objetivos e chegar a seus fins e nesse sentido, acredito que os profissionais da medida socioeducativa atuam nos princípios defendidos pela pedagogia social, e pareceu que falta o conhecimento



de instrumentos advindos desse campo de estudo para reflexão e sistematização de seus trabalhos, favorecendo que sirvam de referência para outros profissionais.

Entendo que “Sem uma teoria de pedagogia social, nossa prática levará a uma acrobacia sem finalidade social e utilizada para resolver os problemas pedagógicos na base das inspirações do momento, caso a caso [...]” (PISTRAK, 2011, p. 19).

Caliman (2006) afirma que no Brasil, vivemos “um momento de criatividade pedagógica [...]” e enfatiza que, “[...] é chegado o momento no qual precisamos sistematizar essa gama de conhecimentos pedagógicos para compreender melhor e interpretar a realidade e projetar intervenções educativas efetivas” (p. 4), e que a finalidade das pesquisas na pedagogia social visa “[...] a construção, aplicação e avaliação de metodologias de prevenção e recuperação.” (p. 5)

Optar pela via da socioeducação e pensá-la no exercício de uma política pública, significa primordialmente pensar em ações que evitem que direitos sejam violados, e sem dúvida, em ações de recuperação.

Na medida socioeducativa corre-se atrás de situações disparadas pela ignorância da prática de ações que garantam os direitos fundamentais à vida. Fica a incumbência de auxiliar na recuperação de danos sofridos no desenvolvimento de uma pessoa.

Então, como desenvolver uma metodologia que enriqueça a vida em um serviço de atendimento com tamanha responsabilidade, com as demandas da medida socioeducativa em meio aberto, sem organização, participação e postura ética? Parece-me vital, para tal, o pensar e fazer coletivo, no respeito às diferenças, no único ideal de entender o meio, as pessoas e a relação entre ambos, possibilitando a dignidade da vida. Creio que o

[...] projeto político-pedagógico da Pedagogia Social seja capaz de possibilitar conhecimentos e reflexões, abra novos horizontes, provoque opções e sonhos além de permitir afirmar valores, contribuindo para uma formação consistente, para um crescimento humano integral do cidadão consciente, crítico e atuante frente às transformações sociais. (GRACIANI, 2014, p.51).

O PPP pode ser um caminho para a efetivação da qualidade no atendimento dos adolescentes, jovens e de suas famílias por favorecer a escuta e o diálogo entre todos os atores implicados no processo socioeducativo. Por meio desse movimento acolhedor, acredito que o PPP propicie ambiente para um processo formativo dos educadores, os provendo de possibilidades para desenharem caminhos criativos em suas ações pedagógicas, organizando o trabalho educativo em favor da vida.

Na verdade, formar pessoas é como jogar uma semente na terra, ela não vai brotar de um dia para o outro, mas acreditar nisso. [...] Não podemos desanimar. Então, esses que trabalham na medida tem que ter essa consciência, também tem que sentir esse apoio no seu trabalho, compreensão no seu trabalho, e também eu diria... talvez até uma certa liberdade de agir dentro dessa luz da diretriz, ser criativo “Vai até aqui, mas posso ir além!”. “Por quê?”, “Ah, porque aquele adolescente está exigindo isso, uma atenção maior, um recurso maior, uma iniciativa diferente”, então ali tem que ser criativo também. (Presidente José).

Portanto, o PPP é político por trazer a perspectiva sobre a qual se desenvolverão as ações do grupo, que caracterizam seu fazer pedagógico de forma a “[...] cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.” (VEIGA, 1995, p. 13).

[...] é o CRAS que deve estar para o adolescente, a ONG é quem deve estar para o adolescente e não ao contrário, porque cada um que vem é uma história. Não há dúvida que deverá ter regras gerais. Regras gerais, precisa ter mesmo, mas que cada um compreenda que cada um é uma história nova e essa história nova vai exigir dimensões diferentes, situações diferentes. Agora, como coordenar tudo isso, aí vai depender muito de quem trabalha, da compreensão da medida ali, da ONG, da coordenação da ONG e também dos órgãos da prefeitura. (Presidente José).

O posicionamento político parece traçar uma evidente relação entre o PPP e a elaboração do PIA. O encontro entre o político e o pedagógico. No serviço de medidas socioeducativas no qual os princípios, objetivos e resultados esperados não estejam claros, no qual o PPP não tenha sido construído pelos que tocam o atendimento socioeducativo assim como sem ouvir os adolescentes/jovens e suas famílias, dificilmente se revelará a disposição política que favoreça o aspecto educativo da medida.

Mais do que resultados, o processo experimentado pelo adolescente no SMSE/MA mostra sua possibilidade educativa. Considerando o PIA como o instrumento que guia as ações educativas junto ao adolescente, apresenta-se a necessidade de que sua proposição e acompanhamento estejam alinhados aos propósitos declarados no PPP elaborado pela equipe do SMSE/MA. Para tal, parece essencial que a equipe compreenda as dimensões de seu fazer e a finalidade a que se propõe, com foco na socioeducação.

Acredito fundamentalmente na concepção de que o PPP seja um instrumento de elaboração coletiva, para um trabalho coletivo, que se volte para a coletividade. Que possa ser desenvolvido a partir da prática dos profissionais envolvidos com o fazer socioeducativo, contando com os saberes dos educadores, dos adolescentes e jovens atendidos e de suas famílias, o que auxiliaria a sanar uma das maiores fragilidades dos serviços de medidas socioeducativas em meio aberto, que costumam traçar suas ações segundo as demandas trazidas pelo sistema judiciário, pelo

Ministério Público, pelo CRAS/CREAS de referência, desconsiderando muitas vezes as vozes dos educadores sociais, do público atendido e das demandas e potencialidades existentes nos territórios de moradia, desfavorecendo um fazer socioeducativo que atue verdadeiramente no sentido da garantia dos direitos fundamentais à vida de cada um que por ela passe.

### 3.4 UMA EXPERIÊNCIA COM PPP NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO

Compreender a socioeducação, acolher bem, manter vínculo, trabalhar junto às demais instituições como escola, unidades de saúde, conselhos tutelares, bibliotecas, museus, parques e outros espaços de lazer e cultura, para proporcionar novas experiências, auxiliar a estabelecer uma nova relação com o meio vivido, ampliar áreas de pertencimento, foram ações implementadas pela equipe estudada, impulsionadas pela reflexão sobre sua prática, sustentada pelo desenvolvimento do PPP.

Essa experiência será mostrada a partir das contribuições dos participantes da pesquisa, que em seus relatos sobre o processo de desenvolvimento do projeto político pedagógico no SMSE/MA, evidenciaram aspectos do trabalho igualmente apresentados como relevantes pela pesquisa teórica.

Destacaram-se o trabalho interno da equipe, que será intitulado de “O grupo de trabalho”; a acolhida, e nesse sentido incorpora-se o espaço acolhedor, ao que chamarei de “Acolhimento”; o trabalho para além das mesas dos técnicos e da gestão, com a contribuição das ideias dos usuários do serviço, que intitulei “Um rastro de coletivo”.

Dessa forma, o processo experienciado será apresentado a partir desses aspectos que fazem parte do cotidiano do serviço de medidas socioeducativas em meio aberto. Para tal, será quebrada a ordem absolutamente cronológica dos fatos, num vai e vem no tempo, assim como, em alguns momentos esses aspectos se misturam, por serem todos fruto de reflexões contínuas, implementados em conjunto.

#### 3.4.1 O grupo de trabalho

Chegar aos apontamentos realizados acima sobre o serviço de medidas socioeducativas em meio aberto, e o instrumental PPP, revela um processo de aprendizado que se deu em experiências cotidianas, vividas em uma equipe que se

beneficiou da oportunidade de ficar por quatro anos atuando com pequenas alterações em seu quadro de recursos humanos, e se enriqueceu com a reflexão teórica, fruto desta dissertação.

Para os participantes desta pesquisa, o fato de trabalharem com poucas alterações na equipe revelou-se importante e favorecedor da atividade de práxis, incidindo sobre a qualidade do trabalho realizado e facilitando a elaboração do PPP.

[...] a gente está falando de um período de 2013 a 2016, foram três anos em que só houve uma alteração na equipe, só teve uma pessoa que saiu e entrou, o restante foram três pessoas que passaram praticamente os três anos inteiros trabalhando juntos, eu acho que isso reflete muito no trabalho, você ter uma equipe de trabalho durante três anos, ali, se debruçando a respeito do mesmo assunto é uma coisa. Eu estou lá, por exemplo, há um ano, de volta, coordenando o programa, eu já tive a alteração de duas pessoas na função de operacional e duas alterações na função de técnico, então eu acho que isso reflete bastante. (Técnico Pedro).

[...] porque foi muito bom né, porque a gente foi crescendo e aprendendo juntos e aí por estar aquela mesma equipe sempre a gente tinha o mesmo pensamento [...]. Por isso que foi um trabalho modelo, eu acho que nunca mais vai se repetir, nunca mais vai ter igual em lugar nenhum (risadas)... para mim foi maravilhoso né. (Técnica Elisa).

Contribuiu muito, porque a segurança que a gente passava para os adolescentes, de eles chegarem e o técnico de referência estar ali e a união entre a equipe, né. Porque se discutia tudo em reunião, os problemas, o que podia melhorar, o que o outro poderia estar fazendo de melhor [...]. (Técnica Cássia).

A equipe técnica havia se reformulado entre o ano de 2012 e início de 2013. Somente uma técnica, pedagoga, fazia parte do quadro anterior de técnicos, e essa nova equipe apresentava questionamentos semelhantes sobre o trabalho socioeducativo desenvolvido com os adolescentes e as famílias desses.

O ano de 2013 correu com uma séria preocupação da equipe em encontrar coerência entre o pensar, o falar e o fazer. Com a equipe técnica formada por psicólogos e pedagogos, descobríamos como colaborar nos estudos de caso e no atendimento aos adolescentes/jovens e suas famílias com nossos saberes em comunhão. Esse grupo foi se caracterizando por priorizar a relação humana. A gestão oportunizava momentos para que a equipe se pensasse, participando desse movimento, horizontalmente, como ressalta a Técnica Elisa: “[...] lembro que a [Gestora Bruna] era nova na gerência, ela estava super aberta né, então ela ajudou muito, ela deixou a gente desenvolver o nosso trabalho sem ficar podando [...]”

Na redação da ata da reunião de avaliação do ano de 2013 encontra-se o cuidado prioritário para a equipe naquele momento: o cuidar do cuidador, e essas ações deveriam se estender para o ano de 2014.

O lema “cuidar do cuidador” foi desenvolvido em ações práticas no dia-dia-dia do serviço. Era trabalhado nas paradas pedagógicas e em reuniões de equipe. Havia consenso sobre a importância de olhar para o companheiro de trabalho, perscrutando seu estado de ânimo, prontos a prestar auxílio sempre que necessário e aceito pelo outro. Essas ações aproximaram os elementos do grupo, instalando atitudes solidárias na convivência.

[...] a gente sabia que a gente tinha que se cuidar para poder cuidar e a gente realmente se cuidava, a gente cuidava do outro, a gente tentava entender o outro, se o outro não estava bem a gente respeitava, e isso funcionava porque a gente estando acolhido, a gente conseguia fazer o nosso trabalho, a gente conseguia fazer alguma coisa de diferente pelo adolescente, pela família, porque a gente também estava sendo cuidado, a gente também estava sendo respeitado. Então, eu acho que isso era o que mais marcava na equipe, foi construído uma relação ali de muito cuidado, vínculo. A gente tinha toda essa amizade sem distinção de cargo, de gerente, era todo mundo na mesma... era uma equipe. (Gestora Bruna).

Eram atitudes simples, como a organização de uma caixinha, onde depositávamos dinheiro, voluntariamente, e conforme o possível para cada um, e quando o ambiente estava pesaroso, podíamos dar uma parada e tomar um café com bolo, rindo de nós mesmos. Eram quinze a vinte minutos que davam vigor para toda uma semana.

Uma opção política do grupo, que aprendia que “[...] sem certas qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto pela alegria, gosto pela vida [...]” (FREIRE, 1997, p.136) não seria possível realizar a educação de respeito à vida a que se propunham.

Essa amorosidade se manifestava no apoio após um atendimento difícil. Na força moral para enfrentar uma audiência. Era o estar presente para cobrir uma necessidade. Era o interesse pelo limite do outro. Era interessar-se pelos adolescentes atendidos pelo companheiro.

Evidenciava-se, igualmente, o desejo de mudanças metodológicas que acompanhassem as intenções da equipe que se formara, assim como havia preocupação do grupo em participar de cursos, conferências, seminários, palestras, oferecidos pelos companheiros do sistema de garantia de direitos, aproximando-nos, adquirindo conhecimento, e apresentando a medida socioeducativa em meio aberto.

Para essa troca precisávamos nos preparar, responder a algumas perguntas, e surgem as primeiras provocações sobre qual era a identidade da nova equipe, como desejava o trabalho socioeducativo e como se organizaria para efetivá-lo. Eram

informações que não estavam organizadas. Eram sensações trocadas entre o grupo, mas sem sistematização.

Nesse movimento descobri a existência do PPP por instigação de outra técnica, pedagoga. Discutíamos sobre a qualidade do trabalho da equipe. Encontrava-me inquieta sobre a elaboração do PIA e o que se caracterizava como pedagógico em nossa prática. Existiria alguma normativa, algum instrumental para esclarecer essas inquietações? Nessa procura, a técnica pedagoga que estava a mais tempo no SMSE/MA informou que havia um projeto político pedagógico elaborado pela instituição, sem a participação dos técnicos e dos usuários. Gestora Bruna informou desconhecer o paradeiro do documento, ao qual a equipe não teve acesso.

O que se tinha em mãos era o plano de trabalho, apresentado, à época, para aditamento do serviço. Este plano apresentava rastros do que poderia conter o PPP. Mas, francamente, ninguém se interessava em tomar conhecimento do plano. É como se não fizesse diferença na prática do serviço. E, de toda forma, não havia um projeto desenvolvido pela equipe do SMSE/MA.

Interessei-me pelo PPP em um espaço de educação não escolar, e inicialmente, com apoio da coordenadora do serviço iniciou-se estudos para que a equipe pudesse entender o que era esse documento e se nós iríamos adiante com seu desenvolvimento. Nesse período, acreditava nas potencialidades do PPP no âmbito escolar, e seria um desafio descobrir se essas potencialidades seriam possíveis na medida em meio aberto. Não fazia ideia do que poderia surgir, mas acreditava que minimamente, ficaria mais evidente o aspecto pedagógico da medida.

Nessa caminhada, recebemos o apoio de uma supervisora institucional, contratada para orientar a equipe que trazia em sua experiência profissional a atuação em um importante projeto social da cidade de São Paulo no qual o PPP era visto como fundamental para orientar e avaliar as práticas realizadas. Sempre que me referir à reunião de supervisão institucional, estarei apontando as intervenções dessa supervisora junto ao grupo.

Suas orientações favoreciam o entendimento da equipe para o que seria material para ser discutido e aproveitado na elaboração de um PPP.

Costumeiramente voltava-se e dizia: \_ Isso é pauta para PPP! Isso faz parte do PPP!

Ajudava muito a gente a refletir as nossas falhas, onde que a gente estava errando e eu acho que esse processo da gente falar do que tá certo, do que tá errado, eu acho que isso colaborou muito para a gente começar a querer

desenvolver um trabalho diferente, mas essas trocas ajudaram muito. Acho que a partir do momento que todo mundo estava envolvido no processo, eu acho que motivou muito querer construir o projeto político pedagógico [...]. (Gestora Bruna).

Assim, o grupo, à procura de melhorar sua prática, aceitou iniciar o estudo sobre o projeto político pedagógico. O primeiro texto que lemos foi “Dezesseis passos para a construção do Projeto Pedagógico” (PINTO, s/d). Os textos sobre PPP referiam-se à escola, assim fazíamos a transposição para o contexto socioeducativo. Estávamos no início do ano de 2014 e fomos retomar a leitura de texto em meados do mesmo ano.

Foi um começo difícil. Os integrantes da equipe não tinham o hábito da leitura e do estudo sistematizado. Seus relatos revelam que a importância e o entendimento da necessidade do estudo só fizeram sentido quando, na prática, perceberam um trabalho melhor.

Eu lembro que a gente fazia as questões... que a gente ia respondendo os textos.... Essa parte mais teórica, eu lembro que foi um pouco sofrível mesmo para fazer, foi legal quando a gente chegou na prática né, quando a gente começou a falar mesmo da questão do trabalho mesmo, que a gente desenvolvia, que foi quando a gente começou a falar dos meninos... O que que a gente fazia, o que podia melhorar, como que era o nosso trabalho. Mas essa parte mais burocrática... realmente não consigo lembrar muito... (Técnica Elisa).

De começo eu não conseguia pensar... tipo... “aí eu vou sistematizar, eu vou colocar no papel, burocratizar”, eu não conseguia pensar muito que era necessário esse momento antes da prática, eu queria sempre só pensar na prática, no vamos fazer. (Técnico Pedro).

Concomitante a esse evento, outro fato que nos chamava à reflexão era a fala de vários adolescentes de que o atendimento dado a eles no nosso espaço era diferente do de outros espaços. Faziam referência a outros SMSE/MAs e afirmavam: “Aqui é diferente”. Alguns desses adolescentes passaram por outros serviços de medidas, outros se referiam à diferença entre o atendimento que receberam nas Varas de Infância e Juventude, ou nos centros iniciais de atendimento da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA) . O mesmo se dava nas falas dos familiares.

Afirmavam que éramos diferentes positivamente. Tínhamos escuta, os tratávamos sem preconceitos, nos interessávamos por seus sonhos, oferecíamos um bom lanche e literalmente, brigávamos pela efetivação de encaminhamentos para garantia de direitos. Aqui apresento um raciocínio organizado, que fomos descobrindo atendimento a atendimento.

Ao comentar sobre essas falas com os demais técnicos descobrimos que essa avaliação aparecia constantemente. Mas, o que nos fazia diferente? Por que o que

considerávamos nosso dever parecia diferente para os usuários do serviço? Qual nossa identidade?

Frente às provocações da leitura do texto e das falas dos usuários, em março de 2014, realizamos um encontro todo voltado para o planejamento da equipe. Queríamos definir a identidade da equipe. Por esse tempo, ainda era confuso para os integrantes da equipe entenderem o termo “projeto político pedagógico”. No caderno de anotações dos técnicos, oras surge a palavra planejamento, oras projeto político pedagógico para o mesmo evento e na ata do serviço encontra-se:

Marcamos para o dia 24/03 [2014] uma parada para fazermos nosso planejamento e pensarmos em nossas ações e o trabalho socioeducativo. Iremos planejar em conjunto temas de comum acordo e que fazem sentido às nossas práticas. (Livro de atas, 07.02.2014).

A atividade do dia 24.03.2014 foi pensada, pela equipe, da seguinte forma:

Planejamento SMSE/MA [...] (24/03/2014)

08:00 – Café da manhã.

08:45 – Acordo e ajustes em equipe.

09:00 – Identidade do grupo: O que é a MSE? Qual meu papel na MSE? O que idealizo como intervenção na MSE? Como faremos isso?

10:30 - Café.

10:45 – Capacitação de equipe: O que falta? Quais minhas dificuldades nos atendimentos e /ou relacionamento com os usuários? Falta metodologia? O que temos de sugestão para troca de experiências entre profissionais do MSE? Quais nossas prioridades? Como faremos isso?

12:00 – Almoço

13:00 – Relação com a rede: Novas propostas

- Educação
- Saúde
- Assistência social

Onde ainda travamos? O que tem nos favorecido? Como iremos nos aproximar? O que falta para fortalecermos vínculos?

14:00 – Dinâmica em grupo

14:45 – Cuidar do cuidador: O que precisamos? O que mexe comigo? O que sinto falta? Tenho medo? Como me sinto cuidado?

Parada Pedagógica: O que é a parada pedagógica? Como você vê a parada pedagógica?

Qualidade de vida no trabalho.

16:00 – Encerramento. (Livro de atas)

A equipe iniciava seu PPP e esse encontro resultou em reflexões que nortearam mudanças significativas para o grupo, como se nos sintonizasse em uma mesma faixa, mesmo que identificando nossas diferenças.

Por identidade do grupo concluiu-se que o trabalho realizado se caracterizava como humanizador, vendo no adolescente uma pessoa de direitos e não um infrator “[...] mesmo sabendo de seus erros[...]. Estamos pautados na Pedagogia de Direitos de Paulo Freire, e sendo assim, não podemos jogar fora o que ele [adolescente/jovem] tem e a partir do que ele tem, construir novos caminhos.” (Livro de atas, 24.03.14).

Enquanto um serviço de medidas socioeducativas o grupo definiu que:



Não temos um caráter punitivo e não valorizamos essa ação.

[...] A medida socioeducativa ajuda o jovem na reflexão sobre a tal ação [ato infracional] e ajuda na compreensão da situação e meio atual do adolescente e seus familiares. Mostra outras opções e caminha ao lado do adolescente sem preconceitos.

[...] Precisamos ajudá-los a se socializarem...é um trabalho contínuo”. (Livro de atas, 24.03.14).

Essa atitude do grupo, como já demonstrado anteriormente nesse estudo, não eximia os adolescentes e jovens da responsabilização de seus atos. A equipe consentia de que “A liberdade sem limite é tão negada quanto a liberdade asfixiada ou castrada.” (FREIRE, 1997, p.118). Liberdade implica em responsabilidade consigo e com o outro.

Quanto ao papel de cada um no SMSE/MA o grupo declarou respeito às diferentes formações e habilidades de cada educador e que em conjunto

Vamos além do edital e diariamente trocamos de funções para o bom andamento do projeto. Esta questão é resolvida dentro do grupo. Interiorizamos que não se trabalha sozinho. Somos apoio para nosso próximo. Ao nos unirmos praticamos o ato de despertar nova vida para o adolescente e ganhamos um olhar de confiança por parte dos usuários atendidos. Temos certeza de que uma ação nossa negativa pode quebrar a dinâmica do trabalho que está sendo realizado com o jovem. (Livro de atas, 24.03.14).

A troca de funções se refere ao fato de que não nos importávamos em substituir o agente operacional em uma necessidade, ou fazer algum trabalho administrativo, assim como assumir uma demanda de outro técnico, quando este não estivesse bem para a ação. Da gestão do serviço ao agente operacional, todos se definiam como educadores e responsáveis pelo trabalho socioeducativo e o cotidiano era organizado para atender as necessidades do serviço.

[...] na época eu era operacional e sempre que havia uma reunião era solicitada minha presença. Faziam questão porque em nenhum momento o operacional deixava de ser parte da equipe e deixava de ser um educador no momento que o adolescente estava entrando ali. (Técnica Cássia).

[...] a gente também tem as nossas limitações, então a gente na verdade acabava respeitando, porque às vezes podia acontecer, tem aquela limitação, mas a gente tentava entender e o outro acabava pegando a bronca “não pode deixar que eu assumo, que para mim é tranquilo”. Então, isso sempre funcionava. A gente acabava se ajudando muito, então, por isso que eu acho que dava muito certo. A gente tinha essa troca e todo mundo pensava na mesma linha. (Gestora Bruna).

Em relação às ações junto ao adolescente, jovem e família apostava-se no olhar individualizado para cada atendido, portanto, as atividades para os atendimentos deveriam ser pensadas caso a caso, conforme demanda pessoal. Para manter a qualidade dessas ações “Precisamos alimentar nossas intervenções através de participação em formações, fóruns, reuniões com a rede.” (Livro de atas, 24.03.14).

A equipe pensou em ações com o CRAS, a saúde e a educação, além de planejar possíveis formações, sempre com o foco em fortalecer os vínculos com a rede de serviços que nos cercava, se fazendo conhecer e atraindo suporte para atender as demandas dos adolescentes e suas famílias.

Recapitulando o processo experienciado pelo grupo, percebo que a disposição para atitudes humanas era característica da equipe, evidenciando-se como escolha política no desenvolvimento do PPP.

E outra coisa que eu acho que contribuiu no trabalho direto, de novo, é essa coisa do amor, que parece piegas, mas não é. Me chamava muito atenção o jeito de como as pessoas eram recebidas, isso não é comum, só a gente ligar a televisão... Se fazia um lanche, se fazia um suco para essas mães, as pessoas estavam prontamente abertas para recebê-las e os adolescentes. Eles eram tratados como cidadãos que merecem respeito [...]. Se eles estão ali cumprindo uma medida, eles estão pagando, você não precisa tratar mal, não precisa olhar reticente [...]. Isso é uma coisa que ainda temos uma longa trajetória, a gente tem visto isso na televisão, diariamente, do desrespeito com os adolescentes, principalmente os mais pobres, isso é vivo neste país. Eu acho que isso fazia a diferença, como vocês ouviam, como vocês tratavam e tratam, os outros profissionais que estão lá, isso me chamou muito a atenção. (Supervisora Laís).

Em 14.04.2014 a equipe, em supervisão institucional, pensou aspectos do PPP, aprendendo que esse projeto se efetiva a partir de um esforço coletivo dos profissionais, assim como dos que usufruem do atendimento. O desenvolvimento do PPP transparece a identidade do grupo que o produz, assim como revela as bases teóricas e as prioridades do trabalho. Promove inovações no cotidiano e faz aparecer o que cada um pensa sobre o que faz. Ficou estabelecido que precisávamos pensar em conjunto sobre a identidade do grupo.

Em maio de 2014, uma técnica, pedagoga, se desligou do serviço e foi contratado um outro técnico, pedagogo. A equipe técnica mantinha sua formação de dois psicólogos e dois pedagogos. Nessa altura, já se evidenciava para o grupo a significância do pedagogo para se pensar ações educativas e não se desejava ficar sem esse profissional, apesar de ainda não ser claro quais eram as ações pedagógicas do serviço.

Nossos companheiros psicólogos declaravam que não conseguiam pensar pedagogicamente. As trocas de conhecimento eram constantes e aceitávamos as colaborações uns dos outros, com olhar de interdisciplinaridade e respeito pela experiência e saber do companheiro de trabalho.

Com essa nova organização se implementou novo impulso à equipe, contudo, parecia difícil para os demais companheiros de serviço entender e visualizar concretamente o PPP.

As competências dos pedagogos da equipe eram utilizadas para sanar dúvidas quanto a encaminhamentos na área da educação, perceber defasagem escolar, dialogar com diretorias de ensino, diretores e coordenadores escolares, organizar painéis com temas educativos e, por último, e o mais significativo, levar o grupo a refletir sobre o trabalho realizado por meio do desenvolvimento do PPP.

O novo técnico com graduação em pedagogia trouxe outros olhares e habilidades, auxiliando a equipe a pensar ações com a rede de ensino, assim como a estimular atividades culturais favorecendo o pertencimento dos adolescentes à cidade.

Aos poucos a equipe se fortalecia em suas intenções e na reunião de equipe realizada em 16.05.2014 ficou definido que se realizaria mensalmente um grupo de estudos para construção do PPP pelos profissionais atuantes no serviço.

No encontro de supervisão institucional de 19.05.2014 a profissional que nos orientava salientou que “A equipe está em um período de mudança e [...] em busca de um projeto político pedagógico mais significativo”. (Livro de atas, 19.05.14).

Nesse mesmo dia, no período da tarde realizamos o grupo de estudos citado. Mediando o processo, apresentei o texto a ser estudado (anexo 1). Após a leitura e reflexão do texto a equipe redigiu questões para refletir sobre a identidade do grupo.

As questões consideradas importantes para todos foram:

- O que entendemos por socioeducação?
- Qual cidadão pretendemos ajudar a constituir com nossas ações socioeducativas?
- Que tipo de sociedade idealizamos enquanto SMSE/MA?
- Que SMSE/MA pretendemos construir? Missão; visão; valores.
- Como concebemos a gestão?
- Que compreensão temos das leis que norteiam o SMSE/MA?
- O que entendemos por metodologia e qual importância atribuímos a ela?
- Que importância atribuímos para o trabalho em conjunto com a rede de proteção integral?
- Qual formação profissional acreditamos ser importante na constituição de uma equipe de SMSE/MA?
- Qual postura profissional adotamos? (Livro de atas, 19.05.14).

Apesar da impressão de andarmos em círculo, sem conseguir avançar em resultados concretos que documentasse a elaboração do PPP, o grupo estava engajado em um processo de desenvolvimento de novas metodologias de atendimento, de instrumentais, de melhoria de procedimentos. Não se conseguia

sentar e elaborar um texto que refletisse as conquistas que as reflexões trazidas pelos encontros onde se falava do projeto político pedagógico se concretizasse, mas estavam presentes em nossas ações. Com a mesma crença que o grupo apresentava de que o trabalho socioeducativo se dá em um processo, assim também caminhava o desenvolvimento do PPP. Um processo que se verificava nas mudanças de ações.

Por mais que se definisse prazo para entrega escrita dos avanços reflexivos do grupo, pouco se efetivava.

Intuitivamente, adotamos projeto no sentido de “[...] um processo de reflexão, de construção das representações e colocação em prática, e não apenas ao seu registro.” (VASCONCELLOS, 2014, p.97).

As reflexões se materializavam em nossa organização interna para atender as demandas do serviço, as visitas domiciliares, grupos de família, grupos de adolescentes, visitas para estabelecer parceria com os demais serviços garantidores de direitos da região, participação em atividades para aprimoramento profissional, participação em reuniões com a rede de serviços da região, audiências com o judiciário, inserção de adolescentes em PSC, entre outros fazeres a serem cumpridos por uma equipe de quatro técnicos.

O desenvolvimento do PPP se configurava como um processo educativo para os profissionais envolvidos (Cf. VEIGA, 2002, p.13), a se mostrar em busca da melhoria do atendimento que era realizado.

“Ah, então, como que a gente vai abordar uma família que chega para ser acolhida?”, a gente tinha que sentar e discutir isso antes da família chegar e aí sim eu consigo perceber que não é no “fazendo”, lógico que acho que fazendo a gente vai descobrindo maneiras de fazer, mas a gente precisa socializar isso, discutir e ver a melhor maneira de fazer, não é só no fazendo por fazer e cada um acha melhor fazer de um jeito, então eu acho que esses momentos de diálogo, de reflexão, de estudo, favorecem para que a gente não saia apagando incêndio. (Técnico Pedro).

Essa aprendizagem clareava o que em nossas ações era pedagógico. E eram várias essas ações. Receber o adolescente com atenção, com um abraço, com um sorriso. Elogiar pequenas mudanças no visual. Dizer ao educando que uma ação dele tinha nos deixado tristes, ou muito bravos. Cobrar acordos estabelecidos. Ensinar a lavar as mãos antes do lanche, a passar o bilhete para entrar na estação de trem. Conscientizar sobre a importância em ter compromisso com as metas estabelecidas no PIA. Ensinar a fazer um telefonema para acessar uma vaga de emprego. Orientar quanto a melhor roupa para tal ou qual atividade. Dizer “obrigado”, “com licença”. Identificar quando se sente desrespeitado e dizer sobre isso. Enfim, tantas pequenas

ações que no fundo revelavam a pedagogia de conscientizar para outra relação social, aproveitando as oportunidades dadas para que outras escolhas se tornassem possíveis.

Mas esse “inserir na sociedade” tem um passo anterior, que é descobrir que nós podemos ser amigos, que nós podemos um ajudar o outro, nós podemos descobrir a realidade também. [...] Então... como acolher esse menino e poder preencher um pouquinho ou mostrar uma outra realidade que eles nunca viram, acho que isso seria muito importante. Então a finalidade da ONG, que começa esse trabalho, a gente deveria ter essa visão e recursos para isso, também,.. (Presidente José).

Das perguntas estabelecidas, algumas respostas se concretizaram em texto, fruto das reflexões dos grupos de estudo, no entanto, não as encontramos nos registros das atas do serviço. A maioria, tratamos nas supervisões institucionais e em reuniões de equipe, as incorporando em algum elemento de nossa prática.

No encontro de 30.05.2014 o grupo pensou sobre “O que é socioeducação?”, estipulando para o próximo encontro responder sobre “Qual cidadão pretendemos constituir com nossas ações socioeducativas?” e “Que tipo de sociedade idealizamos enquanto SMSE/MA?”.

No grupo de estudo de setembro foi lido sobre adolescência e a equipe ficou de elaborar um texto definindo adolescente e adolescente em conflito com a lei, para a equipe.

Como ocorrido com as outras reflexões já apontadas, houve discussão sobre o tema e todos redigiram sobre a proposta, mas não houve a unificação de ideias em texto.

Era consenso o que se pensava sobre as questões levantadas, e são as ideias que têm permeado o texto desta pesquisa, mas, na época, não se conseguia organizar as informações em um documento.

Ainda em setembro foi acordado que os grupos mensais de adolescentes e de famílias começariam a ser avaliados, pela equipe. Essas atividades levantavam constantes discussões, tanto quanto aos objetivos, como quanto à sua execução. Assim, seriam avaliados os itens: objetivo do encontro; atividade desenvolvida; participação (usuários e equipe) e resultado.

Nesse mês a equipe estabeleceu uma tabela na qual estipulou quais dias da semana cada técnico atenderia preferencialmente os adolescentes, quais dias seriam reservados para saídas, com todos os agendamentos de reuniões internas de equipe, de supervisão institucional e grupo de estudo estipulados. Dessa forma, se evitou

conflito nas agendas dos técnicos e as atividades foram se desenrolando até o final do ano, como programado.

Em 2014 a equipe mergulhou em olhares internos. Foram momentos de autoconhecimento e aprendizagem, favorecidos pelos espaços criados para reflexão do trabalho na elaboração do PPP, que se dava num processo de significações de fazeres.

O processo de autoconhecimento da equipe trouxe mudanças significativas nas relações internas e externas do grupo.

Internamente se reconhecia as fragilidades e potencialidades um do outro, o que facilitava a organização das atividades.

Externamente, a equipe era reconhecida por não desistir de um encaminhamento, uma inserção, ou seja, era melhor trabalhar juntos do que se gastar tempo com indisposições.

No ano de 2015 o PPP estava em nossas pautas, contudo, agora se traçavam metodologias de trabalho, baseadas no processo realizado pelo coletivo. Apesar da concepção de construção coletiva pautar as relações, momentos de tensões surgiam, já que

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.” (GADOTTI, 1997, p.37).

Na primeira reunião de supervisão institucional do ano, após avaliação da equipe sobre o trabalho de 2014, considerado positivo, principalmente em relação ao trabalho junto aos demais programas garantidores de direitos, considerou-se a importância de “[...] trazer um sentido para o cumprimento da medida imposta aos adolescentes. É preciso pensar em intervenções que possam atingir os adolescentes.” (Livro de atas, 09.01.2015)

Acredito no sentido quando se refere à apreensão individualizada sobre o que acontece em um determinado contexto. E havia, na equipe, a consciência de que importava olhar e pensar ações que possibilitassem a escuta e o cuidado individualizado.

No Plano de Ações Pedagógicas 2015, do serviço, encontra-se

Os atendimentos em 2015 serão realizados de maneira mais articulada por meio de atividades e metodologias elaboradas em conjunto pela equipe. Estaremos ofertando aos jovens diversos meios para juntos refletirmos e

intensificarmos a responsabilização e efetivação das medidas socioeducativas impostas.

O processo de reflexões disparados pelo PPP trazia mudanças de hábitos e no caso da equipe estudada, pelas perspectivas de trabalho que abraçaram, os levava para o coletivo. O trabalho não era realizado de suas mesas, por meio de telefonemas, mensagens eletrônicas e afins e sim no face a face, se deslocando com o adolescente pela cidade e conversando pessoalmente com os demais profissionais do SGD.

Acreditar no aspecto pedagógico da educação possível no SMSE/MA requer ir além de normativas e burocracia. É estar junto e ser exemplo.

Uma das metodologias adotadas pela equipe foi a de realizar encaminhamentos com os adolescentes ao lado. No primeiro momento, ao realizar ligações telefônicas ou enviar correspondência eletrônica para verificar a possibilidade de inserção em alguma unidade acolhedora ou encaminhamento para rede escolar, curso profissionalizante, entre outros, o adolescente acompanhava o trabalho do técnico: seu diálogo, a forma de se corresponder, a postura da voz, o respeito e a indignação, por vezes.

Tinha caso que a gente tinha que pegar na mão e tinha que levar, tinha que ligar, tinha que correr atrás e acho que isso que fazia a diferença, porque ele via que a gente estava ali com ele. A gente não simplesmente dava a folha do encaminhamento e falava “olha tem um clube de futebol ali [...], aí você vai lá e faz sua inscrição”. (Gestora Bruna).

“Ah, você tem que orientar o adolescente que ele tem que tirar um documento.”, muitas vezes você precisa ir junto com adolescente para tirar o documento... às vezes ele não tem ninguém para ir com ele ou não consegue, né. Você precisa levar o menino para procurar emprego, para ele ver como que é, para ele saber onde ir, para saber como é que se comporta, para observar e falar para ele “olha, é assim, não é assim”, porque são coisas simples que para a gente não é nada, que a gente já está acostumado, a gente que tem uma outra estrutura de família, de tudo, que para eles não tem. Então, acredito que essas pequenas mudanças, pequenas atitudes é o que faz o nosso trabalho ser muito mais eficiente, que a gente começou a fazer principalmente depois que a gente começou a discutir o plano político pedagógico... até então a gente também só pensava em orientar, a gente só pensava em seguir o básico que tava lá, né, nas normativas da medida socioeducativa e não de ir junto, de ver o que o adolescente pensa, o que que ele quer para vida dele, né. (Técnica Elisa).

Essa pequena mudança fortaleceu o vínculo entre atendidos e técnicos. Não raro se ouvia comentários por parte dos adolescentes sobre se sentirem acolhidos, pois o técnico “trabalhava por ele”. E em muitos casos despertava a responsabilidade. Ao perceberem todo o processo para se conseguir um direito fundamental, como uma vaga na escola, que por vezes se transformava em uma batalha de dois meses, ou a visita a um curso profissionalizante, em maioria cumpriam com os compromissos assumidos.

Mesmo quando a permanência na escola ou curso se tornava difícil, ou impossível, por tudo que até aqui já foi mostrado, o diálogo era facilitado pelo esforço despendido, por ambas as partes. E o aspecto pedagógico da medida tornava-se claro, assim como a escolha política pedagógica assumida pela equipe.

Foram várias reuniões na qual a equipe sentava para discutir metodologia e estratégias de mediação, baseados nos princípios estruturados até então. Segue algumas delas:

Supervisão institucional: [...] Discussão em grupo sobre novos instrumentais de trabalho. (Livro de atas, 20.02.2015).

Reunião técnica em equipe com o objetivo de pensarmos uma nova proposta pedagógica de atendimento, melhorando o acolhimento com os jovens e seus familiares. (Ibid., 20.02.2015).

Supervisão institucional: [...] contratação de novos funcionários [...]. Pensar na proposta pedagógica da equipe. Atendimento e ações humanizadas. (Ibid., 02.03.2015).

Reunião técnica em equipe [...] teve como objetivo discutirmos e avaliarmos a padronização das pastas técnicas, relatórios e registros [...]. (Ibid., 13.03.2015).

Reunião técnica em equipe: [...] Com relação à próxima parada pedagógica da equipe, ficou estabelecido que iremos realizar, de maneira lúdica, algumas metodologias de intervenção referente ao trabalho realizado no SMSE. Foram levantados pela equipe três temas, sendo: acolhida, encerramento, instrumental (IM). (Ibid., 12.06.2015).

A parada pedagógica, realizada mensalmente, desde 2013, era discutida na busca de sua intencionalidade, consenso que se deu entre a equipe em 2015, quando se definiu que visava “[...] abordar aspectos do trabalho, de uma maneira mais pedagógica. Segundo a equipe, este momento deve ter como objetivo acrescentar conhecimentos e fortalecer nossas ações enquanto profissionais nas intervenções junto aos jovens e familiares.”. (Livro de atas, 16.03.2015).

Para esse ano, uma preocupação tomava conta da equipe. A Gestora Bruna e a Técnica Elisa sairiam de licença maternidade. Para um grupo pequeno, era uma mudança considerável. Esse tema foi levado para as supervisões institucionais e para as reuniões de equipe, estabelecendo que “Verificou-se a disposição da equipe em dar sequência ao trabalho pedagógico que já se desenvolve no SMSE/MA [...]” (Livro de atas, 15.05.2015).

Isso significava, avançar na elaboração do PPP e melhorar nossas ações pedagógicas, mesmo com a licença de uma técnica experiente, com forte vínculo com os adolescentes, jovens e responsáveis atendidos e de uma gerente dedicada ao serviço, cuidadora de sua equipe e bem avaliada pelo CRAS e pela organização mantenedora do SMSE/MA.



Assim, em julho de 2015, assumo a coordenação do SMSE/MA, me responsabilizando “[...] pela gestão”, “[...] assumindo integralmente a função.” (Livro de atas, 12.06.2015).

#### 3.4.1.1 Trabalho que segue

Importante ressaltar que o desenvolvimento do trabalho da equipe, se fundamentava em decisões que eram pensadas conjuntamente nas reuniões técnicas, nas supervisões institucionais e nas paradas pedagógicas, favorecendo que as diversas identidades que compunham a equipe, se conhecessem, na procura da identidade do grupo de trabalho, o que se revela significativo quando pensamos que

Nossa postura diante do mundo pode ser mais bem interpretada e alterada na proporção do entendimento que temos não apenas do contexto em que vivemos e das relações que estabelecemos, mas fundamentalmente do conhecimento que buscamos de nós mesmos. (RESENDE, 2011, p.247).

Foi perguntado aos participantes desta pesquisa, quais lembranças lhes surgiam espontaneamente, sobre o período analisado e em maioria trouxeram os encontros para reflexão do trabalho e a coesão de ações a partir disso.

Aí a gente começou a ver isso né, que tinha muita coisa solta, falta de informação, [...] foi aí que a gente começou a fazer as nossas reuniões pautadas nisso, pensando em como a gente podia melhorar os nossos atendimentos, porque até então a gente sabia um pouquinho daqui, um pouquinho dali, porque era “Ah.. lá a gente fazia IM assim, aqui a gente fazia IM assado”. (Técnica Elisa).

Eu lembro bem disso, que foi discutido numa reunião entre a equipe, começamos a discutir o que era acolhimento e a partir daí foi se começando a ver a necessidade desse projeto ser construído e assim foi se marcando reuniões, uma vez por mês, todo mundo pensando junto, a equipe trabalhando em conjunto.(Técnica Cássia).

[...] a gente acabava sendo muito democrático, todo mundo podia opinar, falar e a gente se preocupava muito com o próximo, [...] com o colega de trabalho. (Gestora Bruna).

A equipe estava unida, [...] eu me lembro que a equipe buscava informações, buscava parcerias, buscava se aprofundar no conhecimento de cada questão que chegava para eles. [...] a equipe buscou se estruturar de várias formas para ter sustentação para fazer um bom trabalho com esses meninos. (Supervisora Laís).

Assim, cabia continuar uma prática que estava sendo positiva para a equipe, e que em muito foi favorecida por uma gestão aberta ao novo, desde que em busca de um melhor atendimento aos usuários do serviço e pelo apoio da supervisora técnica do CRAS, que acreditava no rumo traçado pelo SMSE/MA dialogando, orientando e oferecendo suporte a algumas ações do grupo.

É um trabalho compartilhado, mas o CRAS tem que observar se o trabalho está andando direito. É o nosso trabalho. E eu acho que fazer esse trabalho de forma democrática, discutindo, ouvindo, estando presente é o que dá resultado, como deu na época. (Supervisora Laís)

Na prática, essa cooperação resultou em visitas domiciliares compartilhadas com assistentes sociais do CRAS, reuniões junto às unidades acolhedoras para garantia de que o acolhimento aos adolescentes e jovens fosse efetivado, a presença em diversos estudos de caso, agilizando encaminhamentos, o apoio para ações, na época, consideradas de risco para o serviço, como a oferta de passagem para transporte público para que o adolescente pudesse realizar curso profissionalizante, ou ir à escolas distantes de suas residências, oferta de cestas básicas para as famílias a partir de doações arrecadas pelo SMSE/MA, como explica Gestora Bruna:

Foi uma briga, porque a medida, ela não podia virar um assistencialismo [...]. Mas teve que ter autorização da prefeitura e a SAS [Supervisão de Assistência Social], nessa parte, foi muito parceira em ajudar e abrir essa possibilidade, porque sabia, que realmente, os recursos que eles tinham eram limitados.

A área de abrangência do SMSE/MA analisado fazia com que o serviço atuasse junto a dois CRAS, sendo que somente um era responsável pela supervisão do serviço, mas ao agir em determinadas regiões, era necessário se reportar à supervisora técnica de ambos os CRAS para que o devido atendimento do adolescente ou jovem e sua família se efetivasse.

Nesse sentido, a equipe foi favorecida por saberes e modos de ação diferenciados, que contribuíram em seu aprendizado profissional, que acrescentaram qualidade no desenvolvimento do PPP e na dinâmica da equipe, e com os profissionais desse outro CRAS, aprendemos como caminhar ombro a ombro com os atendidos, sem cair em assistencialismo.

Com essa estrutura, inicia-se outra etapa de mediação junto à equipe, contando com o desenvolvimento do PPP. E por que outra etapa?

Quando a equipe iniciou esse processo, era consenso de que sem um pedagogo à frente teriam dificuldades para compreender a importância do PPP no SMSE/MA, assim como, efetivá-lo em ações.

Acredito que entender o ser humano como um todo me ajudou na minha formação e saber que realmente precisa ter um objetivo, precisa ter clareza do que você vai desenvolver ali, eu só aprendi com quem tinha formação de pedagogia [...], no caso, você, que tinha essa formação da pedagogia e podia trazer com riqueza de detalhes, explicar o que era esse projeto. (Gestora Bruna).

Sobre o processo de reflexões desencadeado pelo PPP a Técnica Elisa relata sua sensação de que “[...] foi sem querer, a gente foi...sem querer para gente, né, porque para você, que teve a ideia, que começou tudo, acho que já fazia muito sentido.”, sensação compartilhada por Gestora Bruna, quando traz que “[...] a gente fica meio perdido nessas horas. Realmente quem tinha o conhecimento, faz toda a

diferença do que é um projeto político pedagógico, por isso que precisa ter um pedagogo na equipe [...]” O Técnico Pedro recorda-se que:

No caso, você falava “Ah, vamos trazer um texto para gente poder discutir, aí cada um vai ler uma parte do texto e depois vai falar o que compreendeu”. No começo, para mim, era difícil [...] eu acho que eu sempre acabava tendo um pensamento de ir fazendo, vamos fazendo que dá certo, vamos fazendo, vamos fazendo que vai saindo, e aí eu percebia que talvez essa era uma dificuldade minha e de uma outra parceira psicóloga. Não sei, eu acho. Eu acho que para as pedagogas isso era muito mais claro, de que havia necessidade de ter isso.

Quando a Técnica Elisa verbaliza que “para você, que teve a ideia, que começou tudo[...]”, refere-se à ação mediadora que eu desenvolvia naquele momento, investindo para que todas as reflexões realizadas pelo grupo, nas supervisões institucionais, reuniões técnicas, estudos de caso, reuniões com os companheiros do SGD, se materializassem em melhora nas práticas executadas pela equipe. Contava com o apoio da gerente do serviço, como já dito, o que possibilitava a provocação dos companheiros de trabalho para a ação. Era uma atitude de organizar práticas educativas. Contudo, era necessário se manter no limite de atuação, enquanto técnica.

Em reunião junto à Gestora Bruna, quando de sua saída para licença maternidade, lhe perguntei qual linha de ação gostaria que eu seguisse com a equipe. Manter o serviço em ordem e funcionando até sua volta ou, além disso, implementar o que fosse necessário e possível para a melhoria do serviço. Optou pela segunda possibilidade.

Por isso, a mediação até então realizada com o grupo assume outra característica, iluminada pela proximidade com a prática técnica e com a consciência da importância do movimento ação-reflexão-ação. A confiança dos demais companheiros de equipe na decisão da Gestora Bruna e em minha pessoa foram fundamentais para que os avanços acontecessem. Portanto, ao assumir a gerência passei a administrar a elaboração do PPP, mantendo a relação próxima com a equipe de trabalho.

A marca identitária do grupo foi mantida, com nossas reuniões, trocas de conhecimentos, ajuda mútua, com a crença de que para continuar o processo iniciado era preciso “[...] uma coordenação administrativo-pedagógica [...] que estimule, planeje, comande, avalie, apoie e dialogue *sempre, continuamente.*” (BUSSMANN, 2002, p.52, grifo do autor).

A proximidade com a equipe técnica, pela vivência diária entre eles, favoreceu a intensificação dos diálogos sobre o cotidiano e maior espaço para a avaliação das práticas. As discussões do grupo eram pensadas com ênfase direcionada ao processo de desenvolvimento do PPP. Acelerava-se a organização desse instrumental, mesmo que a dificuldade de tê-lo redigido permanecesse.

Para administrar e manter o processo de desenvolvimento do PPP novas abordagens foram implementadas para que os profissionais expusessem seus pontos de percepção e sentido, e o projeto elaborado retratasse a realidade vivida. Essa mediação exigia cuidado com as suscetibilidades, no entanto, o compromisso com o atendimento de qualidade que proporcionasse uma vida mais digna para os adolescentes e para os jovens era sempre ressaltado e mantinha o passo da equipe.

Em meio a esse processo, a equipe recebeu uma proposta geradora de sentidos sobre o fazer do projeto político pedagógico. No ano de 2015, a SMADS estava realizando encontros junto às medidas socioeducativas em meio aberto da cidade de São Paulo para que pudessem compartilhar suas boas práticas, e o SMSE/MA estudado foi convidado para se apresentar em dezembro de 2015.

Trouxemos a solicitação de [...] (SMADS) para que nosso serviço leve para o encontro de SMSE/MAs, técnicos supervisores e SMADS uma boa prática nossa, mais especificamente nossa preocupação com a elaboração do projeto político pedagógico e o tratamento humanizado que realizamos. (Livro de atas, 30.10.2015).

Nesses encontros compareciam os gerentes dos SMSE/MAs, acompanhados pelos técnicos supervisores dos CREAS/CRAS de referência. De modo geral, alguns técnicos também compareciam, acompanhando seus gerentes.

O Assistente Técnico da Coordenadoria de Proteção Social Especial, responsável por organizar esses encontros, solicitou a apresentação após ser informado pela técnica do CRAS que supervisionava o SMSE/MA sobre o processo de elaboração do PPP e a concepção de atendimento humanizado que o fundamentava. Considerou-se a relevância da apresentação desse processo por ser uma prática única, na época, e pela forma como era desenvolvido no SMSE/MA estudado.

Realizou-se reuniões para organizar a apresentação. Era preciso escolher quais ações seriam levadas, mostrar de que forma estavam ligadas ao PPP e como haviam se desenvolvido. A equipe aproveitou o espaço das supervisões institucionais para tal, já que essa supervisora nos orientou por todo o processo, ajudando a ordenar o que se pensava e fazia em relação ao SMSE/MA e ao PPP.

Revisitamos anotações realizadas no flip chart de outras supervisões, nas quais pensamos sobre nossas metodologias de trabalho e iniciamos o desenvolvimento do que seria o nosso projeto político pedagógico (PPP). Iniciamos pensando sobre: “Qual foi a necessidades que nos impeliu a construir o PPP?”.

A equipe considerou que havia uma diferença na forma de conduzir e desenvolver o trabalho sociopedagógico em relação ao trabalho que vinha acontecendo com a equipe anterior [...]. Percebeu-se que a nossa equipe tem um caráter de tratamento mais humanizado, se preocupando com a formação de bons vínculos, da acolhida ao encerramento, pensando o espaço físico e as atividades aplicadas todas no sentido do atendimento humanizado.

Daí a equipe foi tirando todas as mudanças de metodologia de trabalho, relação com o espaço físico e desenvolvimento de propostas de atendimento com a perspectiva da nova equipe. Concluiu-se que é um trabalho que se iniciou e deverá permanecer em aberto, pois mudanças serão sempre necessárias para crescimento do trabalho. (Livro de atas, 23.11.2015).

No segundo encontro para pensar a apresentação da SMADS organizamos “[...] os princípios norteadores de nosso trabalho, as concepções e metodologias que surgiram a partir dos princípios.” (Livro de atas, 07.12.2015).

Como o serviço de medidas em meio aberto não pode fechar as portas em seu horário de funcionamento, era necessário escolher quais profissionais compareceriam ao encontro, e se estabeleceu que iriam três técnicos e a gerente, no caso, eu, que assumia o cargo no momento.

Apesar de, há tempos, ouvir sobre o diferencial do trabalho da equipe, sobre o trabalho humanizado, sobre a boa avaliação da técnica supervisora, de receber o retorno da supervisora institucional de que a equipe se empenhava em rumos que ela não percebia em outros serviços nos quais atuava, o grupo considerava todo o processo desenvolvido como parte de um trabalho para favorecer melhor atendimento às demandas trazidas pelos usuários do serviço.

Importava saber sobre a adesão dos adolescentes, jovens e de suas famílias ao serviço, se seus direitos estavam garantidos, quais ações em cada momento era melhor para o grupo de adolescentes atendidos. E com esse olhar o grupo seguiu, em Dezembro de 2015, para a apresentação solicitada, que será descrita em outro momento.

Creio que as ações mostradas contam de como a equipe organizava seu tempo e espaço propiciando a reflexão sobre a ação e como os estudos, supervisões e reuniões significaram aprendizado e melhoria de trabalho para todos, sendo importante refletir a seguir sobre como incidiram no acolhimento e nas ações de caráter coletivo.

### 3.4.2 Acolhimento

Acolher, “receber em casa”, “receber com agrado” (ACOLHER, 2013). Esse era o significado de acolhida para a equipe. Que cada um que adentrasse ao espaço fosse recebido com respeito, com agrado, ao ponto de querer voltar ou ficar mais um pouco.

Oficialmente se tem que o SMSE/MA oferte como uma das aquisições dos usuários a “segurança de acolhida”, ou seja, que cada adolescente ou jovem que adentre ao serviço possa “Ser acolhido em condições de dignidade em ambiente favorecedor da expressão e do diálogo; [e] Ser estimulado a expressar necessidades e interesses.” (BRASIL, 2013b, p.34). A acolhida se configura como uma das ações basilares do trabalho social essencial ao serviço (Ibid., p.34).

Essa acolhida se dá em um lugar, apresentado pelo referencial legal como ambiente físico, que comporte

Espaços destinados à recepção, sala de atendimento individualizado com privacidade, para o desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias, atividades de convivência e atividades administrativas, com acessibilidade em todos seus ambientes, de acordo com as normas da ABNT. (BRASIL, 2013b, p.30).

Esse ambiente físico, precisa ser preenchido por “Materiais permanentes e de consumo para o desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário, computadores, linha telefônica, dentre outros.” (BRASIL, 2013b, p.31).

Percebe-se que, em realidade, o texto oficial é vago, e frio. Aos executores do serviço de medidas fica a criatividade para, com pouca verba, encontrar espaços que atendam as exigências legais e preenchê-lo de vida, acolhimento e vínculo. Portanto, acolhida e espaço, são elementos interligados para um trabalho socioeducativo de qualidade, sendo pontos de constantes discussões entre os profissionais que atuam no SMSE/MA.

No SMSE/MA em estudo, a preocupação com o espaço se intensificou no mês de maio/2014. Como torná-lo um espaço no qual os adolescentes desejassem permanecer? Um espaço agradável. Como torná-lo acolhedor para as famílias? Esse tema permeou nossos encontros até o mês de julho de 2014.

Pensou-se em convidar adolescentes e familiares para participarem do dia da reforma do espaço, uma atividade que a equipe executaria, contando com o auxílio dos usuários, numa dinâmica que promovesse o pertencimento ao espaço. Após discussão em equipe, o convite foi realizado aos familiares no grupo de famílias e aos adolescentes nos atendimentos individuais e grupo de adolescentes.

Assim, em julho de 2014 o espaço do serviço foi revestido de novas cores. Não conseguimos a adesão de usuários, como pretendíamos. Mesmo assim, foi um dia de muito trabalho e alegria. Por que a equipe assumiu a tarefa? Porque havia uma convicção, mas não havia verba. A equipe estava presente por consentimento próprio e atendendo ao que se revelou importante na elaboração do projeto político pedagógico: tornar o espaço do serviço acolhedor, para que um dia se transformasse em um espaço de convivência. Ao iniciar a semana, os adolescentes e jovens trocavam impressões sobre o colorido dos ambientes, com retorno positivo.

Por espaço de convivência se entendia um espaço aberto para a permanência dos adolescentes e jovens, com computadores, biblioteca, gibiteca, local para jogos, atividades interativas, atividades livres, entre tantos sonhos que a equipe manifestava para esse espaço, relacionado com as intenções declaradas no projeto político pedagógico.

Na supervisão institucional de 21.07.2014 foi retomada a reflexão sobre a importância do projeto político pedagógico como o orientador do fazer socioeducativo e das etapas a serem percorridas para se atingir as propostas estabelecidas. O espaço de convivência foi considerado como uma etapa a ser pensada em relação aos ideais do PPP: qual o objetivo desse espaço; para que tornar o espaço do SMSE/MA em espaço de convivência?

O desejo por esse espaço se alimentou nas observações, reflexões e avaliações da equipe de que, com a maior vinculação, os adolescentes chegavam no SMSE/MA e queriam ficar a todo tempo ao lado da equipe técnica. Havia uma divisória que separava a sala de recepção do espaço no qual os técnicos tinham suas mesas, e a equipe percebeu que essa divisória se tornou invisível para os meninos e meninas. Chegavam, cumprimentavam toda a equipe e ficavam pela sala, próximo aos técnicos, puxando conversa com um ou outro, ora só parados, olhando.

Despertado o olhar da equipe para isso, realizou-se uma conversa com os adolescentes sobre o que achavam do espaço, e em devolutiva às suas respostas, foi retirada a divisória. O espaço de recepção já havia ganhado um painel grafitado pelo namorado de uma das adolescentes atendidas, que conseguiu captar com precisão, em um único projeto, as características das comunidades atendidas pelo SMSE/MA. O trabalho era muito apreciado pelos adolescentes e jovens e de vez em quando encontrava-se uma marca, um nome, de algum adolescente nos muros das casinhas grafitadas.

Aos poucos o ambiente foi ganhando mais cores, e trabalhos desenvolvidos pelos usuários, nas oficinas de grafite, foram incorporados nas paredes e móveis. Essa organização do espaço terminou em Janeiro de 2016, quando foi realizada a troca do piso, tornando o local leve e arejado.

Nas vozes dos profissionais do SMSME/MA percebe-se a coerência das ações modificadoras do espaço com as intenções pedagógicas em relação ao cumprimento das medidas socioeducativas aplicadas, sustentadas pela elaboração do PPP:

Para mudar o espaço, a gente perguntava para eles como que eles queriam, como que eles achavam melhor, eles foram fundamentais... a gente não... até porque a gente pensou o PPP, a gente não fazia nada que fosse só pensado por nós, mas sim por todo mundo, pela equipe, por eles também. (Técnica Elisa).

Também discutimos com os adolescentes da estruturação do espaço, porque havia uma parede [...] que separava a recepção da sala da equipe técnica e com o tempo a gente percebeu que os adolescentes queriam cada vez mais ocupar o espaço e ter uma proximidade com a equipe. Aí optamos, depois de muita conversa, lógico que de início precisaria ter uma mudança no espaço físico, então de início causou um estranhamento, mas tiramos a parede, o que proporcionou também uma maior vinculação com os adolescentes, porque ficou tudo junto, a equipe técnica com o administrativo, os adolescentes na recepção, então tudo isso favoreceu para que os adolescentes se sentissem mais pertencentes ao espaço, que era uma intenção nossa, que os adolescentes pudessem se sentir pertencentes, que eles pudessem sentir o MSE enquanto um espaço acolhedor, para que eles se sentissem seguros para expor as demandas deles.

A ideia do espaço acolhedor permeava as conversas do grupo desde 2013, e a partir do amadurecimento da equipe, foi possível dar significado a esse espaço e torná-lo realidade, não como era o desejo, mas dentro da possibilidade para o momento.

O sonho era sempre ter um espaço de convivência que eles pudessem tá ali tipo “vamos jogar um ping-pong juntos”, mas precisaria ter mais gente para poder dar esse suporte para ele, porque querendo ou não nessas horas que o menino acaba desabafando, falando, criando vínculo, [...] e é um espaço que o serviço não tem [...]. (Gestora Bruna).

A observações e reflexões do grupo passavam igualmente sobre a acolhida do adolescente/jovem e a realização da interpretação da medida aplicada. Dialogava-se em como abordá-los, quais perguntas fazer, que tipo de pergunta aproximava o adolescente, o que os assustava, buscando possibilidades em conformidade com o que o grupo estabeleceu sobre o significado das medidas socioeducativas em um diálogo que se iniciava

“[...] não quando o educador-educando se encontra com os educandos-educadores em uma situação pedagógica, mas antes, quando aquele se pergunta em torno do quê vai dialogar com estes. Esta inquietação em torno do conteúdo do diálogo é a inquietação em torno do conteúdo programático da educação. (FREIRE, 1982, p.98).



Nesse sentido, as ações específicas de acolhida, eram continuamente pensadas pelo grupo, não só em relação ao vivenciado pelos adolescentes, jovens e suas famílias no espaço do serviço, mas em relação à execução das medidas socioeducativas aplicadas.

O ano de 2015 começou com as energias da equipe centradas em melhorar a qualidade do processo vivenciado pelos adolescentes e jovens no cumprimento das medidas socioeducativas, intensificando a ação junto às unidades acolhedoras para efetivação da inserção e finalização da medida de PSC, que em tudo passava pela maneira que o adolescente ou jovem era acolhido, dia a dia. A equipe passou a planejar com as unidades acolhedoras, projetos a serem desenvolvidos pelos adolescentes. Anteriormente, o adolescente era encaminhado sem um projeto definido do que realizaria na unidade. Uma semana ele poderia estar ajudando, por exemplo, um educador em sala de aula, no outro, auxiliando a organizar a fila de entrada das crianças.

Agora, cada unidade disponibilizava suas possibilidades de trabalho, que então eram conversadas com o adolescente/jovem, que optava pelo trabalho que realizaria. O técnico devolvia para a unidade acolhedora a escolha, e traçava junto ao responsável que acompanharia o cumprimento da medida na unidade, como se desenvolveria a prestação de serviço. No dia do acolhimento do adolescente/jovem na unidade, era apresentado o espaço, a pessoa que o acompanharia e o serviço que prestaria, já moldado nas conversas anteriores.

Essa mudança possibilitou, pelo processo de inserção e acolhida, maior responsabilidade do adolescente com a atividade definida. Outro ganho, foi que passaram a compreender quais eram, exatamente, seus direitos e seus deveres. Quando desrespeitados nas atribuições tratadas, ou quando se sentiam humilhados por alguma ação ou fala na unidade acolhedora, avisavam aos responsáveis na unidade que não concordavam com o procedimento e nos procuravam, para que a situação fosse esclarecida. Isso evitava quebra de medida. Por vezes a prolongava, pois era necessário a mudança de unidade.

Quanto à medida de Liberdade Assistida, acreditou-se em melhorar a acolhida e a interpretação de medida (IM), de forma que não nos assemelhássemos ao sistema judiciário. A interpretação da medida era o momento no qual o técnico explicava para o adolescente e a família o que significava o tipo de medida aplicada e os deveres e direitos tanto por parte do serviço, como da família e do adolescente/jovem, para o

cumprimento da mesma. As famílias chegavam com o entendimento de que o SMSE/MA era parte do sistema judiciário e os adolescentes comumente acreditavam que os profissionais do serviço eram policiais prontos para prendê-los a qualquer deslize.

Portanto, a abordagem dialógica na IM e acolhida era fundamental para que o processo de cumprimento da medida aplicada tivesse continuidade. Assim sendo, eram recebidos com afeto. Ao adentrar ao espaço do serviço recebiam um sorriso, o convite para que se sentassem, a oferta de um café para os responsáveis, de um suco para os adolescentes, pois “Como prática estritamente humana jamais pude entender a educação com uma experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos, os sonhos devessem ser reprimidos [...]” (FREIRE, 1997, p. 164-165).

Eram acolhidos na sala de atendimento com apresentação dos técnicos presentes (nome e formação), e com uma conversa descontraída se encaminhava a explicação do que era aquele espaço, qual nossa intenção ao receber uma família, procedendo à interpretação de medida. E então se solicitava, delicadamente, os documentos. A estratégia de acolhida estava em relação ao caráter humanizado da equipe, conforme o PPP.

Considero que o empenho da equipe em pensar o acolhimento humanizado, relacionado a um espaço igualmente acolhedor é significativo, não só no contexto vivenciado naquele momento, já que a medida socioeducativa, visando uma nova relação do educando com a sociedade, com protagonismo e autonomia, claramente não favorece essa educação em seus espaços físicos, que, em maioria, oferecem atividades programadas, em ambientes nem sempre adequados, no qual a pessoa chega, come um lanche, recebe um atendimento, faz uma oficina, um currículo, sempre tutelado, sem oportunidade, muitas vezes, de dizer sobre a ineficiência desse espaço.

Onde a voz desses adolescentes nesses espaços? Seria possível se pensar em uma organização de trabalho, como os grêmios escolares, na medida socioeducativa em meio aberto? Passar uma hora por semana no SMSE/MA seria o suficiente para tentar outro significado para uma vida? No que esse espaço favorece a autonomia e o protagonismo?

Se queremos criar pessoas que conscientemente se relacionem com suas obrigações sociais, elas devem claramente compreender as suas

necessidades; mais que isso, elas próprias devem estabelecê-las e livre e voluntariamente subordinar-se a elas. (PISTRAK, 2013, p. 124).

Creio, com Pistrak, que possibilitar um espaço e uma ação educativa favorecedores de oportunidades para que esses adolescentes e jovens concretamente desenvolvam suas potencialidades, aprendendo a ser, a conviver, e a experimentar, verdadeiramente, situações em que possam organizar-se e exercer sua ação criadora, seja uma possibilidade pedagógica na medida socioeducativa em meio aberto.

O caminho percorrido pela sociedade até se formatar as medidas socioeducativas foi longo, e sua organização tal como se dá no município de São Paulo é um episódio recente. Contudo, se vai mais de uma década de trabalho na formatação atual, e o número de adolescentes em cumprimento de medida no meio aberto é alto. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, quase cinquenta e um mil adolescentes estavam cumprindo medida de liberdade assistida e/ou prestação de serviço à comunidade no estado de São Paulo em 2017 (BRASIL, 2018). Mesmo considerando que um único adolescente foi computado duas vezes, quando em cumprimento casado de medida, o número indica um fenômeno que não pode ficar à margem de ações.

Por não ser o foco desta pesquisa, fica a reflexão, sobre se o que se oferta no tempo e espaço da medida socioeducativa em meio aberto é condizente com os objetivos propostos para esse serviço, e considerando que “[...] a solução concreta para uma determinada tendência pode ser dada apenas como resultado de muitos anos de acúmulo de experiência [...] desta tendência” (PISTRAK, 2013, p.127), talvez é chegado o momento de se pensar outras possibilidades para as medidas socioeducativas, outros espaços, outras mediações pedagógicas.

### **3.4.3 Um rastro de coletivo**

Na ata da reunião geral da equipe para avaliar as ações de 2013 e projetar ações para 2014 considerou-se que em 2013 houve avanço relacionado ao contato com o que chamávamos de rede de proteção da região, ou seja, outros programas integrantes do sistema de garantia de direitos, como Unidade Básica de Saúde, Centro da Criança e do Adolescente, escolas municipais e estaduais, Centro de Atenção Psicossocial, Conselho Tutelar, contudo, era necessário investir em visitas a esses espaços, para que a nova equipe se apresentasse e comunicasse como estava

efetivando suas ações socioeducativas, tendo como base de seu trabalho, a garantia de direitos, acionando a todos envolvidos para essa garantia.

Selecionou-se os espaços de contato mais frequente, os que havia desejo de se conquistar, os que haviam se mostrado indispostos a trabalhar em conjunto com o SMSE/MA, e iniciaram-se as visitas. O resultado foi positivo, pois a proposta de trabalho da equipe, em maioria, foi aceita com entusiasmo pelas instituições visitadas, fortalecendo vínculos e conquistando novos cooperadores.

O ritmo de trabalho intenso estava começando a preocupar. A fim de responder as necessidades que se apresentavam nos atendimentos aos adolescentes e suas famílias, a equipe se desdobrava. E o grupo se colocou a pensar sobre outras possibilidades de organização interna e atividades externas.

Em supervisão institucional de 08.08.14 se pensou estratégias de atendimento para uma equipe de quatro técnicos, com um amplo território a ser coberto. Quanto às atividades externas, ficou acertado que começaríamos a convidar os profissionais das demais instituições garantidoras de direitos para frequentarem nosso espaço. Conselho tutelar, saúde e escolas seriam convidados para estudo de caso em nosso ambiente.

A intenção era fazer com que a rede abraçasse os adolescentes, jovens e suas famílias, como a equipe do SMSE/MA os abraçava.

Então você estava ouvindo direto. Essa estratégia de trabalho é a que dá certo. Então, fazia um encontro com determinado tema com as mães [...], elas se sentiam acolhidas elas queriam estar lá, sabiam que elas poderiam solicitar até coisas que não eram daquele âmbito, mas a equipe iria pensar... O trabalho com o CRAS... ligava "\_ Olha, é assim, ela precisa de uma cesta básica, ela foi abusada sexualmente, precisa encaminhar para tal lugar", então a rede funcionava. Aquele espaço fazia a rede funcionar. (Supervisora Laís).

Por meio dessas reflexões, percebendo as necessidades, a gente cada vez mais tentava estender esse trabalho para que ele também não ficasse só ali dentro, então a gente buscava ajuda de fora, então essa parte de trabalhar com a rede, a gente sabia que não adiantava também a gente tentar fazer tudo ali sozinho que não ia surtir efeito. Então, a gente trabalhava muito em parceria com o CRAS [...], que ajudou muito nesse processo, também se eles não apoiassem as nossas necessidades e as nossas demandas o trabalho não iria para frente. Então, a gente tem que reconhecer que realmente o trabalho foi feito ali, tanto da parceria nas visitas domiciliares, na visita com Capes, da nossa vontade de trazer as escolas para saberem o que que é a medida socioeducativa [...] eram ideias que a gente tinha, das reflexões que a gente tinha, a gente tentava trazer esse tipo de trabalho e a gente sabia que ia dar certo. (Gestora Bruna).

Essa atuação se estendeu por meses e permaneceu como um dos objetivos propostos para o ano de 2015, no qual a equipe se desdobrava no estabelecimento de vínculo com as escolas da região, em particular as que atendiam ao maior número

de usuários do serviço. Em maioria, os diretores, coordenadores e professores desconheciam as atribuições do SMSE/MA, e faziam diversas exigências que seriam cabíveis ao CRAS, ao Conselho Tutelar ou ao posto de saúde. Assim, a equipe objetivava trazê-los para dentro do espaço do serviço, esclarecendo suas dúvidas e cessando com a impressão de que esses adolescentes eram desprovidos de lar e de uma família, pois para muitos, nós tínhamos a tutela dos atendidos.

Após meses de negociações e com apoio de um profissional da Diretoria de Ensino (DRE) de uma das regiões atendidas, a equipe conseguiu reunir em seu espaço representantes de cinco escolas da referida DRE, com a presença do profissional facilitador, que foi fundamental para o encontro.

Nesta reunião realizada aqui no MSE, procuramos apresentar o trabalho que nós desenvolvemos com os jovens que cumprem medidas socioeducativas. Procuramos pontuar nossas dificuldades, ações, encaminhamentos, junto às escolas e às famílias. O intuito da reunião foi de estabelecer uma parceria junto às escolas [...]. (Livro de atas, 08.05.2015)

O objetivo de fazer compreender o trabalho realizado no SMSE/MA foi alcançado, no entanto, as dificuldades na inserção e trabalhos pedagógicos para a permanência dos adolescentes nas unidades escolares não avançaram. Nossos adolescentes continuavam a ser acusados de desordem, mesmo em dias em que haviam faltado às aulas, e falta de vontade de aprender, quando nos anos iniciais do aprendizado, foram “passados” de ano, com invisibilidade às suas carências e dificuldades.

Com otimismo, a relação com uma ou outra unidade escolar melhorou, pois passaram a aceitar discussões de caso em rede, nas quais era possível reunir família, conselho tutelar, adolescente, SMSE/MA, saúde, CRAS, na intenção de promover a garantia de que direitos básicos fossem assegurados.

O trabalho com o SGD continuava, tanto na busca de novos espaços, como no trabalho junto às escolas, quando em Outubro/2015, após visitas, diálogos presenciais e por telefone, a equipe conseguiu organizar um encontro junto aos supervisores das escolas estaduais de uma das diretorias de ensino que concentrava a maior quantidade de escolas, que atendiam aos adolescentes do serviço analisado, mas igualmente, aos adolescentes de outros três SMSE/MAs.

Pela importância do encontro, recebemos a solicitação do dirigente da Diretoria de Ensino para que agrupássemos os demais SMSE/MAs envolvidos com essa diretoria, a fim de que todos os supervisores de ensino tivessem a oportunidade de

esclarecer suas inquietações diretamente com os profissionais que atendiam o território de abrangência onde atuavam.

Foi necessário diálogo e convencimento para reunir representantes de todos os serviços de medidas da região atendida pela Diretoria de Ensino nesse encontro, e mesmo assim, um deles não se fez representar. Na ocasião, existia um clima de descrédito e mal-estar entre os profissionais de alguns SMSE/MAs e as escolas estaduais, pela dificuldade dos profissionais das escolas em entenderem o serviço de medidas, aceitarem os adolescentes, e principalmente, compreendê-los em suas necessidades, proporcionando a permanência na unidade escolar, semelhante ao que acontecia com as escolas da rede municipal, citado anteriormente.

O encontro foi avaliado como positivo e melhorou a relação com os profissionais de algumas escolas.

O técnico [...] informou sobre a reunião realizada na Diretoria de Ensino [...] com as medidas da [...], junto aos supervisores de ensino, com objetivo de explicar o trabalho realizado nas medidas socioeducativas e a importância da escolarização para os adolescentes atendidos nas medidas. Os supervisores puderam tirar suas dúvidas e levantaram que providências poderiam tomar em suas unidades escolares para melhorar a permanência desses alunos. (Livro de atas, 30.10.2015).

Outro trabalho que permanecia em discussão na equipe era a preocupação em manter o contato com o adolescente quando de sua apreensão e encaminhamento para alguma unidade da Fundação CASA.

Esse tema foi tratado em supervisão institucional, e a descrição do livro de atas, exemplifica como a equipe aprendia com e sobre o desenvolvimento do PPP: “[...] essa ação é metodologia de trabalho, portanto, parte de nosso projeto político pedagógico. Essa ação está inserida em um projeto de acompanhamento no meio aberto, visando manutenção de vínculos.” (Livro de atas, 09.11.2015).

O Técnico Pedro, trazendo uma situação que o marcou no trabalho, relata como essa ação era encaminhada:

[...] uma ação que a gente já desenvolvia, que era contato com a Fundação para saber se o menino estava bem, como que o adolescente estava, aí continuar articulando com a ação, com a Fundação, enviei relatório... tudo isso... Até que esse menino [...] foi para uma unidade de internação, aí eu de novo fui atrás da unidade de internação, fiz contato com os técnicos e questionei se esse menino queria me ver, porque a gente tinha isso de ir para as visitas, que eu me lembro, desde que o adolescente quisesse me ver.

As visitas realizadas atingiram o objetivo de vinculação com o adolescente e com a família, que também se sentia acolhida pelo cuidado oferecido.

No SMSE/MA havia outra situação que recebia o olhar atento da equipe: os encontros coletivos.

Preocupados em promover os encontros de grupo de adolescentes, de forma que fossem significativos para eles, se tornando num evento de aprendizado coletivo, uma ação tomada pela equipe foi a de ouvi-los sobre como avaliavam o trabalho realizado em 2014 e o que desejavam para os atendimentos e grupos de adolescentes em 2015.

A escuta dos adolescentes sobre o atendimento ofertado no SMSE/MA já era feita, esporadicamente, sem uma sistematização,

[...] a partir de algumas colocações que a gente costumava fazer nos atendimentos individuais, perguntava para os meninos que tipo de atividade eles gostariam de participar, qual tipo de oficinais eles gostavam, perguntava se o lanche estava bom, enfim... a gente começou com algumas ações individuais [...]. (Técnico Pedro).

Quando o grupo pensava em um passeio, costumava-se perguntar, nos atendimentos individuais, sobre as preferências deles, assim como, individualmente, se fazia a sondagem de aspectos do trabalho realizado, como, a acolhida ou a interpretação da medida. Contudo, pela primeira vez se faria a escuta coletiva, como consta na ata do dia 06.02.15:

Tema escolhido pela equipe para o grupo temático:  
Retrospectiva 2014 e projeções 2015 junto aos jovens.  
Iremos escutar os jovens sobre o desenvolvimento do trabalho (MSE) junto a medida. Momento de escutar os interesses e as ideias para as medidas.

O Relatório Mensal, de fevereiro de 2015, documento que reporta as atividades desenvolvidas no serviço durante o mês, traz que

O Grupo Temático foi realizado na data de 25/02/2015. Neste dia realizamos com os jovens uma roda de conversa sobre as medidas socioeducativas e a importância do trabalho em equipe. Escutamos as propostas dos jovens para o nosso trabalho e medidas socioeducativas impostas e atividades que poderiam ser trabalhadas no espaço. Os jovens trouxeram seus interesses e deram sugestões de temas e passeios que podem ser realizados durante o ano.

A mesma atividade havia se desenvolvido no grupo de famílias, em Janeiro de 2015, conforme consta, em Relatório Mensal referente a este mês.

O Grupo de Famílias foi realizado na data de 31/01/2015. Neste dia realizamos um café da manhã com os familiares dos usuários atendidos e fizemos um resumo das atividades realizadas durante o ano de 2014. Foi proposto aos pais presentes que falassem suas opiniões sobre os temas desenvolvidos nos grupos, a fim de levantarmos novas temáticas a serem discutidas em 2015 de acordo com demanda apresentada. O grande objetivo é a participação ativa dos familiares atendidos pelo MSE [...].

Em seu relato, Gestora Bruna resume bem a relevância da escuta para a equipe:

[...] a gente realmente tentava preparar eles, para que eles também se sentissem pertencentes, para que eles não tivessem medo de enfrentar, de tentar, né, e a partir do momento que eles começaram também a dialogar, conversar com a gente, participar do processo e a gente escutar também eles... Porque não adianta a gente desenvolver um trabalho sem escutar,

então a partir do momento que a gente começou a trazer um pouquinho mais esses jovens para a gente tentar pensar... porque eles ajudavam a gente nessas reflexões, a partir do que ele trazia a gente podia pensar “mas e se a gente correr atrás de tal coisa?”, então, eles eram importantes porque as vezes eles falavam uma coisa que eles sentiam e a gente só refletia com as outras experiências que a gente tinha [...].

Os grupos de adolescentes e os passeios foram acontecendo com as devidas avaliações, que mostravam que a equipe precisava melhorar a abordagem junto aos adolescentes e jovens nesses momentos, assim como melhorar a organização das atividades externas. No mês de agosto a equipe se debruçou sobre esses aspectos. Em supervisão técnica, levou-se a preocupação do grupo referente aos passeios com os adolescentes, surgida em diálogos em outras oportunidades de reunião.

[...] o objetivo dessas saídas é colaborar com o objetivo da medida socioeducativa de ampliar áreas de pertencimento. Refletiu-se sobre o que se considerou as finalidades principais dos passeios que seriam ampliar áreas de pertencimento e propor reflexão sobre o vivenciado. Levantou-se daí a importância de que o técnico esteja bem consciente sobre a proposta do passeio, a fim de que se verifique a disponibilidade de cada técnico em se envolver no trabalho tanto dos passeios, como nos grupos temáticos e de família. (Livro de atas, 10.08.2015).

A ação de observar “a disponibilidade de cada técnico em se envolver no trabalho” pretendia atender ao fato de que, cada vez mais, procurávamos destacar as potencialidades e trabalhar as fragilidades dos profissionais da equipe.

Levar os adolescentes a experimentar novas relações com o meio era o móvel das ações, no momento, pensamento que se refletia também no PIA:

Pensou-se no sentido de que o relatório PIA, redigido, é importante para o juiz. Só que é muito mais importante para o adolescente/jovem, quando pensado e praticado enquanto plano e planejamento. Nesse sentido, o PIA é mais amplo e é onde podemos, enquanto técnicos, fazer o diferencial para cada adolescente/jovem, sempre pensando na questão de ampliar áreas de pertencimento, significando as vivências. (Livro de atas, 10.08.2015).

O que movia a equipe no sentido da valorização das atividades externas era a avaliação realizada entre a equipe e junto aos adolescentes e familiares, já que em alguns grupos de famílias eram realizados passeios com os responsáveis. Percebeu-se que o vínculo entre equipe e atendidos se fortalecia, e nesses momentos era possível que todos se conhecessem melhor.

Quando perguntados sobre o que acreditavam que funcionava bem nas medidas socioeducativas em meio aberto, os participantes da pesquisa apontaram a atividade externa como algo que deveria se manter e ser incentivado.

O que funciona também são os passeios, acho que era maravilhoso passear com eles, por mais que a gente se estressasse, um aprontasse, fizesse alguma coisa, mas a gente colhia bons frutos disso, até nas coisas ruins, a gente aprendeu a levar isso para eles e a melhorar e trazer para eles o quanto isso é ruim para eles estarem fazendo né, na sociedade. (Técnica Elisa).



Eu acho atividade externa fantástica também, que eu acho que a gente consegue trabalhar um monte de coisa num dia só, é extremamente cansativo, mas acho que a gente sai do falar e vai para a ação com os adolescentes, então a gente quer possibilitar uma relação nova desse adolescente, uma outra relação desse adolescente com o mundo. Ah, falando tá bacana, mas até o menino entender... E aí quando você tá na rua, quando você está vivendo com ele... você está vivendo com ele, né... Aí sim, você vai perceber como que tá sendo a relação desse menino, quais são as fragilidades dele, e aí sim você vai tá apresentando e vivenciando com ele né, que eu acho que é o mais importante. Eu acho que a gente ter essa compreensão de que para educar... educar não no sentido de domesticar, educar enquanto papel do educador mesmo, a gente precisa vivenciar, não adianta a gente falar de um lugar onde eu só dê exemplos para esse menino. (Técnico Pedro).

Os passeios permaneceriam, porque realmente fazer com que ele se sinta pertencente ao espaço, não ter vergonha de entrar nos lugares, conhecer um lugar novo... “Ah, vou conhecer o cinema. O boliche...”, como a gente pegou vários casos de mãe que nunca tinha ido no cinema ou menino que nunca foi no boliche, porque não tem essa oportunidade ou não sabe como chegar no espaço, então isso permaneceria. (Gestora Bruna).

Levar os adolescentes a atividades externas requeria recurso financeiro para transporte e alimentação e os passeios se tornaram viáveis devido a parceria do SMSE/MA com outra instituição que destinava uma verba anual para o serviço, mediante aprovação de um projeto que detalhava as intenções junto à população atendida, destinação da verba e conseqüente prestação anual de conta. Essa parceria iniciou-se em 2015, numa conquista de Gestora Bruna, pois outra dificuldade que se enfrentava era a de que, como a ONG contava com outros programas que atendiam a crianças, eram esses serviços que os parceiros tendiam a ajudar, pelo estigma e descrença no público atendido pelas medidas socioeducativas, portanto, “[...] a gente realmente tinha que correr atrás de algum parceiro que abraçasse a nossa ideia, para poder desenvolver o trabalho [...]” (Gestora Bruna).

A importância dessas atividades se revelou aos poucos, nas observações e avaliações periódicas da equipe sobre o trabalho, no processo de desenvolvimento do PPP e pode-se ler na ata de 09.11.2015 o porquê dessa atenção, já que, nesse período, a equipe considerava como “[...] o centro do PPP SMSE/MA [...]: Proporcionar novas experiências.” (Livro de atas). A equipe respeitava a escuta e escolha dos locais pelos adolescentes, e em um combinado junto a eles, intercalava visitas a espaços que a equipe considerava importante para o desenvolvimento e aprendizado deles.

Em um mês estavam jogando boliche, no outro estavam sendo recebidos em um serviço de assistência especializada da rede municipal para ouvir orientações sobre doenças sexualmente transmissíveis, prevenção e tratamento, conhecendo um espaço que poderiam frequentar sempre que desejassem, para orientação e

realização de testes referente as essas doenças. Ambos tipos de grupos contavam com a adesão dos adolescentes.

O ponto culminante dessa ação foi no mês de Dezembro de 2015, quando, com a autorização e apoio do CRAS, realizou-se atividades externas em todas as semanas do mês, terminando com um almoço de Natal em um restaurante da região. Os locais foram escolhidos pelos adolescentes, como presente de Natal.

Um ou outro problema pontual acontecia nessas saídas, mas, durante a avaliação realizada pelos adolescentes a cada retorno de passeio, eles mesmos apontavam as fragilidades, chamavam a atenção um dos outros, faziam discursos que chamavam para o respeito à equipe da medida, evitando desgaste entre o técnico de referência e o adolescente que cometia algum ato desrespeitoso referente ao combinado de passeio, produzido em parceria entre adolescentes e técnicos.

Essas ações, mostravam o que parece um rastro de trabalho exercido pelo coletivo de adolescentes e jovens, usuários do serviço. Eram oportunidades nas quais mostravam o que haviam interiorizado relativo a valores estabelecidos socialmente, o quanto estavam dispostos a contribuir pessoalmente com um serviço que atingia a vários, traziam suas cooperações para solucionar dificuldades e melhorar os encontros, “E, realmente, nós frequentemente não sabíamos como prosseguir. E as crianças ajudaram.” (Pistrak, 2013, p.158).

Acredito que esse possa ser um caminho para as medidas socioeducativas, a voz do coletivo, não só no âmbito aberto, comunitário, mas também no cotidiano do processo de execução das medidas socioeducativas aplicadas.

As prioridades estão postas: tomar o sujeito adolescente como ponto de partida e centro de proposta de trabalho. Todavia, é preciso investir em resultados qualitativos e, para tanto, as ações desenvolvidas na política de medidas socioeducativas devem ter um caráter mais coletivo e organizativo. (BRASIL, 2016, p. 40).

Sem desconsiderar as conquistas no campo da socioeducação, há de se ponderar que o adolescente e o jovem são tutelados no processo de suas medidas. Pouco são os espaços nos quais podem organizar ações em grupo, favorecer a comunidade onde crescem. Não é a negação do auxílio de quem já percorreu estradas e pode orientar a caminhada. Voltando aos teóricos que norteiam o pensamento desta pesquisa, talvez o processo de responsabilização do adolescente/jovem pudesse ter outra forma de ser vivido, e como orientadores do processo, poderíamos “[...] discretamente dirigir as crianças, mas não tutelá-las exageradamente. Isto apenas prejudicará o êxito dos objetivos.” (PISTRAK, 2013, p.124).

É pensar um espaço de escuta, revelador da inteligibilidade do mundo (Cf. Freire, 1997), de modo a “[...] com o educando e não sobre ele, tentar a superação de uma maneira mais ingênua por outra mais crítica de inteligir o mundo.” (FREIRE, 1997, p.138).

#### **3.4.4 Expondo um processo**

Após essa jornada pelas descobertas e conquistas de um trabalho sustentado pelo desenvolvimento de um projeto político pedagógico, é possível apreciar o que a equipe do SMSE/MA destacou e apresentou para os demais serviços de medidas socioeducativas da cidade de São Paulo.

Em dezembro de 2015, com simplicidade a equipe acomodou-se na mesa preparada para a apresentação, que se deu no Espaço Público do Aprender Social (ESPASO). Os representantes dos SMSE/MAs da cidade de São Paulo estavam presentes, com seus respectivos técnicos supervisores dos CREAS/CRAS de referência.

Frente ao montante de trabalho realizado pela equipe de 2013 a 2016, foi necessário selecionar o que seria efetivamente apresentado aos profissionais dos demais SMSE/MAs.

Considerou-se relevante apresentar o processo experienciado para o desenvolvimento do projeto político pedagógico, mostrando o caminho de construção do princípio norteador das ações do grupo, e em seguida, os demais princípios que desencadearam as concepções de metodologia de trabalho, que na leitura da equipe, impactaram mais fortemente na qualidade do atendimento junto aos adolescentes, jovens e suas famílias.

A cada princípio ou concepção apresentada, mostrava-se a metodologia de ação, fruto das reflexões realizadas, e o processo de avaliação, para dar validade ou não à atividade. Mostrou-se de que forma o grupo realizava suas reuniões internas e supervisões institucionais, a relação com as instituições do SGD, a relação com os profissionais do CRAS, os grupos de adolescentes e de famílias, as atividades externas em grupo e individuais, a elaboração do PIA e demais relatórios encaminhados ao judiciário.

Cada integrante da equipe ficou responsável por apresentar um aspecto do trabalho desenvolvido, de acordo com sua afinidade à atividade.

A equipe percebeu que ao apresentar suas metodologias de trabalho, inquietações começavam a surgir entre os ouvintes. Em alguns momentos era preciso aguardar para continuar a fala. Ao relatar que a equipe realizava visitas domiciliares contando com o apoio do CRAS, do CAPES, do Conselho Tutelar, das unidades básicas de saúde, foi impossível continuar a apresentação.

O que nossa equipe compreendia como trabalho de garantia de direitos, atendimento à necessidade do adolescente, jovem e da família, enfim, um trabalho que atendia ao preconizado como proteção integral pelo ECA, causou profundo estranhamento entre os presentes, sendo que alguns técnicos supervisores tomaram o microfone dizendo que o trabalho apresentado seria uma descaracterização das atribuições do CREAS ou CRAS. A equipe foi colocada como uma equipe de “elite”, por contar com uma rede tão bem assessorada, por contar em seu território de abrangência com bairros considerados nobres e de baixo risco social, assim como, por ser uma equipe de pequeno porte, se privilegiava por manter-se unida por três anos. Enfim, foram vários pareceres que nos provocaram a mostrar, naquele momento, o quanto seríamos capazes de sustentar o processo e a construção de um trabalho.

Conhecendo o esforço de anos da equipe, o assistente técnico da Coordenadoria de Proteção Social Especial tomou a palavra e trouxe em sua fala aspectos importantes a serem considerados. Verbalizou que o trabalho que apresentava-se era fruto de anos de dedicação, realizado muito além das mesas de trabalho dos técnicos e da gestão. Envolveria desejo de se concretizar o preconizado pelos documentos oficiais sobre as medidas socioeducativas em meio aberto, por uma equipe, que por ser pequena, desdobrou-se para cobrir uma área de abrangência diversificada, com núcleos reconhecidos de vulnerabilidade.

A técnica supervisora do CRAS que nos supervisionava expôs que o trabalho era resultado de um processo vivido e compartilhado, que permitiu chegar ao nível de colaboração que então se experienciava, e que em nada feria as atribuições tanto do SMSE/MA, quanto do CRAS, bem pelo contrário, as iluminava.

O grupo acentuou que a união da equipe em torno de um ideal favoreceu que se desdobrasse em busca da qualidade do serviço oferecido, em consonância com as diretrizes, com foco no alcance pedagógico das ações realizadas. Importava a relação do adolescente, do jovem, com a sociedade.

Esclarecidas as inquietações, prosseguiu-se com a apresentação. Surgiram perguntas referentes ao processo de elaboração do projeto político pedagógico e cumprimentos pelo trabalho realizado.

Um ponto relevante levado pela equipe foi a crença de que o PPP não podia ser algo institucionalizado, elaborado por exemplo, pela SMADS, com campos a serem preenchidos pelos SMSE/MAs, ou mesmo, não acreditávamos na validade nem mesmo de um escopo modelo a ser seguido, já que essencialmente, cada equipe de trabalho, com suas demandas, territórios, peculiaridades, vivenciaria um processo único, gerando um PPP único, o que não impediu que nas semanas seguintes profissionais de outros serviços de medidas solicitassem nosso modelo de PPP.

A todos foi respondido que, conforme esclarecido na apresentação, não tínhamos uma redação do projeto. Ele era uma construção contínua e vivenciado no cotidiano do serviço.

Creio ser esclarecedor mostrar como a equipe organizou sua apresentação, trazendo o conteúdo do material exposto.

Iniciou-se com a contextualização do SMSE/MA, a história do grupo e como foram desenvolvendo os princípios e concepções de trabalho. Descrevo abaixo o que se apresentou sobre princípio, concepção e construção, ou seja, a metodologia de trabalho, sem entrar em considerações sobre a assertividade do uso das terminologias. Segue o conteúdo dos slides apresentados.

1. *Nosso princípio* [basilar]: Identificar, valorizar e respeitar as experiências e condições de cada sujeito e auxiliá-lo a refletir a partir da sua realidade.

2. *Concepções*:

a) *Concepção*: humanizar atendimentos;

*Construção*: humanização da equipe, para humanizar nossas ações.

b) *Concepção*: todos os profissionais são educadores;

*Construção*: equipe trabalha de maneira integrada.

c) *Concepção*: espaço acolhedor;

*Construção*: os adolescentes precisam ter um espaço para ESTAR e não somente PASSAR.

O espaço do SMSE/MA [...] deve ser acolhedor para que os socioeducandos se sintam pertencentes e seguros, permitindo que suas demandas apareçam e possam ser cuidadas.

d) *Concepção*: pertencimento;

Construção: participação ativa dos atendidos nas decisões da casa (escolha de oficina, atividades, grupos e mudança física do ambiente).

Pautamos nossas ações com o objetivo de favorecer a criação e manutenção de vínculo com os socioeducandos e seus familiares.

### 3. *Ponto de partida: todos somos educadores*

Construção: Todos os profissionais participam das supervisões, estudo de caso e parada pedagógica:

- a) Supervisão institucional: viés reflexivo - cuidar da demanda da equipe e posteriormente cuidar da demanda dos socioeducandos;
- b) Estudo de caso: conhecimento e planejamento em conjunto de estratégias de intervenção;
- c) Supervisão de caso em rede: estudo de caso com rede de serviços da região [...];
- d) Parada pedagógica: espaço para acrescentar conhecimento, instrumentalizar e preparar para o encontro com os socioeducandos.

### 4. *Princípio: transparência*

Concepção: acreditamos promover a responsabilidade, protagonismo e autonomia dos socioeducandos.

Construção: Relatórios elaborados de maneira compartilhada entre equipe técnica e socioeducando:

- a) PIA: na elaboração das metas priorizamos a subjetividade de cada sujeito;
- b) Acompanhamento/Encerramento: planejados com o adolescente/jovem a partir de uma avaliação trimestral sobre seu acompanhamento, levando em consideração os avanços e estagnação do processo socioeducativo;

Todos os relatórios são elaborados pela equipe técnica, lido com o adolescente/jovem e a partir daí protocolado no Departamento de Execuções da Infância e da Juventude (DEIJ).

### 5. *Atividades externas*

Concepção: Potencializar espaços de pertencimento e atendimento para além do SMSE/MA

Percepção: socioeducandos se limitavam em circular apenas nas comunidades em que vivem;

Objetivo: possibilitar o acesso a espaços que consideravam impossível de acessar, se apropriando e relacionando com espaços de maneira produtiva;

Estreitamento de vínculos: atendimento individual produtivo;

Estratégia de ação: acompanhar os adolescentes/jovens para realizar atividades significativas.

#### *6. Atividades externas em grupo*

Concepção: todas as atividades externas têm caráter pedagógico e facilitador de intervenções.

Estreitamento de vínculos: Possibilidade de experimentar vivências na prática e nos aproximar dos socioeducandos;

Estratégia de ação: discutir questões do cotidiano que não aparecem no atendimento individual; orientá-los sobre como circular, acessar e se apropriar da cidade em que vivem.

A equipe continuou suas atividades, com o mesmo ritmo, realizando reuniões e avaliando suas ações. Na reunião técnica para avaliação do trabalho desenvolvido em 2015 chegou-se à conclusão de que “ O grupo considerou que 2015 foi um ano de crescimento do trabalho, no qual a equipe conseguiu encontrar formas de atuar que solidificaram a qualidade do trabalho técnico.” (Livro de atas, 14.12.2015).

Inicia-se o ano de 2016 com a equipe pensando sobre a metodologia para a acolhida e interpretação de medida, pois como já colocado, esses procedimentos eram avaliados constantemente, por se considerar um momento especial para estabelecimento de confiança e vínculo. Na primeira supervisão institucional do ano, se realizou a avaliação do trabalho da equipe técnica, agora numa “[...] reflexão junto a cada membro da equipe sobre o sentido de estarmos realizando o trabalho que realizamos agora.”(Livro de atas, 11.01.2016), corroborando com a conclusão da reunião técnica realizada anteriormente para avaliação do trabalho de 2015.

Esta foi a última reunião que acompanhei na função de gestora, pois a partir deste dia, houve o retorno da gerente, ao término de sua licença maternidade.

Esse momento foi trabalhado em reuniões de equipe e em supervisão institucional, pois, mais uma vez a equipe passaria por uma mudança, já que cada gestor desenvolve seu ritmo de trabalho, e seria necessário apresentar as implementações de metodologia e avanço de elaboração do projeto político pedagógico à gerente que retornava.

Feita a passagem, retorno à função de técnica e saio de férias, como uma estratégia para que os papéis se reestabelecessem.

Como já citado, nesse período terminam as reformas no espaço físico do serviço. Saio do trabalho técnico em maio de 2016, objetivando realizar esta pesquisa.

De janeiro a maio, foram realizadas duas supervisões com olhar para o projeto político pedagógico. Em 22.01.2016 “Conversamos um pouco sobre o PPP do SMSE, onde pretendemos elaborar um novo instrumental de acolhida para os adolescente e familiares.” (Livro de atas), e 09.05.2016, quando em supervisão institucional “[...] discutimos a sistematização do projeto político pedagógico, atendimentos humanizados (usuário e equipe) e concepção pedagógica do SMSE (como trabalhamos, interesses dos jovens, quem somos nós) [...]”, contudo, nesta data não me encontrava mais presente.

O contato com cada integrante da equipe se manteve, e em pouco tempo chegava a notícia que não se dava sequência ao PPP, fato que levantou uma série de questionamentos, que o desenvolver da pesquisa foi respondendo.

#### **3.4.5 Uma “quebra” de PPP**

No âmbito escolar é comum se ouvir sobre elaboração de projetos políticos pedagógicos que não são revisitados pela avaliação, portanto, caem no esquecimento, sofrendo uma ou outra alteração para se ajustar à legislação, geralmente por parte da gestão, sem conhecimento dos demais profissionais da escola.

Mas, o que estaria acontecendo com o projeto, no âmbito do serviço de medidas? A equipe interiorizara a inconclusão do projeto político pedagógico e sua processualidade. O que teria ocasionado o que a Técnica Cássia caracterizou como: “Eu achei que houve, assim, para falar corretamente [...] falar simples né, direto...uma quebra de projeto. Tipo, quebrou a medida [...] Eles quebraram o projeto.”

Os participantes da pesquisa foram indagados sobre a continuidade do processo de elaboração do PPP, e todos afirmaram que não houve, alegando, a rotatividade dos integrantes da equipe. O Técnico Pedro e a Técnica Elisa foram atuar em outro serviço da organização. Permaneceram na equipe a Gestora Bruna e a Técnica Cássia, que na época assumia a função de auxiliar administrativo.

Ao serem questionados com a argumentação de que o PPP tem como característica ser inconcluso e se dar num processo, portanto, se adequar à



rotatividade, os participantes ficaram confusos, não conseguindo elaborar uma resposta, voltando-se para o aspecto de vontade e identidade da equipe. Evidenciou-se ainda, um aspecto já abordado neste texto, sobre a relevância do pedagogo para se pensar ações educativas.

Esse ano aqui... perguntaram se você vai voltar... A equipe sozinha não consegue sentar para criar, não sei se é devido a essas mudanças de funcionários... Essa mudança que eu vi agora na medida [...] os que entraram são jovens que vieram com as suas ideologias, vieram com [...] seus vícios de outras medidas e muitos se batiam com os seus saberes e o nosso modo de trabalho. Então, toda a vez que se tentava discutir um tema e fazer com que aquilo andasse, começava aquela discussão de “eu não concordo, eu concordo” ... Ficava naquilo e praticamente... (Técnica Cássia).

[...] eu percebo assim... que depois que a equipe se desfez, o PPP também se desfez... porque eu continuei né... um tempo... depois que a equipe que começou o PPP não estava mais, se desfez, eu percebi que ele se desfez junto, ele não continuou...[...] ele é aberto a mudanças, então ele seria muito importante né, já que mudou a equipe ele poderia ter mudado a cara dele [...] poderia ter continuado, né, com a cara da equipe [...] eu também não consigo explicar porque que ele se perdeu e porque que ele não teve continuidade. (Técnica Elisa).

Então, eu acho que é um conjunto, se eu for separar em três, eu acho que o primeiro é o coordenador do programa ter clareza da necessidade disso, segundo é a equipe de trabalho estar disposta também a fazer isso, estar disposta a produzir, a sentar, a ler, a pensar, a refletir, a discutir junto, mas também a equipe de trabalho estar disposta a desenvolver o trabalho. A gente acaba se deparando com alguns profissionais que já não estão satisfeitos com as condições do trabalho, as pessoas que já estão desanimadas, desacreditadas, isso também interfere e acho que por último a rotatividade. Essas três coisas interferiram para que a gente não desse continuidade. (Técnico Pedro).

[...] eu acho que realmente essa questão de não ter o pedagogo, às vezes, na equipe, vem todo mundo de uma outra área, talvez isso interfira também. [...] depende da sua formação às vezes eles acreditam que não serve para nada o projeto político pedagógico, então às vezes já escutei falar, “Mas por que que a gente vai fazer? Não serve para nada isso aí é só você fazer o que tem que fazer. Já não existe o edital?”, então tem algumas coisas que acontecem que acabam dando uma murchadinha, [...] daria realmente para aqueles que ficaram darem continuidade [...] só que o outro tem que estar disposto também né, esse que é o grande segredo, porque se a pessoa que entra não tá disposta ou está ali só para ganhar o dinheiro, faz o trabalho simplesmente técnico e não tá interessado... parece que não vai ganhando força... quando um não está atrelado com o resto, acaba desandando, o negócio é meio... é difícil de explicar... Foi uma equipe que andou tão certinho e de repente começa entrar quem não tá muito interessado... (Gestora Bruna).

Outra pergunta feita aos participantes da pesquisa foi se os profissionais contratados para substituírem os que originalmente desenvolviam o projeto político pedagógico foram informados sobre esse processo. A Técnica Elisa relatou que “[...] não... se perdeu mesmo...”. A Técnica Cássia ficou constrangida com a questão e informou não saber, colocando que “[...] isso aí você vai ter que perguntar para quem fez a entrevista [...]”.

Perguntando a quem fez as entrevistas, o Técnico Pedro relatou que “Nas contratações que eu fiz, isso não foi dito na seleção.”, e Gestora Bruna afirmou que “Lembro de conversar [...] das construções juntas. [...] Trabalho conjunto e humanizado, mas não lembro de falar a palavra PPP.”

As reflexões que aparecem nas respostas dos participantes levam ao retorno de pontos já analisados nessa pesquisa, agora incidindo sobre a gestão.

Primeiro ponto a ser pensado, passa pela dimensão política. O projeto político pedagógico em desenvolvimento em uma instituição representa mais do que um documento formal, ou legal. Enquanto processo, significa a disposição das pessoas com ele envolvidas em refletir sobre suas práticas educativas. Nesse sentido, os que o fazem, mostram de que forma, sobre que base, por meio de que ações, acreditam na dimensão da educação humana.

Portanto, trata-se uma ação política pedagógica, já que “O que define algo [...] como pedagógico é [...] a direção de sentido, o rumo que se dá às práticas educativas.” (LIBÂNEO, 1998, p.135). E qual sentido o SMSE/MA quer dar às suas ações? Onde isso pode ficar registrado? O projeto político pedagógico pode revelar os rumos, a diretriz pedagógica, já que é “[...] o caráter pedagógico que faz distinguir os processos educativos que se manifestam em situações sociais concretas.” (LIBÂNEO, 1988, p.35).

Sendo assim, creio que essas considerações lançam luzes sobre o sentido que os participantes da pesquisa atribuem à importância do pedagogo na equipe, quando se considera que sua formação o habilita para

[...] orientar a prática educativa de modo consciente, intencional, sistemático, para finalidades sociais e políticas cunhadas a partir de interesses concretos no seio da práxis social, ou seja, de acordo com exigências concretas postas à humanização num determinado contexto histórico-social. (LIBÂNEO, 1988, p.35).

Por sua formação, o pedagogo revela-se parte fundamental de uma equipe socioeducativa, mas, a prática mostra que não adianta ser pedagogo sem um pensamento crítico sobre a educação, e especificamente sobre a socioeducação. Contribuir com sua equipe, pensando a socioeducação, significa se revestir de caráter político de mudança e crença no ser humano. Significa conhecer as diretrizes que norteiam o campo de educação no qual atua, para que não se transforme em mais um repetidor de jargões imobilizadores, culpabilizando as estâncias maiores, sem promover o novo em seu dia-a-dia, no seu pequeno.

E surge o segundo ponto a se pensar, levantado pelos participantes da pesquisa, “o coordenador do programa ter clareza da necessidade” de efetivar o PPP, enquanto um processo alimentado por contínuas avaliações.

Como já analisado, os participantes da pesquisa não conheciam o projeto político pedagógico, confiando nos pedagogos da equipe para desenvolvê-lo, concentrando as ações em minha mediação. No entanto, para Gestora Bruna a insegurança causada pelo desconhecimento trazia cobranças maiores:

[...] então falava “o projeto político pedagógico ele tem que ter em todo lugar”, mas eu enquanto gestora, por ser formada em psicopedagogia, eu não tinha o domínio disso [...] eu não conseguia, tipo, montar [...] porque é uma coisa que eu não dominava, então eu não sei se eu me senti culpada por não saber como montar junto com a equipe uma coisa que era nova, por mais que existisse um plano de trabalho, existisse um edital que a gente seguia [...].

A consciência que Gestora Bruna tinha da importância do PPP, alimentada pelas supervisões institucionais realizadas junto à equipe, e pelas reuniões de estudo, a deixou desconfortável, e encontrou a solução para o impasse abrindo a possibilidade para que eu mediasse junto à equipe esse processo. Como gestora ela possibilitava o tempo e espaço para o desenvolvimento do projeto político pedagógico, e como pedagoga, eu organizava e chamava a equipe para a ação educativa.

Quando assumo a função de gestora, por seis meses, o PPP ficou ainda mais visível, dado que nessa posição, era possível efetivamente administrar seu desenvolvimento, pois, “Uma das exigências do processo de construção do projeto pedagógico [...] é indicar a função precípua da equipe diretiva ou coordenadora no sentido de administrar e liderar sua consecução, em sintonia com o grupo.” (Bussmann, 2002, p.39).

A elaboração do PPP, inicialmente, precisou de perseverança e um discurso bem elaborado para que os demais companheiros da equipe se envolvessem com o processo. Os percalços já foram apresentados nos relatos dos participantes da pesquisa. Como gestora, no cotidiano do serviço, era comum ver uma cara de desgosto quando eu exigia a presença pontual nas reuniões, ou, a dificuldade para mostrar uma metodologia que não estava fluindo como se desejava, pois, exigiria mais encontros e outras descobertas.

Administrar o desenvolvimento do PPP, avaliando ações, revalidando metodologia exige do gestor uma justa medida entre ter escuta, ser democrático, delegar ações e ao mesmo tempo ser exigente e ordenador das práticas construídas, de forma que o planejamento “[...] efetivamente deixe de ser visto como função

burocrática, formalista e autoritária, e seja assumido como forma de resgate de trabalho, de superação da alienação, de reapropriação da existência.” (VASCONCELLOS, 2014, p. 200).

Sem dúvida, é basilar que o gestor possibilite tempo e espaço para sua equipe refletir sobre sua prática, assim como, é fundamental, que como parte de sua atribuição, administre essa dinâmica, levando a equipe a compreender que planejar e avaliar significa qualidade de trabalho, ganho de tempo e menos risco de erros. Ajuda a manter a equipe coesa, revelando diferenças e trabalhando potencialidades.

Aprender a trabalhar em equipe, aprender a planejar, aprender que por mais que a gente esteja no dia a dia executando as atividades e a gente acha que já sabe muita coisa, às vezes a gente não sabe, às vezes a gente sabe bem pouco. [...] Com todo esse tempo eu consegui entender a importância do planejar antes de executar, então a característica mais importante do PPP talvez seja essa, a gente saber que a gente vai ter que sentar, planejar e depois executar, não o inverso, executar, dar errado e depois planejar. (Técnico Pedro).

Isto posto, as demais circunstâncias apontadas pelos participantes para a não continuidade do projeto político pedagógico ficam respondidas. O Técnico Pedro, refletindo sobre essas circunstâncias, acaba se contradizendo e mostrando o que está em discussão.

[...] você precisa ter uma equipe de trabalho que esteja disposta a fazer isso, porque eu me questioneei algumas vezes nesse período que eu estou coordenando o programa, de estar atuando com uma equipe de que [...] julguei que não seria produtivo produzir este documento durante esse ano, porque eu não achei que iria ser produtivo, por conta da equipe e aí ia adiando isso. Só que aí você acaba se vendo numa situação em que a equipe rodou, vai chegar uma pessoa nova e eu não vou fazer de novo? Talvez precisaria já estar feito e essa pessoa que chegou agora poder contribuir com o que já foi feito.

Refletir sobre esse impasse o levou a iniciar o desenvolvimento do projeto político pedagógico com sua equipe, mesmo passando por mudanças de técnicos, administrativo e operacional. Para dar conta do processo, solicitou ajuda de uma pedagoga, em esquema de supervisão, para orientar e direcionar o processo de reflexão sobre a prática que realizam, desenvolvendo o projeto político pedagógico.

A contradição surge quando relata “[...] vai chegar uma pessoa nova e eu não vou fazer de novo?”, dado que reforçou em conversa para a participação na pesquisa, na qual verbalizou a compreensão de que sua postura gestora é que conquistaria ou não a equipe para o planejamento das ações pedagógicas, e não o contrário, ter uma equipe disposta, a priori. Mesmo porque, conforme relatado, nem ele, nem Gestora Bruna, colocavam a existência do PPP e de seu processo de desenvolvimento para os candidatos às vagas para atuar na equipe. Então, como escolher o profissional com

o perfil adequado a uma equipe onde escuta, diálogo e avaliação são fundamentais? Novamente, trata-se da consciência de uma escolha política.

Atualmente, a equipe do SMSE/MA estudado nesta pesquisa está completamente modificada. Os que permaneceram da equipe de 2013 a 2016 ocupam outras funções, porém, apesar da “quebra” de PPP, ficaram marcados pela experiência do processo vivido anteriormente, o que lhes permitiu sustentar outra caminhada para a efetivação do projeto político pedagógico.

Planejar é ter perspectiva futura, e como ensinou Makarenko, “O homem que pauta o seu comportamento pela perspectiva mais imediata, o almoço de hoje, precisamente o de hoje, é o homem mais fraco.” (MARARENKO, 2012, p.569), assim como o serviço socioeducativo que apaga incêndios, sem planejamento, é o mais fraco, e parece que os participantes da pesquisa apreenderam o sentido dessa perspectiva, ainda que com dificuldades em compreender sua gestão.

Desenvolver um PPP no âmbito do serviço das medidas socioeducativas em meio aberto significa realizar um planejamento que agrega em si múltiplos aspectos nascidos da relação com outras instâncias do sistema de garantia de direitos como sistema judiciário, educação, assistência social, saúde, trabalho, esporte e cultura. Observar essas relações, refletir sobre como acontecem, sentir o momento correto de interagir com os profissionais dessas instâncias e como abordá-los, em constante diálogo com as necessidades internas do SMSE/MA, pode promover a articulação do SGD possibilitando ao adolescente e jovem que cumpre uma medida socioeducativa ler sua história e construir sentidos sobre essa leitura, com perspectivas para escolher, viver, novas e melhores experiências em sua vida.

#### **3.4.6 O olhar dos adolescentes e familiares**

Considerando a importância do olhar e da voz dos adolescente, jovens e seus familiares iluminando as ideias e ações dos profissionais do SMSE/MA estudado, e considerando que essa interação se deu pelas reflexões sobre a prática socioeducativa alimentada pelo processo de desenvolvimento do projeto político pedagógico, torna-se essencial revelar a avaliação que os usuários fizeram do atendimento recebido.

Essas avaliações eram entregues aos adolescentes, em maioria, quando ainda não sabiam do encerramento da medida socioeducativa aplicada. O técnico de

referência e os demais companheiros de equipe tinham esse conhecimento, com o documento oficial do DEIJ em mãos.

Os adolescentes e jovens colaboravam na confecção de seus relatórios e ficavam ansiosos pela resposta. A equipe procurava trabalhar esse momento com bom humor. Ao entregar a avaliação final era explicado que era a oportunidade deles avaliarem o SMSE/MA, o trabalho da equipe, ação muito importante para o grupo, pois somente assim poderíamos fazer um atendimento melhor para os que chegassem. Portanto, primordial que falassem do que estava em seus corações.

Era evidente a seriedade com que preenchiam a avaliação. Perguntava-se se preferia ficar só, na sala de atendimento, ou se desejava a companhia do técnico de referência. Os que tinham dificuldade de leitura e escrita ou interpretação de texto solicitavam a ajuda do técnico, até mesmo como escriba de seus pensamentos.

O recorte traz avaliações do ano de 2014 a início de 2016, já que nesse período a elaboração do PPP já mostrava frutos em metodologias. A escolha traz um resumo do que aparecia, em geral, nas demais avaliações. Os adolescentes se encontravam na faixa etária de 15 a 17 anos de idade.

Quando questionados sobre como se sentiam ao chegar ao SMSE/MA e como estavam se sentindo à época da avaliação, os adolescentes apontaram uma significativa mudança sobre como passaram a perceber o mundo que os rodeava:

De coração mesmo, aprendi a confiar nas pessoas. Percebi que o mundo não eh da forma que nós queremos e sim um mundo de leis e regras. Me sinto muito feliz. (L.V., 2014).

Não sabia a grandeza que o mundo é e suas variedades de cultura e jeito de viver. (D.G. A., 2014).

Eu me sentia muito triste e desalegre. Agora eu to muito feliz e me ensinaram a viver corretamente. Eu sou muito grata a vocês. (K.M.S., 2015).

Lembro sim. Estava me sentindo péssimo e sem rumo, além de não esperar mais nada do mundo e hoje penso no meu futuro, em construir família, ter um bom emprego e não pensar em fazer coisas que vão atrasar minha vida. (I.H. B., 2015).

Eu não sabia o que fazer da vida. Hoje eu já sei o que fazer, como pensar, por causa dos atendimentos eu tenho a mente aberta para o mundo e não para meu mundinho.(J.V.S.P., 2015).

Lembro que no momento que cheguei aqui não estava me sentindo bem porque nunca passei por essa situação, mas agora, no fim da medida posso dizer que me sinto em casa. Aprendi muito e agora tenho que praticar tudo que aprendi.(I.V.S., 2016).

Na questão sobre se os atendimentos individuais, as orientações e encaminhamentos realizados no cumprimento da medida os havia ajudado, responderam que:

Me ajudou a ter bastante responsabilidade. Me ajudou a confiar nas pessoas. (L.V., 2014).

Sim. Me ajudaram a como seguir na vida da maneira certa. (D.G.A., 2014).

Sim, muito. Eu tinha força de vontade de fazer as coisas mas agora eu tenho muito mais disposição ainda. Eu faço todas atividades que eu quero e posso fazer. (K.M.S., 2015).

Com certeza, eu mudei minha forma de pensar e enxergar o mundo, eu quero seguir o caminho que planejei, me esforçando para isso ser possível. (I.H.B., Ajudaram muito, mudei minha vida. Não tinha amigos agora tenho amigo, tenho trabalho e consciência limpa. (J.V.S.P., 2015).

Acredito na medida sim, pois através dela que eu passei a enxergar o que eu não via no mundo de hoje. (I.V.S., 2016).

Esses adolescentes chegaram ao serviço retraídos, inseguros, sem confiança nos profissionais e com medo de se expressarem. Tinham suas percepções voltadas para o imediato e o restrito das ruas que percorriam no entorno de suas residências. Descobrir a verdade sobre suas histórias e os motivos que os levaram ao ato infracional levou alguns meses, o que nos fazia ficar atentos ao PIA, obrigatoriamente traçado em quinze dias, ou, com autorização judicial, em até um mês.

Vinculá-los ao processo de cumprimento da medida a eles aplicada exigiu estudos de casos, apoio de companheiros do sistema de garantia de direitos e o principal, uma escuta atenta, valorizando o potencial que traziam escondido em seus medos e na falta de oportunidade de acessar outros espaços e conhecimentos para além de sua vizinhança.

Ao final das medidas aplicadas relataram sobre as mudanças na relação com o mesmo meio no qual iniciaram o cumprimento das medidas, como K. M. S., que aproveitou todas as oportunidades que lhe foram oferecidas e ao terminar a medida socioeducativa aplicada já havia realizado cursos que a profissionalizaram, e temos notícias que segue segura na profissão que escolheu. L.V. engajou-se nos estudos e trabalho, mantendo-se afastado do ato infracional. D.G.A. vivia em condições precárias, sem vislumbrar possibilidades em sua vida. Era um aluno exemplar antes do ato infracional. Conseguiu retomar a escolarização, mantendo bom aproveitamento e encerrou a medida com atividade profissional registrada em carteira, motivo de orgulho para ele.

Suas respostas falam de suas possibilidades. Todos precisavam de alguém que acreditasse neles, e possibilitasse escolhas, para uma outra relação com o mundo.

Ao solicitar que contassem sobre a relação deles com os profissionais do serviço, trouxeram:

Me acolheram com bastante respeito. # sem palavras. (L.V., 2014)

Muito boa. Recebem a gente de braços abertos. (D.G.A., 2014).

Muito bem. Eles tratam a qualquer pessoa. São uns ótimos profissionais. (K.M.S., 2015).

No começo foi complicado, mas hoje eu vejo que são pessoas focadas em me ajudar. (I.H.B., 2015).

Ah, sem dúvidas. Eles aqui são nota 10. Me ajudaram, fizeram eu enxergar o chão e não o céu azul. Se eu pudesse, ficaria muito mais. (J.V.S.P., 2015).

Só tenho a agradecer pela atenção dada e pelo carinho que os profissionais têm por todos os que cumprem a medida. (I.V.S., 2016).

Em relação às atividades ofertadas pelo serviço, eram questionados sobre quais mais gostaram, quais não gostaram e quais gostariam de ter realizado.

Oficina de comunicação. [referindo-se à atividade que mais gostou de fazer]. (L.V., 2014).

Gostei de fazer brigadeiro, gostei de todas e gostaria de ter realizado atividades com vídeo game. (D.G.A., 2014).

Eu participei da oficina de grafite e adorei. Não gostaria de ter realizado mais nenhuma, porque essa é 10. (K.M.S., 2015).

A que eu mais gostei foi a do passeio do Ibirá e não tem nenhuma que eu não gostei. [referindo-se à visita ao Parque do Ibirapuera, com foco no Museu de Arte Moderna]. (I.H.B., 2015).

Eu gostei das oficinas de grafite, dos passeios, dos filmes, das brincadeiras. (J.V.S.P., 2015).

Não posso dizer que não gostei de nenhuma atividade, só que poderíamos visitar o Hopi Hari, que tenho certeza que todos os outros jovens da medida iriam adorar visitar o lugar. (I.V.S., 2016).

A avaliação terminava com uma questão na qual era solicitado que deixassem sugestões para melhoria do atendimento oferecido.

Dar uns puxões de orelha em alguns garotos. (L.V., 2014).

A sala de espera ter alguns divertimentos. (D.G.A., 2014).

Continuem assim, que vocês são ótimos profissionais. Adoro vocês. Obrigada. (K.M.S., 2015).

Ter mais passeios e mais acesso e divulgação da história brasileira e como isso nos influenciou até hoje. (I.H.B., 2015).

Que vocês continuem assim, abrindo a mente dos jovens para uma vida melhor do que a vida do crime. Muitos merecem ser ajudados e não desprezados. Obrigada. (J.V.S.P., 2015).

Mais grupos temáticos. (I.V.S., 2016).

Verifica-se a dificuldade em apontarem sugestões para melhoria das atividades do serviço, mas ainda assim, revelaram a importância das atividades em grupo e em espaços diferentes dos que comumente viviam.

Avaliações com esse teor motivavam a equipe de profissionais do SMSE/MA a investir em ações nas quais os meninos e meninas compartilhassem aprendizados em conjunto. Alguns comportamentos mostravam o quanto tinham aprendido sobre conviver e respeitar.

Outra evidência desses relatos é o envolvimento com a escolarização e profissionalização, mostrando a grande fragilidade das medidas em meio aberto como se configuram atualmente. Os números oficiais não revelam a realidade dessas vidas. São várias as notícias que recebemos no SMSE/MA de adolescentes que após encerrarem a medida se afastaram da escola.



Faltam programas que atendam suas necessidades, assim como, de tantos que não se envolveram com crime, mas sofrem por não conseguirem ler ou escrever. Se faz necessário outros espaços educativos, outros tempos escolares que atendam as demandas dos que estão em situação de múltiplas privações de seus direitos.

Quanto à avaliação dos familiares, com texto descontraído, coletavam-se informações sobre o impacto do trabalho junto a eles na vida da família.

Não foi possível encontrar as avaliações dos familiares dos adolescentes apresentados acima. As que serão apresentadas correspondem igualmente ao período de 2014 a início de 2016 e refletem o sentimento da maior parte dos responsáveis que frequentavam o serviço à época.

Iniciava-se a avaliação perguntando sobre como se sentiram em relação ao atendimento recebido no serviço.

Muito bem atendida. (L.T., 2014).

Muito bem. (M.L.B.F., 2015).

Difícil no começo, mas com tempo, gostei muito. (M.L., 2015).

[...] me senti em relação ao atendimento, foi muito bom, ajudou o meu filho se tornar mais responsável. (C.S.B. 2016).

Ao avaliarem a relação dos profissionais do SMSE/MA com a família, relataram que:

Ótimo. Deixa as famílias bem confiantes. (L.T., 2014).

Excelente. (M.L.B.F., 2015).

Muito bom. Passou uma segurança para a família e que no final deu tudo certo. (M.L., 2015).

Em relação entre os profissionais e a família, várias reuniões muito boas e aprendemos muitas coisas que não sabia. (C.S.B. 2016).

Chegar a esses resultados foi um desafio para a equipe. Convencer os responsáveis de que eram essenciais no cumprimento da medida do adolescente ou jovem nem sempre era fácil. Um dos lemas da equipe era “Lembre-se: nunca desistimos! Não desista também!”, e precisava ser falado muitas vezes, pois muitos familiares passavam a rejeitar o adolescente/jovem após o ato infracional, desacreditando que poderiam retomar a vida fora do crime ou da drogadição.

Outro desafio a vencer era o de que confiassem nos profissionais da equipe. Muitos chegavam cansados de passarem invisíveis pelos serviços públicos, que deveriam acolhê-los.

Uma pergunta que estava na avaliação e que importava de forma significativa para se pensar o atendimento junto às famílias era sobre se o familiar/responsável acreditava que sua participação nos atendimentos familiares e nos grupos de famílias auxiliaram na relação com o adolescente/jovem.

Todos resultados, muito bom para meu filho. (L.T., 2014).

Sim. Trocamos experiências que ajudaram a superar muitas dificuldades. (M.L.B.F., 2015).

Sim, muito. Como entender mais meu filho e ter paciência com ele. (M.L., 2015).

Sim, acredito. [...] ficou mais responsável e eu também. Muitas reuniões de família que aprendi muito. (C.S.B. 2016).

E para se ter o ponto de vista dos familiares/responsáveis sobre o processo experienciado pelo adolescente/jovem no cumprimento da medida socioeducativa aplicada, era perguntado se esse processo havia provocado mudanças no comportamento do adolescente/jovem, e quais mudanças.

Para meu filho foi tudo de bom. (L.T., 2014).

Sim. Podemos perceber que o [...] de hoje voltou a ser o [...] de antes. Trabalhador, responsável e boa convivência com a família. (M.L.B.F., 2015).

Sim. Ele ser mais carinhoso e pensar mais vezes antes de fazer algo. (M.L., 2015).

Sim. Hoje em dia ele está estudando, coisa que ele não fazia. Em casa ficou mais participativo e outras coisas boas. (C.S.B. 2016).

Para encerrar a avaliação era solicitado que fizessem sugestões para a melhoria do atendimento junto às famílias. No geral, não apresentavam ideias novas.

Continuem sempre assim, confiantes, carismáticos, prá mim foi tudo muito bom. (L.T., 2014).

Todos vocês são excelentes. Continuem sendo pessoas simples, humildes e dispostas ajudar a todos que necessitarem da ajuda de vocês. (M.L.B.F., 2015).

Não tenho nenhuma ou nem precisa de mais nada. Aqui tem de tudo. . (M.L., 2015).

Bom de melhor já está. Só mais famílias participarem. Fazer brincadeiras, jogos e quem sabe muito mais alguma coisa que desenvolva os adolescentes. (C.S.B. 2016).

Apesar das fragilidades que as medidas socioeducativas em meio aberto apresentam, cada palavra reveladora de sentimentos dos adolescentes/jovens e de seus familiares/responsáveis, cada potencialidade de vida revelada, leva à crença de que é preciso investir cada vez mais nesse espaço, o avaliando, o repensando e o fortalecendo para que continue a oportunizar escolhas aos que o frequentam.

Na parte que segue serão mostrados indicadores elaborados a partir do estudo realizado para esta pesquisa, que podem auxiliar os gestores a organizarem os dados do SMSE/MA, assim como o tempo de sua equipe, favorecendo o planejando de suas atividades e a melhoria do atendimento.

#### **4. INDICADORES: ORIENTADORES PARA GESTÃO DO PPP**

Os indicadores foram pensados a partir da prática que experienciei no SMSE/MA e dos elementos apreendidos na aprendizagem que esta pesquisa possibilitou.

O que mantém o projeto político pedagógico vivo são as avaliações realizadas sistematicamente, envolvendo todos os participantes do fazer educativo.

Entendendo os indicadores como instrumentos que apontam sinais de vitalidade ou desfalecimento de um espaço, creio serem fundamentais para todo gestor que pretende realizar a observação e a avaliação do atendimento aos usuários, na busca de que este responda ao objetivo a que foi proposto e siga além, oferecendo com seus dados o suporte para que as políticas públicas com as quais se envolve possam evoluir, se transformar, criar o novo em respeito à vida.

Evidencia-se, primordialmente, que estes indicadores sejam pensados no coletivo: adolescentes, jovens, familiares, parceiros, sistema de garantia de direitos, equipe de trabalho e todos os que, na comunidade, se envolverem com o fazer socioeducativo do espaço.

Para que sejam úteis, os indicadores não podem ser manipulados para atender e agradar estatísticas impostas, como metas a serem atingidas para educação ou inserção em programa de transferência de renda. É basilar que mostrem a realidade cotidiana do espaço observado e avaliado.

Observar, no contexto deste texto, é olhar criticamente para o trabalho que se desempenha na busca criativa de seu aperfeiçoamento.

Parece ainda que pensar nesses indicadores pode auxiliar nas propostas de “monitoramento e avaliação” apontadas pelos planos de atendimento socioeducativo.

Os indicadores foram pensados a partir das três dimensões do fazer socioeducativo que se evidenciaram nesta pesquisa: grupo de trabalho; acolhimento; trabalho coletivo.

Considerando a necessidade de dados de apoio à gestão na busca de qualidade do serviço executado, parece relevante para o desenvolvimento do projeto político pedagógico, os seguintes indicadores:

1. Gestão do coletivo: com a finalidade de garantir ações participativas dos profissionais, adolescentes, jovens e familiares nas decisões e avaliações referentes às atividades socioeducativas. Considera-se a necessidade de:

- a. transparência de informações referente a custeio do SMSE/MA, relação com a ONG e com a SMADS;
  - b. organização dos tempos de atividades do SMSE/MA, possibilitando encontros com os adolescentes, jovens e familiares em ações que estimulem a participação ativa destes no processo socioeducativo, com avaliação deste processo;
  - c. organização dos tempos de atividades do SMSE/MA, possibilitando o encontro dos profissionais para a reflexão e avaliação das ações técnica e sociopedagógica;
  - d. organização dos tempos de atividades do SMSE/MA possibilitando o estudo e desenvolvimento profissional contínuo dos educadores.
2. Gestão de recursos físicos: com a finalidade de garantir a organização e uso do espaço do SMSE/MA possibilitando a participação coletiva. Considera-se relevante:
- a. verificação e avaliação da pertinência dos recursos pedagógicos conforme as necessidades propostas para as atividades socioeducativas;
  - b. verificação da acessibilidade, limpeza, ordem, ludicidade e estética do espaço físico do serviço;
  - c. organização do espaço para encontros acolhedores e motivadores;
  - d. verificação e avaliação da qualidade da alimentação ofertada aos usuários;
  - e. gerência dos recursos financeiros garantindo a qualidade dos encontros.
3. Gestão de recursos externos: com a finalidade de vincular e manter a cooperação das instituições do sistema de garantia de direitos e parcerias que atendam às demandas dos usuários do serviço. São dados importantes:
- a. estabelecimento de escuta da comunidade que frequenta o SMSE/MA, sobre possíveis espaços colaboradores do processo socioeducativo no território de abrangência e fora dele;
  - b. manutenção de quadro atualizado das instituições que atuam junto ao SMSE/MA: escolas, postos de saúde, hospitais, CAPS, cursos profissionalizantes, parques, espaços de lazer, cultura e esportes, projetos educacionais, entre outros;

- c. organização de tempo e estímulo a ações para descoberta de outros espaços parceiros;
- d. visitas para manutenção de vínculo com as instituições do sistema de garantia de direitos e parceiras.

4. Gestão de dados: com a finalidade de verificar dados empíricos que podem revelar potencialidades e fragilidades do atendimento socioeducativo, envolvendo ações pertinentes ao SMSE/MA, assim como as que se relacionam com a política pública na qual ele se insere, e com outras políticas públicas e instituições garantidoras de direitos. Esses dados, para terem validade na avaliação do serviço, precisam ser pensados em conjunto, caso contrário pode se chegar a conclusões precipitadas sobre a qualidade da socioeducação enquanto um processo. São relevantes:

- a. acompanhamento dos dados presentes na declaração mensal de dados de execução (DEMES): inserção em unidade escolar; inserção em atendimento de saúde; inserção em programas de transferência de renda; situação escolar; adolescentes que encerraram a medida por cumprimento integral; descumprimento de medida; internação; óbito; atividades de lazer, cultura, esporte, comunitária; número de atendimentos individuais e familiares; grupos de família e de adolescentes/jovens realizado; visitas à escola; visitas domiciliares; audiências no DEIJ;
- b. acompanhamento de dados de outros órgãos que apontem informações que dizem respeito ao SMSE/MA, como o Atlas de Violência, levantamento de dados do SINASE, resoluções do CONANDA, Centro de Geoprocessamento e Estatística (CGEO), entre outros.
- c. acompanhamento dos dados presentes nos registros técnicos, no Plano Individual de Atendimento e nos relatórios de acompanhamento do processo de cumprimento da medida socioeducativa aplicada, evidenciadores da realidade cotidiana dos adolescentes/jovens e familiares, das potencialidades e fragilidades do território em que se atua, do atendimento realizado, do trabalho intersetorial e da relação do atendido com o SMSE/MA.

Apresenta-se assim a relevância do projeto político pedagógico como ordenador das atividades do espaço socioeducativo e sua potencialidade em fazer dialogar esse espaço com as políticas públicas que o desenvolvem.

Nesse sentido, impulsiona a equipe de trabalho do espaço socioeducativo, à contínua busca de conhecimento e aperfeiçoamento de seus fazeres em relação às outras instâncias que envolvem seu trabalho, em específico, considerando a complexidade do fazer educativo no espaço das medidas socioeducativas em meio aberto.

Ao gestor, considerar indicadores e mantê-los em prática pode ser um facilitador para a continuidade do processo de desenvolvimento do projeto político pedagógico, o auxiliando, junto ao coletivo a observar, analisar, avaliar, refletir e promover ações garantidoras de direitos, fortalecendo vínculos, colaborando para o acolhimento, promovendo um espaço no qual estar e permanecer signifique algo de positivo, trabalho socialmente útil, aos que o frequentam.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta dissertação me trouxe novos sentidos sobre o fazer socioeducativo no SMSE/MA.

Pensar a socioeducação com foco na educação do ser humano para que desenvolva melhor qualidade de vida no contexto em que vive, possibilitando oportunidade de escolha e de relação com esse contexto, me levou a entender a socioeducação como base de uma política pública a ser desenvolvida e aperfeiçoada no sentido de evitar situações de privação de direitos, de sofrimento humano.

Seria ingênuo pensar que a socioeducação daria conta de sanar todas as perversidades que atingem as pessoas, contudo, pensar em uma educação que prioriza a convivência dos seres humanos, os capacite e habilite para atuar na sociedade de forma a fomentar com suas vivências crescimento e aprimoramento social, nos fortalece e orienta a desejar e sustentar essa prática educativa, não inserida em uma política de compensação ou sancionatória, mas em uma política que assegure a proteção aos direitos fundamentais.

Uma educação que pode mudar culturas de perversão e estabelecer cultura de fraternidade, a educação como cultura, com potencial para transformar o mundo para melhor. Um caminho longo, mas necessário de ser trilhado.

Nesse sentido, parece relevante buscar formas de organizar essa socioeducação e, o projeto político pedagógico, como fundamentado nesta pesquisa, pode ser um orientador a ser considerado.

Para que possa cumprir com seu objetivo de planejar, observar, avaliar, refletir e buscar novas e melhores possibilidades de ação socioeducativa, o PPP precisa ser alimentado e pensado pelo coletivo em uma prática que permita emergir o sujeito histórico, não manipulado e construtor de seu caminho.

Essa prática toca a todos que se envolvem no processo de viver a socioeducação no contínuo processo de práxis que o PPP proporciona. Portanto, um processo de desenvolvimento que se mantém aberto, em busca das melhores ações mediadoras.

Ter um instrumental que leva à leitura cotidiana das ações e da reflexão sobre elas, com múltiplos olhares, em um tempo e espaço orientado para essa prática, com indicadores estabelecidos para auxiliar a avaliação, parece possibilitar aos que se

envolvem no processo de seu desenvolvimento conhecimentos geradores de outros fazeres, renovadores e libertadores.

Esse estudo demonstrou que a equipe do SMSME/MA se envolveu com a elaboração do PPP, colhendo bons frutos da experiência realizada. Por suas narrativas, ficou evidente que construíram novos saberes profissionais, e que esses saberes caminharam com cada um em seus fazeres, nos outros espaços e atribuições socioeducativas em que atuam.

Para os integrantes da equipe, o movimento de ação-reflexão-ação ocasionado pelo desenvolvimento do PPP proporcionou aprendizado, fortalecimento, vinculação e um fazer socioeducativo com sentido.

Descobrir o educativo nas ações realizadas e colocar a educação em igualdade de importância com as exigências jurídicas e sociais foi a conquista mais árdua. Conquista essa alcançada com algumas ressalvas, pois modificando os integrantes do grupo, essa prática não se sustentou completamente. Aos gestores faltou reconhecer que para o projeto político pedagógico se desenvolver e continuar a existir é preciso a gestão de seu processo.

Para isso é preciso um profissional qualificado no conhecimento desse instrumental, com postura política socio-histórica-cultural aberta ao coletivo. Nesse sentido, sugiro que os espaços socioeducativos, como o serviço de medidas socioeducativas em meio aberto, tenham além de um gestor administrativo, um orientador pedagógico. E juntos atuem, com eficiência, para a sustentação da práxis impulsionada pelo PPP.

Na prática, foi essa a experiência do grupo analisado. A gestora do grupo, não conhecendo o PPP, não sabendo administrá-lo, tratou de organizar tempo e espaço para que ele acontecesse, contudo, a organização de seu desenvolvimento ficou na responsabilidade de uma pedagoga, com apoio de uma supervisão institucional contratada. A equipe se organizou com as forças que tinha no momento, no entanto, pensar em uma presença efetiva de um profissional da pedagogia, orientando as ações socioeducativas, norteando a equipe de profissionais e os estimulando à ação e reflexão junto ao coletivo, seria a possibilidade de efetivamente se estabelecer outra qualidade de educação nesses espaços.

Essa experiência começou com o olhar cuidadoso da gestão para sua equipe e de cada participante da equipe uns para com os outros, estabelecendo a escuta e laços de confiança. Com o caminhar do processo, estando o grupo de profissionais



fortalecido internamente, foi se abrindo espaço para a escuta dos adolescentes, dos jovens e dos familiares.

Essa escuta foi basilar no aperfeiçoamento da acolhida, na organização do espaço, na organização dos instrumentais da equipe e das atividades externas, que visavam estabelecer um outro olhar e uma outra relação com a cidade.

Escutar, possibilitou que o fazer coletivo, aspecto fundamental do processo de construção do PPP apresentado nesta pesquisa, aparecesse, ainda que de forma embrionária, no grupo estudado.

Organizar o fazer socioeducativo no espaço das medidas socioeducativas em meio aberto passa pela organização das vidas dos que a ele são encaminhadas. Nesse sentido, desenvolver nessas vidas o estímulo para a autonomia e o protagonismo de suas histórias necessariamente passa pela necessidade de uma escuta aberta às suas necessidades. No entanto, como foi apontado por um dos participantes da pesquisa, falar sobre uma outra forma de organizar sua relação com a sociedade é um lado da proposta, se fazer entender é outro lado, mais complexo, e em se tratando de educar adolescentes, levá-los a experiências práticas de auto-organização parece ser fundamental. Possibilitar experiências que desenvolvam um sentido social para sua existência (Cf. PISTRÁK, 2011, p.159), isto é, envolvê-los em atividades nas quais possam sentir que constroem algo de positivo, não só para eles, mas para o meio que os cerca.

Essa construção só se concretiza pela educação. Tratando-se de um mundo globalizado, no qual as formas de comunicação ganham força e renovação constantes, apreender o mundo, igualmente se investe do novo. Novos saberes para lidar com o mundo global e digital, que estabelece outras formas de estar. E aqui se revela uma das faces de violação de direitos para maioria dos que são encaminhados para os SMSE/MAs: a leitura da escrita, a escrita da fala e a compreensão de ambos processos não é uma realidade.

Sem alfabetização, no mundo das informações, as dificuldades de se encontrar um trabalho que garanta dignidade humana em seu fazer e realização pessoal com o que se produz para a sociedade, diminui consideravelmente.

Mesmo com normativas e legislação trazendo a relevância do trabalho intersetorial e interinstitucional no atendimento às demandas dos adolescentes, jovens e suas famílias, o cotidiano revela a verdade dos caminhos truncados e da falta de interesse em se concretizar a infância e adolescência como prioridade nas políticas

públicas. O SMSME/MA não tem conseguido favorecer a abertura dos caminhos para essa educação, assegurando que os adolescentes ocupem vagas de emprego que satisfaçam às suas necessidades no respeito ao direito do desenvolvimento saudável.

É preciso pensar em uma outra forma de ser do serviço de medidas socioeducativas em meio aberto. Pensar o espaço, a qualidade do tempo de permanência dos adolescentes, jovens e familiares, a relação entre as pessoas e entre as instituições. É fundamental que se permita a alfabetização, a educação de qualidade e a possibilidade da escolha de um emprego que represente dignidade na vida do adolescente. Sem vislumbrar um caminho que permita que sua vida tenha sentido social, satisfaça suas necessidades e de sua família, dificilmente o adolescente se afastará do crime.

Creio que favorecer no espaço do SMSE/MA que os adolescentes e jovens possam auxiliar com seus saberes e experiências a organização do fazer socioeducativo, em comunhão com os educadores, seja a possibilidade para se efetivar outras ações que tornem realidade que essas pessoas tenham uma vida sem privação de direitos. Nesse sentido, o projeto político pedagógico surge como uma alavanca do processo de observação, reflexão, avaliação e ações renovadoras do SMSME/MA.

Como tratado na pesquisa, é nas pequenas ações do cotidiano que o novo surge, se alimenta e cresce a ponto de alcançar outras instâncias. Em um espaço intersetorial como o SMSE/MA, é possível disseminar boas práticas com a articulação adequada e boa comunicação com o sistema de garantia de direitos e parceiros de atuação. Um bom número de bons exemplos pode influenciar uma política pública. Foi esse percurso que nos trouxe ao ECA e ao serviço de medidas socioeducativas como espaço de garantia de direitos. E ainda nos falta caminho a percorrer para um sistema justo de orientação à adolescência e juventude que se envolve com atos infracionais, e antes de tudo, à infância que sofre privações de seus direitos fundamentais, mais básicos.

Acredito que o desejo de analisar o desenvolvimento do projeto político pedagógico no espaço do SMSE/MA foi alcançado, assim como de apresentar sua potencialidade enquanto um articulador dos diversos setores que se encontram na ação para garantia de direitos no espaço das medidas socioeducativas em meio aberto. Um instrumental que direciona as ações educativas baseado na escuta, na autonomia e na participação de sujeitos históricos, culturais, envolvidos no

planejamento, na contínua observação e avaliação do fazer socioeducativo, com foco na convivência humana que dignifica a vida.

Esta pesquisa abre perspectiva para outras ações mediadoras que levem em consideração as possibilidades do projeto político pedagógico no âmbito socioeducativo.

Outro aspecto a ser considerado é a necessidade de pesquisas longitudinais que, acompanhando grupos em processo de desenvolvimento do projeto político pedagógico, estudem com profundidade o impacto desse processo na vida dos profissionais envolvidos, assim como dos que receberam a ação socioeducativa.

Finalizando, a análise do processo aqui apresentado revelou as potencialidades do PPP, contudo, é de significativa relevância que se desenvolvam pesquisas no sentido de pensar como as políticas públicas possibilitam esse instrumental, permitindo que na prática cotidiana do SMSE/MA se desenvolvam projetos que verdadeiramente considerem o contexto de vida dos adolescentes e suas famílias, os territórios onde se desenvolvem, assim como dialogue com a legislação norteadora desse serviço.

## REFERÊNCIAS

ACOLHER. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [on line], 2008-2013. Disponível em <<https://dicionario.priberam.org/acolher>>. Acesso em 04.06.2019.

BRASIL. **Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Distrito Federal, 2016. Disponível em [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/caderno\\_MSE\\_0712.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf). Acesso em 15 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em 20 jul 2018.

BRASIL. **Lei 12.594/2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19. jan. 2012. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm). Acesso em 04 abr. 2016.

BRASIL. **Lei 13.019/2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a construção de finalidades de interesse público. Disponível em [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2013.019-2014?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2013.019-2014?OpenDocument). Acesso em 14 jan 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm). Acesso em 10 out. 2018.

BRASIL. **Pesquisa medidas socioeducativas em meio aberto: resultados nacionais**. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Brasília. Junho 2018. Disponível em [http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2018/06/Pesquisa-MSE\\_Tabelas.pdf](http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2018/06/Pesquisa-MSE_Tabelas.pdf). Acesso em 27.05.2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo**: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013a.

BRASIL. **Relatório da pesquisa nacional das medidas socioeducativas em meio aberto no Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: Ministério da Cidadania, 2018b. Disponível em [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_)

social/relatorios/Medidas\_Socioeducativas\_em\_Meio\_Aberto.pdf. Acesso em 14 mai. 2019.

BRASIL. Resolução 113, de 19 de abril de 2006. **Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), 2006b. Disponível em <https://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda/resolucoes/113-resolucao-113-de-19-de-abril-de-2006/view>. Acesso em 19 jun 2018.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/CONANDA, 2006a. Disponível em <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/sistema-nacional-de-medidas-socioeducativas/levantamentos-anuais>. Acesso em 20 jun 2016.

BRASIL. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais.** Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social/Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome, 2013b. Disponível em [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Acesso em 3 jul. 2016.

BUSSMANN, A. C. O projeto político-pedagógico e a gestão da escola. In: VEIGA, Ilma P. **Projeto político-pedagógico: uma construção possível**, ed 14, São Paulo: Papirus. 2002. p. 37-52.

CALIMAN, G. Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social na Europa (Itália). In: I Congresso Internacional De Pedagogia Social, 1., 2006, **Anais...** FE/USP. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000092006000100015&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100015&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em 7 abr. 2011.

DEMO, Pedro. **Praticar Ciência: metodologias do conhecimento científico.** São Paulo: Saraiva, 2011.

DIAS, Elaine T. D. M. **Adolescência: entre o passado e o futuro, a experiência.** 2001. Tese (doutorado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, São Paulo, 2001.

DUSSEL, H. **Filosofia da Libertação**, São Paulo: Loyola, 1977. Disponível em [http://enriquedussel.com/Textos\\_Libros/29.Filosofia\\_da\\_libertacao.pdf](http://enriquedussel.com/Textos_Libros/29.Filosofia_da_libertacao.pdf). Acesso em 25 jul. 2016.

ELOY, Consuelo B., et al. O método histórico-dialético: contribuições da teoria das representações sociais e da psicologia sócio-histórica. In: CONSTANTINO, Elizabeth P. (org.). **Percursos em pesquisa qualitativa em psicologia**. São Paulo: Arte e Ciência, 2007. cap. 2.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**, ed. 3, São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, ed. 11, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 116, p. 21-39, Julho 2002. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742002000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 mai 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000200002>.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, ed. 5, São Paulo: Atlas, 1999.

GRACIANI, Maria Stela S. **Pedagogia Social**. São Paulo: Cortez, 2014.

JIMENEZ, L. et al. Significados da nova lei do SINASE no sistema socioeducativo. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, 2012. n. 6. p.01-18. Disponível em <http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/adolescencia/article/view/184>. Acesso em 23 out 2018.

LIBÂNEO, J.C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1988.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1988.

MAKARENKO, A. A perspectiva próxima In: FILONOV, G.N.; BAUER C.; BUFFA E. **Anton Makarenko**. Recife: Editora Massangana, 2010, p.77-80. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4659.pdf>. Acesso em 20 jun. 2016.

MAKARENKO, A. **Poema pedagógico**. ed 3. São Paulo: Editora 34. 2012.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**, ed. 9, São Paulo: Hucitec, 2006.

PINTO, Luiz G. de Oliveira. **Dezesseis passos para a construção do projeto político pedagógico**. s/d. Disponível em [http://www.udemo.org.br/Anexos/RPP\\_2007.pdf](http://www.udemo.org.br/Anexos/RPP_2007.pdf). Acesso em 15 jan 2013.

PISTRAK, M. M. **A escola comuna**. ed. 2. São Paulo: Expressão Popular. 2013.

PISTRAK, M.M. **Fundamentos da escola do trabalho**, ed. 3, São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RESENDE, Lucia M. G. de. O sujeito reflexivo no espaço da construção do projeto político-pedagógico. In VEIGA, Ilma P.; FONSECA, Marília. (orgs). **As dimensões do projeto político-pedagógico**. ed. 09. São Paulo: Papyrus. 2011. p.239-256.

SÃO PAULO (Estado). **Caderno de orientações técnicas e metodológicas de medidas socioeducativas (MSE) de liberdade assistida (LA) e prestação de serviço à comunidade (PSC)**. São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Social, 2012. Disponível em <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/412.pdf>. Acesso em 03 abr. 2015.

SÃO PAULO (Município). **Plano decenal de atendimento socioeducativo do município de São Paulo, 2015-2025**. São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 2016.

SÃO PAULO (Município). **Panorama Geral dos Serviços de Medidas Socioeducativas de Meio Aberto no Município de São Paulo**. São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP)/Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial (Nat), 2018. Disponível em [http://www.mpsp.mp.br/portal/pls/portal/!PORTAL.wwpob\\_page.show?\\_docname=2630996.PDF](http://www.mpsp.mp.br/portal/pls/portal/!PORTAL.wwpob_page.show?_docname=2630996.PDF). Acesso em 15 jun. 2018.

SÃO PAULO (Município). **Portaria 46/2010/SMADS**. Dispõe sobre a Tipificação Da Rede Socioassistencial do Município de São Paulo e a Regulação de Parceria Operada por Meio de Convênios. São Paulo. 2010. Disponível em <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistenciasocial/arquivos/portarias/portaria46-2010.pdf>. Acesso em 03 jun. 2016.

SILVA, Roberto da. Os fundamentos freirianos da pedagogia social em construção no Brasil. *Pedagogia Social: Revista Interuniversitaria*. n. 27. p. 179-198. 2016. Disponível em <https://recyt.fecyt.es/index.php/PSRI/article/view/44162/25873>. Acesso em 05 mar. 2017.

SILVA, Roberto da; SOUZA NETO, João C. ; MOURA, Rogério; MACHADO, Evelcy; CARO, Sueli P. (orgs). **Pedagogia Social: Contribuições para uma Teoria Geral da Educação Social**. São Paulo: Expressão e Arte, 2011.

SILVA, Roberto da; SOUZA NETO, João C.; GRACIANI, Maria Stela S. (orgs.). **Pedagogia Social: a pesquisa em pedagogia social**. São Paulo: Expressão e Arte. 2017.

SOUZA NETO, J. C. Pedagogia Social: a formação do educador social e seu campo de atuação. **Cadernos de Pesquisa em Educação PPGE-UFES**. Vitória. V.16. nº 32. 2010. p. 29-64.

SOUZA NETO, João c.; SILVA, Roberto da ; MOURA, Rogério (orgs.).**Pedagogia Social**. São Paulo.: Expressão e Arte. 2009.

SOUZA NETO, João Clemente de. Programas sociais, fortalecimento do mal e do bem-estar social. In: I Congresso Internacional de Pedagogia Social, 1., 2006, **Anais... FE/USP**. Disponível em: [http://www.proceeding.scielo.br/scielo.php?Script=sci\\_arttet&pid=MSC0000000092006000100023&lng=en&nrm=abn](http://www.proceeding.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttet&pid=MSC0000000092006000100023&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em 20 mar. 2012.

UNICEF. **Bem-estar e privações múltiplas** na infância e na adolescência no Brasil. Brasília, 2018. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/bem-estar-e-privacoes-multiplas-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil>. Acesso em 03 jun 2019.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. ed. 24. São Paulo: Libertad Editora. 2014.

VEIGA, I.P.A. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.

VIGOTSKI, L.S. **Psicologia Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.



ANEXO

## **CADERNO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS E METODOLÓGICAS DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS (MSE) DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA) E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE (PSC)**

O Projeto Político-Pedagógico tem a preocupação de garantir formação aos adolescentes enquanto cidadãos de direitos e deveres (dimensão política), assim como, a intencionalidade de formar cidadãos criativos, responsáveis e críticos, através do desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social (dimensão pedagógica). **É “ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo”**. Deverá ser construído pela equipe interdisciplinar, garantindo o cumprimento legal das diretrizes socioeducativas. Será orientador dos demais documentos institucionais, possibilitando que novas perspectivas sejam estabelecidas e definindo o comprometimento da ação socioeducativa.

### **2.1. Abordagem Teórica e Metodológica para a Elaboração do Projeto Político-Pedagógico**

Para entender a forma de abordagem teórica e metodológica do Projeto Político Pedagógico, precisamos refletir sobre as principais ações pedagógicas do processo socioeducativo.<sup>1</sup>

Colocados em prática, devem provocar alterações reais na vida pessoal e social do adolescente<sup>2</sup> e sua família, oportunizando o **aprender a ser** para que adote novas formas de se relacionar. Favorecendo o seu desenvolvimento, potencializando seus saberes e aptidões, sua capacidade de discernir, de agir e de enfrentar situações de conflito, com autonomia e responsabilidade (Costa: 2007).

Para compreender o adolescente de hoje, devemos contextualizá-lo, considerando questões como gênero, etnia, cultura regional, particularidades do meio social de referência, classe social e momentos históricos, entre outros.

O adolescente é um ser em desenvolvimento que está aprendendo quais são e como devem ser exercidos seus direitos e suas responsabilidades na convivência social e familiar. Essa aprendizagem se constitui num processo socioeducativo, que busca resgatar a trajetória de vida do adolescente/família, com a finalidade de resignificar para promover melhor qualidade nos vínculos afetivos e nas relações estabelecidas; alterar sua dinâmica sociofamiliar, no sentido de se perceberem como sujeitos de direitos, de desejos e de responsabilidades.

### **2. Elaboração do Projeto Político-Pedagógico**

O projeto político-pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico [...] é, também, um projeto político por estar intimamente articulado

---

<sup>1</sup> O processo socioeducativo possibilita a reorganização de sua identidade, que pode acontecer tanto em sua individualidade (compreender-se e aceitar-se como é, para então, procurar ir se transformando naquilo que quer ser), como na coletividade das relações (família, profissionais, comunidade e grupos de pertencimento)

<sup>2</sup> A adolescência representa um momento de passagem da infância para a vida adulta, onde os jovens vivem não apenas um processo de mudança biológica, psicológica, social e cultural, mas também uma condição de relatividade de direitos e deveres, de responsabilidade e de independência, sem que estes estejam “explicitamente definidos nem institucionalizados, imprimindo à condição juvenil, uma imensa ambiguidade” (Guará 1997 – Abramo 1994).

ao compromisso sociopolítico e com os interesses reais e coletivos da população majoritária. Veiga: 1995:13

**A ação educativa deve promover o protagonismo juvenil e fortalecer a participação da família no processo socioeducativo.** Esse processo é consolidado na ação pedagógica, que pressupõe a inserção social e o acompanhamento do adolescente e família nos vários programas sociais, educativos, escolares, de profissionalização, saúde (física e mental), esportes, lazer e cultura, sendo imprescindível a articulação com as demais políticas intersetoriais.

O adolescente necessita do fortalecimento de sua autoestima, segurança e equilíbrio pessoal, supondo apoio não apenas afetivo, mas no desenvolvimento de sua capacidade racional de fazer escolhas e refletir sobre seus valores ético-morais.

**A ação programada e a flexibilidade do profissional, na medida em que responde, personaliza e orienta o adolescente/família, facilita as aproximações sucessivas, permite a descoberta e superação dos desafios do cotidiano e da experiência anterior. É importante que perceba o respeito do profissional por ele, sua autonomia na elaboração de um novo projeto de vida e valorização de sua trajetória futura.**

Os profissionais envolvidos no processo socioeducativo do Serviço de Proteção Social a Adolescentes que estão em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), deverão estar aptos a lidar permanentemente com o novo, que sempre se apresenta na dinâmica social, sendo capazes de observar, interpretar e compreender as diversidades do contexto social.

**O processo socioeducativo deve abranger a complexidade das relações do adolescente, família e comunidade e permeia todo seu Plano Individual de Atendimento (PIA),** desde os contatos iniciais, a acolhida e a escuta que perpassam todas as etapas do processo; as entrevistas individuais com adolescente/família; as atividades programadas individuais e grupais, planejamento compartilhado (educacional / saúde / qualificação profissional / cultural / lazer / esporte / cidadania); integração adolescente/família/comunidade; acompanhamento técnico e contatos informais e formais com o adolescente, com grupos de pertencimento e com a rede socioassistencial, até o término do cumprimento da medida.

O adolescente e sua família devem ser envolvidos no processo de discussão e planejamento da medida, se comprometendo com a construção e alcance das metas estabelecidas. É importante que elas sejam incorporadas de maneira participativa e com responsabilidade.

**O término da medida é o desfecho de um processo que teve começo, meio e fim. Deve haver uma preparação para o encerramento,** quando o profissional/adolescente/família, analisam os relacionamentos e os vínculos construídos em um novo tipo de relação de pertencimento e inclusão social, fazendo uma avaliação final da ação e de seus resultados. Nesse momento é importante retomar o aprendizado na vivência da medida e refletir sobre a possibilidade de seu uso no enfrentamento dos desafios da vida cotidiana.

Há de se construir, portanto, um projeto político pedagógico que contemple um programa de atendimento estruturado, voltado para os vários aspectos de vida do adolescente e da família e pautar suas estratégias metodológicas e técnicas como referencial de suas ações, através de uma abordagem teórica e metodológica que

permita realmente uma compreensão da realidade apresentada no contexto social de cada adolescente.

**[http://www.udemo.org.br/RevistaPP\\_01\\_02Dezesseis%20Passos.htm](http://www.udemo.org.br/RevistaPP_01_02Dezesseis%20Passos.htm)**

**2ª Fase - Que identidade a escola quer construir ?**

Não basta apenas a escola realizar seu diagnóstico. Após avaliar-se, ela precisa buscar uma fundamentação que oriente a ação conjunta dos seus segmentos. A prática precisa estar sustentada em uma teoria.

O que fazer?

Nessa fase, será fundamental levantar as concepções que o coletivo tem do trabalho pedagógico, visando propor inovações no cotidiano escolar. É preciso conhecer o que cada segmento pensa a respeito da educação, a fim de estabelecer uma linha de ação que o coletivo considere prioritária para o trabalho escolar.

Como fazer?

Fazer sempre através do questionamento de todos a respeito de suas concepções: Que tipo de sociedade nossa escola quer? Que cidadão nossa escola deseja formar? O que entendemos por educação? Que escola pretendemos construir? Como concebemos a gestão escolar? Qual é a nossa compreensão de currículo? Qual será a missão da nossa escola? Qual é a visão da nossa escola sobre avaliação? Como nossa escola encara a questão metodológica? Que tipo de relação nossa escola quer manter com a comunidade local? Que tipo de profissional temos e qual queremos? De que profissionais precisamos?

Das respostas a essas questões resultará um posicionamento político- pedagógico, o que levará a uma definição das concepções e ações a serem compartilhadas pelos seus autores. Portanto, a identidade, a "cara" da escola, resultará dessas concepções, o que, de alguma forma, unificará o trabalho do coletivo.

Agora que compreendemos mais um pouco sobre a construção do PPP vamos levantar questões para construção de nossa identidade.

Com base nas perguntas elaboradas para a construção da identidade no contexto escolar do texto da UDEMO, vamos elaborar questões que sejam pertinentes à medida socioeducativa em meio aberto. Mãos à obra!!!